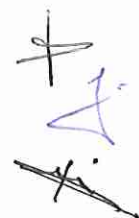


2015

Relatório de Gestão e Contas do Exercício





Índice

CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO	9
0. Indicadores	10
1. Introdução	11
2. Enquadramento estratégico	13
3. Ano 2015: principais acontecimentos	17
4. Áreas de negócio	19
4.1. Enquadramento	19
4.2. Atividade portuária	23
4.2.1. Movimento de navios e embarcações	23
4.2.1.1. Introdução	23
4.2.1.2. Movimento de navios e embarcações por porto e tipologia	25
4.2.1.3. Arqueação de navios e embarcações por porto e tipologia	27
4.2.1.4. Estadia de navios e embarcações por porto e tipologia	29
4.2.2. Movimento de mercadorias	30
4.2.2.1. Volume de mercadorias movimentadas por porto	30
4.2.2.2. Mercadorias por modo de acondicionamento	31
4.2.2.3. Mercadorias carregadas e descarregadas	32
4.2.2.4. Mercadoria contentorizada	36
4.2.3. Movimento de passageiros	41
4.2.3.1. Passageiros em navios de cruzeiro	43
4.2.3.2. Passageiros em operações interilhas	47
4.2.4. Extração de inertes	49
4.3. Atividade não portuária	52
4.3.1. Enquadramento	52
4.3.2. Náutica de recreio	52
4.3.3. Dominial e piscinas	55
5. Recursos humanos	57
5.1. Enquadramento	57
5.2. Estrutura do efetivo	58
5.3. Níveis etários, de antiguidade e de habilitação	60
5.4. Sinistralidade	63

5.5.	Formação	64
5.6.	Cooperação externa e interna	65
6.	Estrutura organizativa.....	68
6.1.	Direções-Gerais.....	68
6.2.	Áreas transversais.....	69
7.	Investimento.....	70
7.1.	Ilha de Santa Maria	72
7.2.	Ilha de São Miguel.....	72
7.3.	Ilha Terceira	72
7.4.	Ilha Graciosa	73
7.5.	Ilha de São Jorge	73
7.6.	Ilha do Pico.....	73
7.7.	Ilha do Faial.....	74
7.8.	Ilha das Flores	74
7.9.	Ilha do Corvo.....	74
8.	Análise Económica e Financeira.....	75
8.1.	Resultados.....	75
8.1.1.	Resultado operacional	75
8.1.2.	Rendimentos operacionais	75
8.1.3.	Gastos operacionais.....	76
8.1.3.1.	Gastos com o pessoal	77
8.1.3.2.	Fornecimentos e serviços externos	79
8.1.3.3.	Gastos de depreciação e amortização.....	80
8.1.3.4.	Decomposição do resultado operacional	81
8.1.4.	Resultado financeiro	82
8.2.	Fundos libertos	82
8.3.	Situação financeira e patrimonial.....	82
8.4.	Fundo de maneo	83
8.5.	Indicadores económicos e financeiros	84
8.5.1.	Indicadores económicos	84
8.5.2.	Indicadores financeiros.....	85
9.	Participações financeiras	87
9.1.	Atlânticoline, S.A.....	87
9.2.	Operadores portuários	89

10. Perspetivas futuras	92
11. Proposta de aplicação de resultados.....	96
CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	97
CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	102
CAPÍTULO IV – GOVERNO DA SOCIEDADE	139
Visão, Missão, Valores e Eixos estratégicos da empresa.....	140
Regulamentos.....	142
Modelo de governo	144
CAPÍTULO V – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	154
CAPÍTULO VI – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	157



Índice das Tabelas

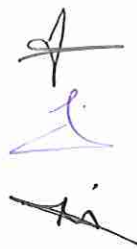
Tabela 1: Taxas de variação anual (%) de componentes do PIB.....	21
Tabela 2: Taxas de variação homólogas de Exportações e Importações	21
Tabela 3: Taxas de variação homólogas de indicadores da Região Autónoma dos Açores	22
Tabela 4: Navios e embarcações entrados	23
Tabela 5: Arqueação de navios e embarcações entrados	24
Tabela 6: Estadia de navios e embarcações entrados	24
Tabela 7: Tipologia de navios e embarcações entrados	26
Tabela 8: Arqueação dos navios e embarcações entrados, por tipo de navio	27
Tabela 9: Movimento total de mercadorias	30
Tabela 10: Movimento total de mercadorias por modo de acondicionamento	31
Tabela 11: Movimento de mercadorias carregadas por modo de acondicionamento	33
Tabela 12: Movimento de mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento	33
Tabela 13: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada.....	34
Tabela 14: Granéis líquidos carregados e descarregados	35
Tabela 15: Granéis sólidos carregados e descarregados	35
Tabela 16: Carga geral carregada e descarregada.....	36
Tabela 17: Movimento de contentores cheios (unidade TEU)	36
Tabela 18: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados	38
Tabela 19: Movimento de contentores cheios de 20' e 40'	40
Tabela 20: Movimento de contentores vazios (TEU).....	40
Tabela 21: Movimento de TEUs vazios carregados e descarregados	40
Tabela 22: Movimento de contentores vazios de 20' e 40'	41
Tabela 23: Movimento total de passageiros	42
Tabela 24: Movimento de passageiros por tipo de atividade	43
Tabela 25: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro	43
Tabela 26: Escalas e passageiros por tipo de itinerário de navios de cruzeiro	45
Tabela 27: Escalas e passageiros por categoria de navios de cruzeiro.....	46
Tabela 28: Número de tripulantes de navios de cruzeiro	47
Tabela 29: Movimento de passageiros interilhas.....	47
Tabela 30: Descarga de inertes provenientes do mar	50
Tabela 31: Movimento de embarcações de recreio não locais.....	52
Tabela 32: Movimento de tripulantes de embarcações de recreio não locais	54
Tabela 33: Principais nacionalidades das embarcações de recreio não locais.....	54
Tabela 34: Classes das embarcações de recreio não locais.....	55
Tabela 35: Indicadores de atividade – Piscinas	56
Tabela 36: Efetivo médio em 31 de dezembro.....	58
Tabela 37: Tipo de vínculo do efetivo em 31 de dezembro	59
Tabela 38: Recursos humanos por Direção-Geral e áreas de suporte em 2015	59
Tabela 39: Regimes de trabalho	59
Tabela 40: Escalões etários do efetivo em 31 de dezembro	60
Tabela 41: Antiguidade do efetivo em 31 de dezembro	61
Tabela 42: Escolaridade do efetivo em 31 de dezembro	62
Tabela 43: Indicadores de sinistralidade	64

Tabela 44: Acidentes por Direção-Geral.....	64
Tabela 45: Indicadores de formação	65
Tabela 46: Investimento realizado por ilha	70
Tabela 47: Investimento realizado por Direção-geral	71
Tabela 48: Formação do Resultado líquido	75
Tabela 49: Rendimentos operacionais	76
Tabela 50: Gastos operacionais.....	77
Tabela 51: Gastos com o pessoal.....	78
Tabela 52: Remunerações do pessoal	78
Tabela 53: Remunerações normais do pessoal	78
Tabela 54: Fornecimentos e serviços externos	79
Tabela 55: Gastos de depreciação e amortização	80
Tabela 56: Resultado operacional	81
Tabela 57: Resultado financeiro	82
Tabela 58: Fundos libertos.....	82
Tabela 59: Balanços	83
Tabela 60: Fundo de maneo	84
Tabela 61: Indicadores económicos	84
Tabela 62: Indicadores financeiros.....	85
Tabela 63: Empresas subsidiárias	87
Tabela 64: Empresas e entidades associadas	87
Tabela 65: Balanços dos Operadores Portuários.....	90
Tabela 66: Demonstração de resultados dos Operadores Portuários.....	91

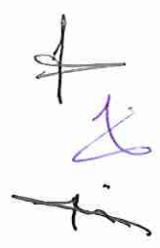


Índice das Figuras

Figura 1: Mapa Estratégico	15
Figura 2: Navios e embarcações entrados em 2015.....	25
Figura 3: Evolução mensal do número de escalas em 2015.....	25
Figura 4: Tipologia de navios e embarcações entrados em 2015.....	26
Figura 5: Evolução mensal da arqueação dos navios em 2015	28
Figura 6: GT por tipo de navios e embarcações entrados em 2015	28
Figura 7: GT de navios e embarcações entrados em 2015, por porto	29
Figura 8: Estadia de navios e embarcações em 2015	29
Figura 9: Estadia dos navios e embarcações entrados em 2015, por tipo de navio	30
Figura 10: Mercadorias movimentadas em 2015, por porto.....	31
Figura 11: Mercadorias movimentadas em 2015, por modo de acondicionamento	32
Figura 12: Mercadorias carregadas e descarregadas (tons.) em 2015.....	34
Figura 13: Movimento de contentores (TEU) cheios em 2015.....	37
Figura 14: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios em 2013, 2014 e 2015	37
Figura 15: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios descarregados em 2015.....	38
Figura 16: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios carregados em 2015	38
Figura 17: Movimento de TEUs carregados em 2015.....	39
Figura 18: Movimento de TEUs descarregados em 2015.....	39
Figura 19: Movimento total de passageiros em 2015	42
Figura 20: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro em 2015	44
Figura 21: Passageiros em navios de cruzeiro por meses	44
Figura 22: Escalas de cruzeiros por tipo de operação	45
Figura 23: Principais nacionalidades dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro	46
Figura 24: Movimento de passageiros interilhas em 2015.....	48
Figura 25: Movimento de passageiros interilhas – Linhas Azul, Verde e Lilás	48
Figura 26: Movimento de passageiros interilhas – Linhas Amarela e Rosa.....	49
Figura 27: Descarga de inertes provenientes do mar em 2015.....	50
Figura 28: Descarga de inertes	50
Figura 29: Movimento de embarcações de recreio não locais em 2015.....	53
Figura 30: Movimento de embarcações de recreio não locais.....	53
Figura 31: Nacionalidade das embarcações de recreio não locais em 2015.....	55
Figura 32: Recursos humanos por tipo de horário	59
Figura 33: Recursos humanos por tipo de horário, em percentagem.....	60
Figura 34: Escalões etários do efetivo entre 2013 e 2015.....	61
Figura 35: Antiguidade do efetivo entre 2012 e 2015.....	62
Figura 36: Escolaridade do efetivo entre 2013 e 2015.....	62
Figura 37: Escolaridade do efetivo entre 2010 e 2015.....	63
Figura 38: Investimento por ilha em 2015.....	70
Figura 39: Investimento por Direções-gerais em 2015.....	71
Figura 40: Componentes de Fornecimentos e serviços externos em 2015.....	79
Figura 41: Componentes de Gastos de depreciação e amortização em 2015	81



CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO



0. Indicadores

Indicadores	Unidade	2015	2014	2013	2012	2011
Movimento portuário						
Escalas de navios	N.º	2.701	2.589	2.743	3.052	3.508
GT de navios	GT/1000	17.379	15.389	15.154	15.820	17.782
Estadia dos navios	N.º	5.679	5.305	5.730	6.707	7.330
Movimento de contentores cheios	N.º	64.935	64.336	69.181	67.833	80.420
Movimento de contentores cheios	TEU	97.535	95.969	102.172	100.293	116.936
Total de mercadorias	'000 Tons.	2.138	2.089	2.184	2.333	2.696
Total de passageiros	Milhares	1.167	1.064	1.014	1.020	1.059
Passageiros em cruzeiros	N.º	141.847	95.765	87.437	102.881	87.009
Náutica de recreio						
Escalas de embarcações	N.º	3.689	3.250	3.327	3.233	3.010
Tripulantes	N.º	14.446	11.995	11.503	12.375	11.870
Pessoal						
Efetivo médio	N.º	271	262	272	280	278
Volume de formação	N.º horas	1.993	2.131	4.920	2.282	2.609
Sinistralidade						
Índice de frequência	-	34,79	30,45	39,89	25,9	14,44
Índice de gravidade	-	0,61	1,20	1,75	0,83	0,41
Finanças						
Volume de negócios	'000 €	17.329	17.479	18.267	17.746	20.224
EBITDA	'000 €	5.373	5.716	7.017	5.244	7.128
Resultados operacionais	'000 €	(2.090)	(1.573)	(274)	(1.777)	508
Resultado líquido	'000 €	(4.516)	(4.333)	(2.912)	(4.247)	(1.043)
Fundos libertos (cash-flow)	'000 €	2.632	2.790	4.197	2.713	5.568
Autonomia financeira ⁽¹⁾	-	0,66	0,68	0,68	0,68	0,69
Rentabilidade das vendas ⁽²⁾	%	-12,06	-9,00	-1,50	-10,01	2,51
Rentabilidade dos capitais próprios ⁽³⁾	%	-2,23	-1,99	-1,31	-1,92	-0,50

⁽¹⁾ Capital próprio/Ativo total líquido

⁽²⁾ Resultados operacionais/Volume de negócios

⁽³⁾ Resultados líquidos/Capital próprio



1. Introdução

O ano de 2015 representará com certeza o início do processo de recuperação da situação da Portos dos Açores, S.A.. Vários indicadores parecem apontar nesse sentido.

De facto, o ano de 2015 ficou marcado pela consolidação do processo de inversão ao nível dos principais indicadores de atividade. Desde logo, através do aumento absolutamente extraordinário do número de passageiros em viagens de cruzeiro, com um aumento de 48 por cento, ultrapassando-se, pela segunda vez, mas desta vez de uma forma perfeitamente notória, a fasquia da centena de milhar de passageiros em escalas de cruzeiro no arquipélago dos Açores. Na verdade, foram atingidos praticamente os 142 mil passageiros em 2015, bastante mais do que os 102.881 passageiros em navios de cruzeiro de 2012. No total dos passageiros, há a registar também outra marca inédita, tendo-se ultrapassado, em 2015, os 1,1 milhões de passageiros. Os próximos anos apresentam-se, neste segmento como bastante promissores, com a consolidação cada vez mais evidente dos Açores no mercado de cruzeiros e o aumento do volume de passageiros interilhas, decorrente do crescimento, embora com índices heterogéneos, que a atividade turística vive no arquipélago.

O número de escalas de navios nos portos comerciais do arquipélago dos Açores registou também uma evolução relativamente favorável, com um acréscimo de 4,3 por cento face ao ano imediatamente anterior. Mas, mais importante do que esta taxa de crescimento é o facto de se ter registado, pela primeira vez, um aumento no número de escalas desde o ano de 2010. Foram, pois, cinco anos de quebras anuais sucessivas no número de escalas de navios.

Ao nível das mercadorias, nomeadamente no que respeita ao volume em toneladas, também 2015 representa o primeiro ano de evolução positiva desde o ano de 2010, com uma percentagem de aumento de 2,4 por cento. No que respeita a contentores, medidos em unidades equivalentes de 20 pés, ou seja em TEU (acrónimo de *Twenty Equivalent Unit*), a evolução foi também positiva em 2015, embora com um aumento muito ligeiro, de 1,6 por cento face a 2014. Espera-se que o aumento do volume de contentores se consolide nos próximos anos, face à tendência notoriamente decrescente observada nos últimos anos.

Todos estes fenómenos operacionais registaram, naturalmente, consequências muito gravosas ao nível financeiro, nomeadamente no que respeita ao nível dos rendimentos da atividade corrente.

Embora com um impacto financeiro relativamente diminuto, destaque ainda para a tendência de crescimento ao nível da náutica de recreio nos últimos anos, com apenas uma exceção no ano de 2014, e consolidada de forma assinalável em 2015, com registo para uma taxa de crescimento de 13,5 por cento.

O Volume de negócios de 2015 manteve-se estacionário, nos 17,3 milhões de euros, registando uma quebra perfeitamente marginal de 0,86 por cento face a 2014. Ao nível dos Gastos operacionais, cifraram-se praticamente nos 19 milhões de euros, com uma variação residual de 0,03 por cento face

a 2014. Destaque ainda para um aumento dos Gastos de depreciação e amortização, da ordem dos 2,4 por cento e uma diminuição dos Juros e outros gastos similares suportados, que registaram um decréscimo muito relevante de cerca de 335 milhares de euros, resultado direto de um conjunto de processos de renegociação da dívida.

Adicionalmente, e com um reflexo direto no resultado líquido da sociedade, registo para o resultado líquido observado na Atlânticoline, não obstante o facto da valorização da participação dessa sociedade ter sido efetuada com base numa estimativa de fecho, uma vez que as contas não se encontram encerradas à data da emissão do presente relatório. Assim, os Ganhos em empresas subsidiárias e associadas atingiu, em 2015, cerca de 1,2 milhões de euros, menos 11,92 por cento do que no ano anterior, contribuindo diretamente para um resultado líquido da Portos dos Açores, S.A. de 4,516 milhões de euros, ligeiramente mais desfavorável do que o registado em 2014.

Ao nível dos Recursos humanos, observou-se um ligeiro acréscimo no número de trabalhadores, processo praticamente inevitável em face do conjunto de saídas registado nos anos mais recentes, em resultado do Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária. Os Gastos com o pessoal, componente muito relevante da estruturas de gastos da empresa, manteve-se nos 11,3 milhões de euros, com uma redução marginal de 0,15 por cento face ao ano anterior.

Foi ainda possível manter um ritmo de investimento bastante razoável, dotando as infraestruturas portuárias de condições para operações mais favoráveis, nomeadamente no que respeita a passageiros. Para além disto, deu-se início a novos investimentos, com destaque muito particular para o porto das Velas, cujas obras proporcionarão uma valorização daquela infraestrutura.

Este é portanto o início de um tempo de renovação, expresso por novos investimentos, que incluirão ainda a substituição de diversos equipamentos portuários, elemento fundamental no processo de modernização portuária e numa perspetiva de incremento do volume de atividade.

Também ao nível da composição dos órgãos sociais observaram-se alterações, com a eleição, em 27 de julho de 2015, dos órgãos sociais para o triénio 2015-2017. Já no início de 2016 ocorreu nova alteração da constituição do Conselho de Administração, com a substituição do Dr. Miguel Correia pelo Eng. João Vargas. O Conselho de Administração é a esta data composto pelo Eng. Fernando Nascimento, como presidente, e ainda pelos vogais Engs. Pedro Silva e João Vargas.

Ao nível das participações financeiras detidas pela Portos dos Açores, será de referir o processo de fusão por incorporação na Atlânticoline, S.A. da empresa Transmaçor, Lda., ocorrido em março de 2015.

Handwritten marks and signatures in the top right corner of the page.



2. Enquadramento estratégico

Nos termos legais, a PA tem por objeto a administração de um vasto conjunto de infraestruturas portuárias e de náutica de recreio, espalhadas pelas várias ilhas do arquipélago dos Açores, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.

Neste contexto, a existência de um Plano Estratégico, documento orientador de diversas políticas e responsabilidades da empresa, de modo a que, em ambos os casos, possuam um carácter consistente e possam ser assumidas e desenvolvidas através de ações que concretizem da melhor forma possível o próprio objeto social da empresa, apresenta-se como documento fundamental. Constitui uma referência orientadora determinante para a evolução futura da empresa, proporcionando também o acompanhamento da trajetória definida.

Durante o exercício de 2015, por vicissitudes várias, não houve a oportunidade de desenvolver os passos indispensável para a concretização do referido Plano Estratégico, sendo expectável que o mesmo esteja concluído durante o exercício de 2016.

As linhas de orientação estabelecidas, conducentes ao tratamento simultâneo das oportunidades que urge aproveitar e das ameaças que convirá mitigar, mantêm-se resumidas nos seguintes tópicos:

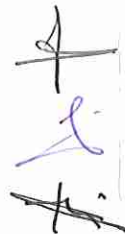
- ☒ Capital humano:
 - ☒ Reenfoque no Colaborador como principal agente;
 - ☒ Horizontalização dos processos de decisão;
 - ☒ Responsabilização dos colaboradores.

- ☒ Processos:
 - ☒ Definição e certificação de processos;
 - ☒ Desmaterialização dos processos – empresa eletrónica.

- ☒ Recursos materiais:
 - ☒ Consolidação de infraestruturas e equipamentos portuários;
 - ☒ Investimento nas novas tecnologias.

- ☒ Turismo e lazer
 - ☒ Novas rotas, novas oportunidades;
 - ☒ Cruzeiros temáticos.

A proposta de Plano Estratégico em trabalho comporta um conjunto de elementos já desenvolvidos e consolidados, nomeadamente:



Visão

Fazer da PA uma referência em termos de organização, potenciando a localização dos seus portos e marinas.







Missão

Garantir a prestação de um serviço público de gestão de infraestruturas e equipamentos portuários ao mais elevado nível, focado na promoção da eficácia e eficiência das operações, acrescentando valor e contribuindo para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores.

Valores





Uma componente fundamental na definição da estratégia da empresa prende-se com os valores transversais, que suportam a atuação de todos aqueles que exercem funções na PA., de modo a cumprir com a Missão acima estabelecida.

Como valores essenciais, consideram-se os seguintes:

-  Orientação para o cliente, na procura da satisfação das suas expectativas;
-  Transparência e ética;
-  Busca da excelência no desempenho das funções;
-  Valorização das pessoas e do conhecimento;
-  Responsabilidade social e ambiental;
-  Defesa do interesse público no exercício de autoridade portuária.

Eixos e objetivos estratégicos

O perfil estratégico da PA assenta num conjunto de eixos fundamentais, decorrente da própria estrutura da empresa, que abarca uma multiplicidade de realidades insulares relativamente distintas. Os eixos estratégicos considerados prioritários no âmbito da definição da estratégia em fase final de elaboração, e que constam do Mapa Estratégico, são os seguintes:

-  Orientação para o cliente e para o mercado;
-  Eficiência;
-  Criação de valor e equilíbrio financeiro;
-  Sustentabilidade e meio envolvente.

Para além disto, tendo em conta os aspetos já debatidos na atual versão do Plano Estratégico, que se mantém em discussão interna, é possível a apresentação dos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico que se apresenta a seguir:






Objetivos estratégicos

O Mapa Estratégico apresentado na página anterior contempla um conjunto de objetivos estratégicos, correspondentes ao conteúdo de cada um dos balões.





Os objetivos, num total de 17, integram-se nas quatro perspetivas do *Balanced Scorecard*, para além de se enquadrarem nos quatro eixos estratégicos definidos acima.

Apresentam-se a seguir os diversos objetivos estratégicos, sendo os mesmos detalhados por perspetiva:








Perspetiva económica e financeira:

-  Criar valor e manter uma estrutura financeira equilibrada;
-  Assegurar uma eficiente utilização das infraestruturas;
-  Aumentar os níveis de produtividade e reduzir os custos unitários.




Perspetiva clientes/mercados:

-  Satisfazer os clientes e utilizadores das diversas infraestruturas e serviços prestados;
-  Consolidar os novos serviços: cruzeiros, passageiros e áreas comerciais;
-  Criar notoriedade na imagem da PA;
-  Proporcionar as melhores relações com *stakeholders* e comunidades locais.

Perspetiva processos internos:

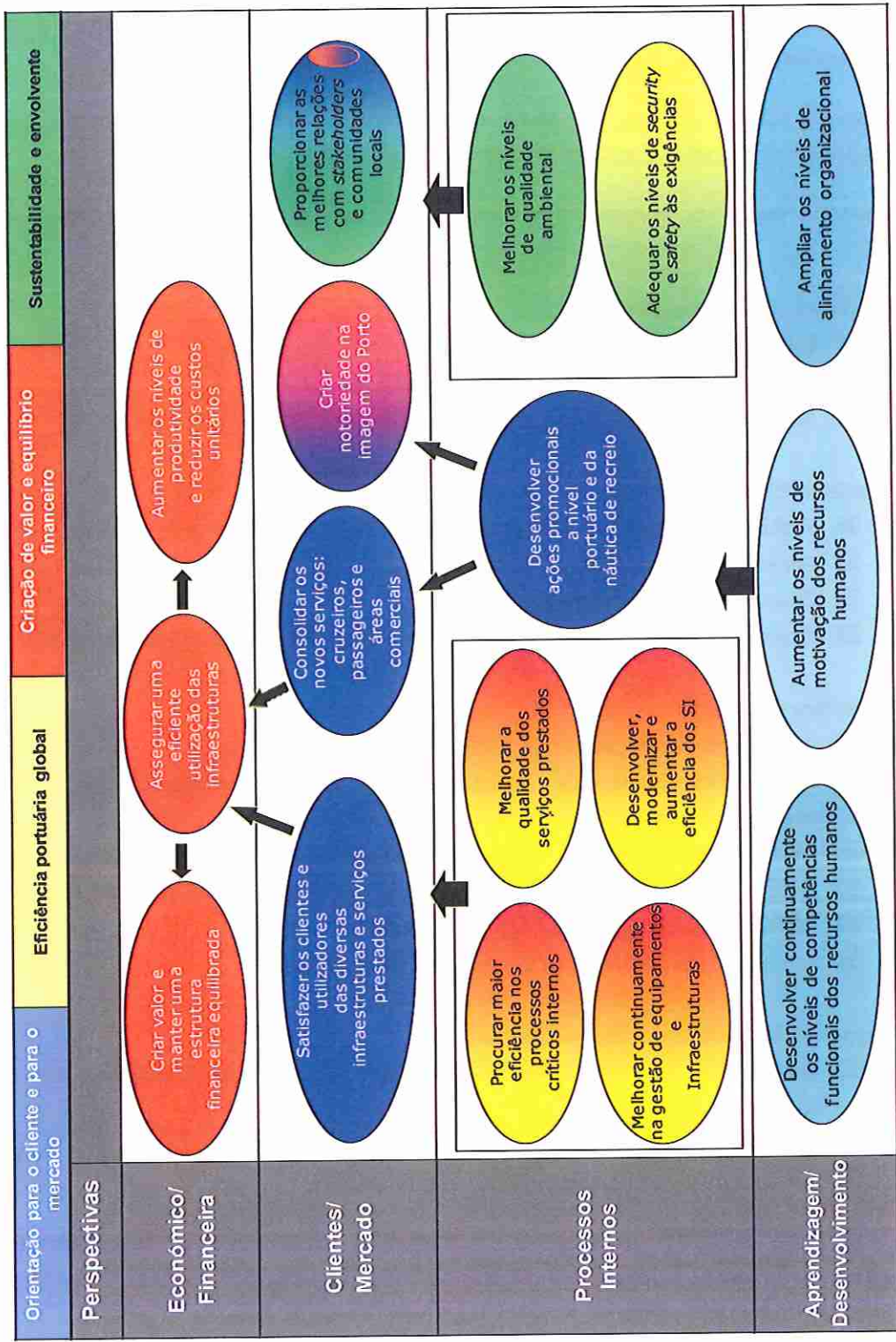
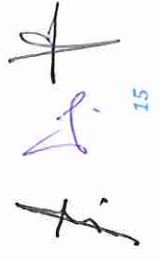
-  Procurar maior eficiência nos processos críticos internos;
-  Melhorar continuamente na gestão de equipamentos e infraestruturas;
-  Melhorar a qualidade dos serviços prestados;
-  Desenvolver, modernizar e aumentar a eficiência dos sistemas de informação;
-  Desenvolver ações promocionais a nível portuário e da náutica de recreio;
-  Melhorar os níveis de qualidade ambiental;
-  Adequar os níveis de *security* e *safety* às exigências.

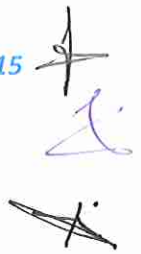
Perspetiva aprendizagem/desenvolvimento:

-  Desenvolver continuamente os níveis de competências funcionais dos Recursos humanos;
-  Aumentar os níveis de motivação dos Recursos humanos;
-  Ampliar os níveis de alinhamento organizacional.

Por fim, referência ao facto dos objetivos estratégicos explicitados no Mapa Estratégico se consubstanciarem em ações a desenvolver dentro do horizonte temporal do Plano Estratégico.

Figura 1: Mapa Estratégico



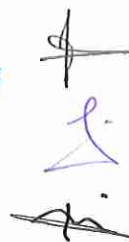
3. Ano 2015: principais acontecimentos

De entre os diversos factos ocorridos ao longo de 2015, será de mencionar, desde logo, a eleição, a 27 de julho, dos novos membros dos órgãos sociais para o triénio 2015-2017.

Para além disto, ocorreram também algumas alterações no que respeita à orgânica da empresa, nomeadamente em abril de 2015, com a criação do Gabinete Jurídico e Contratação Pública (JCPUB), enquanto estrutura intermédia no âmbito do Departamento Jurídico, Administrativo e de Comunicação (JADCO). Para além disto, em dezembro registou-se nova alteração, neste caso no âmbito do Departamento Financeiro (FINAN), anteriormente designado de Departamento de Contabilidade e Finanças (CONFI), passando também a integrar o Departamento de Investimentos e Incentivos.

De entre as diversas atividades a cargo dos diversos departamentos da empresa, destaque, pela relevância e respetivo impacto, para as ações associadas à promoção dos portos e marinas sob jurisdição da Portos dos Açores. A este respeito, serão de referir as seguintes:

- ✎ Participação na 'BOOT', Trade Fair de Dusseldorf, que decorreu de 17 a 25 de janeiro de 2015. Trata-se da maior feira náutica a nível mundial, com mais de 1.500 expositores e 250.000 visitantes. A referida participação visou a promoção das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da Portos dos Açores, com um enfoque nos mercados alemão, holandês e belga e repartida em dois stands: o stand dos Açores, sob coordenação da Associação de Turismo dos Açores (ATA) e o stand da Associação Portuguesa de Portos de Recreio (APPR);
- ✎ Revisão geral da edição de 2015 do Guia "Azores Marinas", editado pela Publiçor em três línguas (português, inglês e francês). Trata-se de uma publicação difundida nas marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago dos Açores, de Portugal continental, França, Reino Unido, Caraíbas e Estados Unidos da América;
- ✎ Participação no evento "Cruise Shipping Miami", que decorreu de 16 a 19 de março de 2015 e destinado ao mercado americano. A participação da Portos dos Açores, destinada à promoção dos seus portos e terminais de cruzeiro no mercado americano, integrou o stand de Portugal daquela feira, coordenado pela Associação de Portos de Portugal (APP);
- ✎ Organização, a 6 de junho de 2015, na Marina da Horta, da cerimónia nacional do hastear da Bandeira Azul nos portos de recreio e marinas portuguesas, conjuntamente com a Associação Bandeira Azula da Europa;
- ✎ Participação na organização, em conjunto com o Clube Naval da Horta, da regata do 28.º aniversário da Marina da Horta, a 10 de junho de 2015, regata essa destinada a veleiros de cruzeiro;
- ✎ Receção e produção de informação e conteúdos de imprensa e rádio no âmbito da 4.ª edição da regata Les Sables/Horta/Les Sables, ocorrida em julho de 2015, e destinada a embarcações de 40 pés e duplas de velejadores, prova organizada pela municipalidade

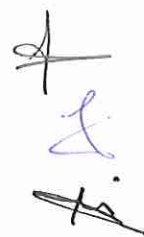


francesa de Sables d'Olonne, com a colaboração da associação Les Sables d'Olonne-Vendée Course au Large, da Associação Classe 40 e do Conselho Geral do Departamento de Vendée. Esta competição integrou, em 2015, o calendário oficial de provas de vela oceânica da Federação Francesa de Vela;

- ✎ Acompanhamento e preparação logística do Terminal Marítimo de passageiros “João Quaresma”, na Madalena do Pico, para a realização de gravação, a 3 de setembro, de programa de televisão comemorativo dos 40 Anos da RTP-Açores;
- ✎ Participação no ‘SeaTrade Europe’, de Hamburgo, que decorreu de 9 a 11 de setembro de 2015. Este evento destinou-se à promoção, no mercado europeu, dos portos e terminais de cruzeiros do arquipélago, integrando-se no stand de Portugal existente naquela feira, coordenado pela APP;
- ✎ Participação em reunião, a 10 de novembro, na Direcção-Geral da Política do Mar, em Lisboa, com vista ao estabelecimento de processo de cooperação e desenvolvimento de portos e destinos náuticos do Atlântico, encontro que congregou a INTERCÉLTICA - Associação Cultural, Desportiva e Turística (representante nacional no projeto NEA, Náutica no Espaço Atlântico), a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, a Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, a Associação Portuguesa de Portos de Recreio (APPR), a DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A., os Portos da Galiza (da ‘Xunta de Galicia’), Associação Galega de Atividades Náuticas (AGAN+) e o Governo da Comunidade Autónoma de Andaluzia;
- ✎ Participação no ‘Salon Nautique International de Paris’, que decorreu de 4 a 13 de dezembro de 2015. Este evento destinou-se à promoção, no mercado francês, das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da PA, contando com a deslocação do responsável pela Marina da Horta, com vista à realização de contactos para a organização de regatas internacionais com integração dos Açores que se perspectiva efectuar ao longo do ano de 2016;
- ✎ Atualização e reimpressão do material de promoção das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da PA, em idioma alemão (“Marinas der Azoren – Begeisterung für den Atlantik”).

Outro facto a destacar como acontecimento relevante ocorrido em 2015 é a alteração na constituição da empresa Atlânticoline, S.A., sociedade em que a Portos dos Açores, S.A. possui uma participação de 83,9 por cento do capital. Esta alteração correspondeu à fusão por integração da empresa Transmaçor, Lda., conforme Resolução de Conselho de Governo n.º 58/2015, de 31 de março.

Em termos operacionais, de destacar o facto de se haver atingido um número recorde de escalas e passageiros em navios de cruzeiro, e da distribuição das escalas terem contemplado, pela primeira vez, a totalidade dos meses do ano. Este facto representa um importante marco para a Portos dos Açores, atendendo a que a atividade associada aos cruzeiros revela uma maturidade crescente.



4. Áreas de negócio

4.1. Enquadramento

O ano de 2015 fica marcado pela conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira celebrado em abril de 2011 entre Portugal e o Fundo Monetário Internacional (FMI), União Europeia e Banco Central Europeu, não obstante Portugal estar ainda sujeito a avaliações periódicas por parte daquelas instituições.

Em termos internacionais, o ano de 2015 foi marcado por um nível de crescimento ténue, marcado pela desaceleração do ritmo de crescimento das economias de mercados emergentes, enquanto as economias mais desenvolvidas registaram uma ligeira recuperação. De acordo com o *World Economic Outlook* de janeiro de 2016, as perspetivas mundiais continuam dominadas por três aspetos: (1) o processo de desaceleração e de reequilíbrio gradual da atividade económica chinesa, que está a proceder a uma inversão da indústria para os serviços e o consumo; (2) a quebra do preço da energia, nomeadamente do preço do petróleo, e de outras matérias-primas; e (3) o endurecimento da política monetária dos Estados Unidos, num contexto de uma recuperação económica resiliente, enquanto os bancos centrais de um conjunto de outros países do mundo mais desenvolvido prosseguem políticas monetárias mais benevolentes.

Esta evolução ao nível da economia da China, que resultou, em 2015, numa evolução mais acentuada do que o previsto ao nível das importações e exportação. Estas circunstâncias, somadas à inquietude do mercado face à evolução futura da economia chinesa, criaram efeitos de contágio a outras economias através dos canais comerciais e da descida do preço das matérias-primas, com efeitos importantes ao nível da confiança e um recrudescimento da volatilidade nos mercados financeiros.

A debilidade da procura mundial, devido não apenas à situação da China mas também de um conjunto de outras economias de mercado emergentes, afectam negativamente o comércio mundial.

A evolução do preço do petróleo é paradigmática, registando desde setembro de 2015 uma tendência marcadamente decrescente, num contexto em que a produção mundial excede o nível de consumo. O mercado de futuros aponta apenas para ligeiros aumentos de preços em 2016 e 2017.

Ainda de acordo com o *World Economic Outlook*, existem vários fatores, nas circunstâncias atuais, que reduziram o impacto positivo da quebra no preço do petróleo, com destaque para as tensões financeiras que os países produtores enfrentam e que os impossibilita de amortecerem o choque, em resultado da contração significativa da procura interna.

Neste contexto, a economia mundial cresceu a um ritmo mais baixo do que em 2014, sobretudo devido ao peso das economias emergentes, alguns mesmo com processos recessivos, como é o caso do Brasil e da Rússia.

As economias avançadas registaram em 2015 um crescimento de 1,9 por cento, mais 0,1 ponto percentual (p.p.) do que em 2014, liderados pelos Estados Unidos, com uma taxa de crescimento de 2,5 por cento. A zona euro, com um crescimento de 1,5 por cento registou uma melhoria muito significativa face à taxa de 0,9 por cento de 2014 e em que sobressai o ritmo de crescimento de Espanha, com 3,2 por cento de crescimento do produto.

Quanto às economias emergentes, sobressai a diminuição do ritmo de crescimento da economia chinesa, de 7,3 por cento em 2014 para 6,9 por cento em 2015, bem como a quebra abrupta do produto no Brasil e Rússia, no primeiro caso, de 0,1 por cento em 2014 para -3,8 por cento em 2015 e, no segundo, de 0,6 por cento em 2014 para -3,7 por cento em 2015. Em termos gerais, o ritmo de crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento registou uma quebra de 0,6 p.p., de 4,6 por cento em 2014 para 4,0 por cento em 2015.

Ao nível do volume do comércio mundial de bens e serviços, o *World Economic Outlook* de janeiro de 2016 aponta para uma quebra do ritmo de crescimento em 2015, de 3,4 por cento em 2014 para 2,6 por cento em 2015. Ao nível das economias avançadas, contudo, registou-se um aumento do nível de trocas, com um crescimento de 4,0 por cento em 2015 contra uma taxa de crescimento de 3,7 por cento em 2014. Já nas economias emergentes e em desenvolvimento o fenómeno foi inverso, com uma quebra abrupta de 3,7 por cento de crescimento das trocas em 2014 para 0,4 por cento em 2015, ou seja, uma quebra de mais de três p.p..

Relativamente à economia nacional, de acordo com dados do final de fevereiro do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2015 o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 1,5 por cento em volume, mais 0,6 p.p. que o verificado no ano anterior, que se cifrou em 0,9 por cento. Em termos nominais, no final de 2015 o PIB situou-se em cerca de 179,4 mil milhões de euros. O contributo da procura interna para a variação anual do PIB aumentou, situando-se em 2,5 p.p. em 2015 (2,2 p.p. em 2014), devido ao crescimento mais intenso das despesas de consumo privado (Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e das Instituições sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias) e o aumento do consumo público. Quanto à procura externa líquida, registou um contributo menos negativo, passando-se de -1,3 p.p. em 2014 para -1,0 p.p. em 2015, reflexo da aceleração das Exportações de Bens e Serviços. Verificou-se ainda, em resultado da diminuição dos preços dos produtos energéticos, um significativo ganho de termos de troca.

Entretanto, registou-se uma desaceleração do Investimento neste período, passando de um crescimento de 5,5 por cento em volume em 2014, para 3,6 por cento. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) acelerou em 2015, registando um aumento de 3,7 por cento em volume, contra 2,8 por cento em 2014, em resultado sobretudo da recuperação da FBCF da Construção que passou de uma taxa de variação de -3,2 por cento em 2014 para um crescimento de 4,1 por cento.

Por último, referência às Exportações e Importações, que aumentaram 5,1 por cento e 7,3 por cento, respetivamente. No primeiro caso, registou-se uma aceleração de um crescimento de 3,9 por cento em 2014 para 5,1 por cento em 2015. No caso das Importações de Bens e Serviços, o crescimento em 2014 e 2015 foi praticamente idêntico, sendo de 7,2 por cento em 2014 e 7,3 por cento em 2015. O Saldo Externo de Bens e Serviços, em termos nominais, aumentou de 0,4 por cento do PIB em 2014 para 0,8 por cento do PIB em 2015, refletindo o efeito combinado do ganho em termos de troca e, em menor grau, da aceleração, em volume, das exportações. O ganho em termos de troca, de -2,1

por cento em 2014 para -4,1 por cento em 2015 reflete a diminuição dos preços dos bens energéticos.

Tabela 1: Taxas de variação anual (%) de componentes do PIB

	2015	2014	2013
Procura Interna	2,4	2,2	-2,0
Exportações	5,1	3,9	7,0
Importações	7,3	7,2	4,7
PIB	1,5	0,9	-1,1

Fonte: INE

O efeito destas variações nas trocas sobre os portos nacionais foi significativo, tal como em anos anteriores, expresso em ritmos de crescimento muito expressivos e amplamente divulgados na imprensa da especialidade. O caso do porto de Sines é paradigmático, tendo crescido oito por cento no volume de contentores em 2015, subindo três posições no ranking dos portos europeus, para o 17.º lugar. Para além disto, este porto representa agora 51,5 por cento da quota nacional.

Tabela 2: Taxas de variação homólogas de Exportações e Importações

	2015 (4.ºT)	2015 (3.ºT)	2015 (2.ºT)	2015 (1.ºT)	2014 (4.ºT)
Exportações	2,3	4,0	7,1	7,1	5,6
Bens (FOB)	2,2	5,1	8,2	7,9	6,2
Serviços	2,7	0,9	4,1	5,0	4,0
Importações	4,3	5,4	12,5	7,3	8,5
Bens (FOB)	5,0	6,0	13,4	7,0	7,4
Serviços	0,1	1,7	7,0	9,2	14,7

Fonte: INE

Na Região Autónoma dos Açores, o ano de 2015 fica indubitavelmente marcado pela extinção das obrigações de serviço público no transporte aéreo e no que respeita às ligações que abrangem os portos de Ponta Delgada (São Miguel) e Lajes (Terceira). Este facto alterou substancialmente o perfil que se vinha registando ao nível da atividade turística, lançando novos desafios que deverão ser devidamente acompanhados pelos diversos intervenientes no setor.

Esta evolução também é perfeitamente notória na tabela 3, onde são apresentados diversos indicadores de atividade na Região Autónoma dos Açores, entre os quais indicadores associados ao turismo, retirados do Boletim Trimestral de Estatística do Serviço Regional de Estatística (SREA), referente ao 4.º trimestre de 2015.

De facto, observou-se um crescimento muito assinalável ao nível das dormidas em estabelecimentos hoteleiros e dos passageiros desembarcados, com variações de dois dígitos, da ordem dos 20 por cento de variação.

Ao nível de um conjunto de outros indicadores também expressam algumas melhorias na evolução recente da economia açoriana. Destaque, no que respeita a indicadores globais, para a diminuição da taxa de desemprego em 3,5 p.p., e do aumento da população empregada, com uma melhoria de 1,1 p.p.. O consumo de energia elétrica registou também uma variação positiva, ao contrário do que havia sucedido em 2014. A inflação mantém-se a um nível baixo, com variações não muito distintas das do todo nacional ou de outras economias do espaço europeu.

No que diz respeito a indicadores parcelares, apresentam algumas variações homólogas relativamente ambíguas, sendo de destacar as já mencionadas variações ao nível dos passageiros desembarcados e dormidas em estabelecimentos hoteleiros.

Tabela 3: Taxas de variação homólogas de indicadores da Região Autónoma dos Açores

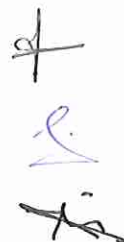
	2015	2015 (4.ºT)	2014	2014 (4.ºT)
Indicadores globais				
Emprego				
População empregada	4,9	2,4	2,3	3,8
Taxa de desemprego	12,8	12,6	16,3	15,5
Consumo de energia	0,5	0,4	-0,2	-0,8
Inflação				
Taxa média	1,0	1,0	0,3	0,3
Taxa homóloga	0,7	0,7	0,4	0,4
Indicadores parcelares				
Agricultura				
Leite entregue nas fábricas	5,3	-0,1	8,0	11,8
Leite para consumo	11,2	7,9	3,8	18,0
Queijo	-5,0	-6,1	4,8	4,0
Gado bovino abatido	10,3	19,2	-6,6	-2,8
Pesca				
Quantidade descarregada	-10,1	-26,1	-34,8	-23,4
Construção				
Edifícios licenciados	14,0	14,4	-12,8	-19,7
Venda de cimento	-2,6	1,3	-15,2	-9,1
Comércio				
Venda automóveis lig.passageiros	27,7	28,8	13,3	11,0
Transportes				
Passageiros desembarcados	21,2	32,3	6,1	9,3
Turismo				
Dormidas estabêlic.hoteleiros	19,6	28,8	0,9	10,0
Comércio com exterior				
Produtos lácteos	39,0	63,1	-4,1	11,8
Peixe fresco	-19,6	-2,1	21,6	18,4
Carne bovina	6,3	20,5	-11,6	-10,6
Conservas	-17,2	-7,7	9,4	-34,4

Fonte: SREA

O número de edifícios licenciados para obras ou a venda de automóveis ligeiros de passageiros são indicadores que permitem perceber uma inversão da perspetiva dos consumidores. No que respeita ao primeiro caso, constata-se uma inversão muito significativa do número de licenças emitidas, ou seja, um aumento de 14 por cento. Não obstante este aumento, a venda de cimento regista uma quebra, embora incomparavelmente inferior à de 2014. A venda de automóveis ligeiros é outro indicador de atividade cuja evolução merece um apontamento particular, após anos sucessivos de variações negativas. Em 2015 a variação foi mesmo muito positiva, com um aumento de 27,7 por cento face a 2014, mais acentuada no quarto trimestre, cuja variação esteve muito próxima dos 30 por cento.

A pesca apresenta alguns indicadores relativamente desfavoráveis, com a diminuição acentuada dos volumes de pesca descarregada. Já na agricultura, as variações são praticamente todas positivas, sendo de destacar, a venda para o exterior de produtos lácteos, que registou em 2015 uma variação absolutamente extraordinária de quase 40 por cento. O volume de carne bovina exportada registou também taxas de variação muito positivas, sobretudo se comparadas com os decréscimos observados em 2014.

É neste contexto que em 2015 o conjunto dos portos dos Açores apresentou uma evolução razoavelmente favorável face à registada nos últimos anos. Assim o demonstram os principais



indicadores de atividade, com particular enfoque no volume de passageiros movimentados, particularmente no caso de passageiros em viagens de cruzeiro, cuja variação atingiu os 48,1 por cento. O número de escalas de navios sofreu também um acréscimo de realçar, após sucessivas quebras nos anos precedentes, com uma variação positiva de 4,3 por cento em 2015. Para além disto, a arqueação de tais embarcações teve um aumento ainda mais proeminente, atingindo os 12,9 por cento. Ao nível dos volumes de mercadorias as variações registadas em 2015 são relativamente ténues ainda, nomeadamente no que respeita ao número de unidades de contentor movimentadas, com um aumento de 1,6 por cento (medida em unidades TEU), esperando-se para os próximos anos um reforço de tais níveis de crescimento.

Também em operações não portuárias, como é o caso da náutica de recreio, os incrementos de atividade são notórios, com um aumento de 13,5 por cento no número de embarcações de recreio visitantes, bem como no número de tripulantes, com mais 20,4 por cento do que em 2014.

4.2. Atividade portuária

4.2.1. Movimento de navios e embarcações

4.2.1.1. Introdução

No ano de 2015 registou-se um total de 2.706 escalas de navios e embarcações, o que representa um aumento de 4,52 por cento face ao ano anterior.

Tabela 4: Navios e embarcações entrados

Portos	Ilhas	2015	2014	Var. %
Ponta Delgada	São Miguel	838	821	2,07%
Praia da Vitória	Terceira	567	565	0,35%
Horta	Faial	289	271	6,64%
Velas	São Jorge	273	228	19,74%
São Roque	Pico	217	215	0,93%
Vila do Porto	Santa Maria	201	187	7,49%
Praia	Graciosa	186	182	2,20%
Lajes	Flores	45	43	4,65%
Calheta	São Jorge	45	43	4,65%
Angra do Heroísmo	Terceira	31	28	10,71%
Lajes	Pico	2	3	-33,33%
Madalena	Pico	5	3	66,67%
Corvo	Corvo	2	0	-
Total		2.701	2.589	4,33%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Esta evolução no número de escalas no conjunto dos portos comerciais do arquipélago foi relativamente generalizada, com exceção apenas no caso do porto das Lajes do Pico, utilizado em operações de navios de cruzeiro com itinerário em diversas ilhas do arquipélago. Neste caso, as

escalas registadas envolvem a ancoragem de navios de cruzeiro, situações relativamente anómalas no contexto do arquipélago.

No que respeita à arqueação dos navios e embarcações, medida em unidades de GT (*Gross Tonnage*), constata-se um acréscimo muito significativo de 12,95 por cento. Tendo em conta o crescimento de quase cinco por cento observado no número de escalas, tal significa um aumento muito significativo da dimensão média dos navios, correspondente a 8,07 por cento.

Tabela 5: Arqueação de navios e embarcações entrados

Unidade: '000 Gross tonnage (GT)

Portos	Ilhas	2015	2014	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	9.254	8.308	11,39%
Praia da Vitória	Terceira	2.595	2.255	15,08%
Horta	Faial	2.047	1.541	32,82%
Velas	São Jorge	1.084	1.032	5,07%
São Roque	Pico	971	952	1,91%
Praia	Graciosa	735	620	18,50%
Vila do Porto	Santa Maria	413	399	3,62%
Lajes	Flores	171	180	-4,60%
Lajes	Pico	12	44	-72,45%
Calheta	São Jorge	30	28	4,52%
Angra do Heroísmo	Terceira	49	27	78,80%
Madalena	Pico	6	2	214,45%
Corvo	Corvo	11	0	-%
Total		17.379	15.389	12,93%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita à estadia dos navios e embarcações com escala nos portos dos Açores, observa-se uma variação de 7,58 por cento, de 5.305 dias de estacionamento em 2014 para 5.707 dias em 2015.

Tabela 6: Estadia de navios e embarcações entrados

Unidade: dias

Portos	Ilhas	2015	2014	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	2.294	2.270	1,06%
Praia da Vitória	Terceira	1.790	1.601	11,81%
Horta	Faial	532	467	13,92%
Velas	São Jorge	276	234	17,95%
São Roque	Pico	224	220	1,82%
Vila do Porto	Santa Maria	218	203	7,39%
Praia	Graciosa	189	182	3,85%
Lajes	Flores	71	51	39,22%
Calheta	São Jorge	45	43	4,65%
Angra do Heroísmo	Terceira	31	28	10,71%
Madalena	Pico	5	3	66,67%
Lajes	Pico	2	3	-33,33%
Corvo	Corvo	2	0	-%
Total		5.679	5.305	7,05%

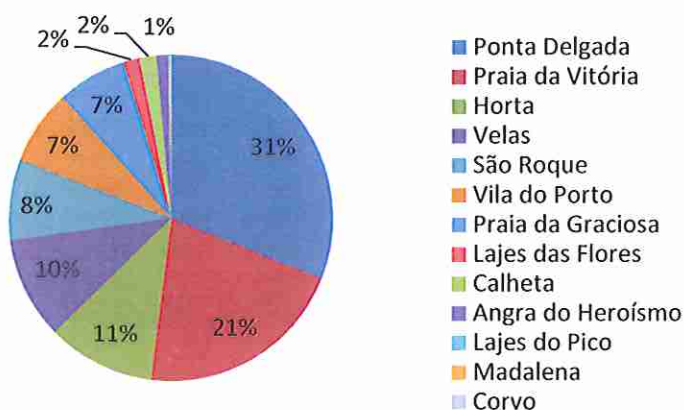
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Tal como acontece desde o ano de 2013, procedeu-se à contabilização dos dados relativos aos portos de Calheta e Madalena, não obstante os mesmos registarem quase exclusivamente operações associadas a embarcações de tráfego local. Para além disto, há a considerar algumas escalas de navios de cruzeiro temáticos nestes portos ou ainda no do Corvo ou no das Lajes do Pico, normalmente com estacionamento ao largo.

4.2.1.2. Movimento de navios e embarcações por porto e tipologia

O porto de Ponta Delgada, com 2.294 navios e embarcações registados, é o porto com o maior número de entradas, correspondente a 31 por cento do total de navios e embarcações entrados nos portos do arquipélago dos Açores.

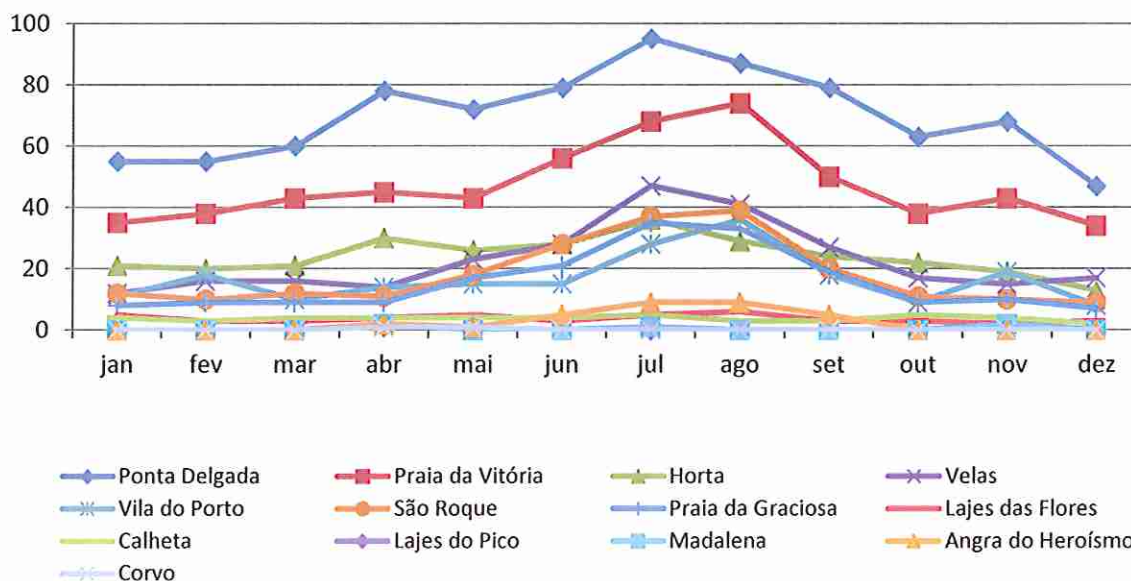
Figura 2: Navios e embarcações entrados em 2015



Segue-se o porto da Praia da Vitória, com 1.818 entradas (21 por cento) e o porto da Horta, com 532 (11 por cento). Os portos das Velas, São Roque, Vila do Porto e Praia da Graciosa apresentam percentagens entre os sete e 10 por cento. Os restantes portos apresentam um número de escalas praticamente residual, igual ou inferior a dois por cento do total de entradas.

Relativamente à evolução mensal do número de escalas, é perfeitamente notória a preponderância dos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória na totalidade dos meses do ano. Sobressai ainda, embora marginalmente, o número de escalas do porto da Horta, particularmente nos meses de abril e outubro, devido a escalas de navios de cruzeiro, bem como, no mês de julho, o número de escalas registadas no porto das Velas.

Figura 3: Evolução mensal do número de escalas em 2015





Para além disto, na figura acima é perceptível uma razoável similitude entre um vasto conjunto de portos, nomeadamente os portos de Horta, São Roque do Pico, Velas, Vila do Porto e Praia da Graciosa, com uma média mensal entre 16 (porto da Praia da Graciosa) e 24 (porto da Horta) escalas.

No que respeita à tipologia dos navios, destaque para os navios e embarcações de carga geral, seguidos muito de perto pelos navios porta-contentores. Estes dois tipos de embarcações representam mais de metade das escalas registadas nos portos do arquipélago em 2014 e 2015.

Tabela 7: Tipologia de navios e embarcações entrados

Tipo de navios	2015	2014	Var.%
Carga Geral	737	735	0,27%
Porta Contentores	703	703	0,00%
Passageiros	530	496	6,85%
Tanque	296	278	6,47%
Outros	258	240	7,50%
Cruzeiros	137	90	52,22%
Graneleiros	40	47	-14,89%
Total	2.701	2.589	4,33%

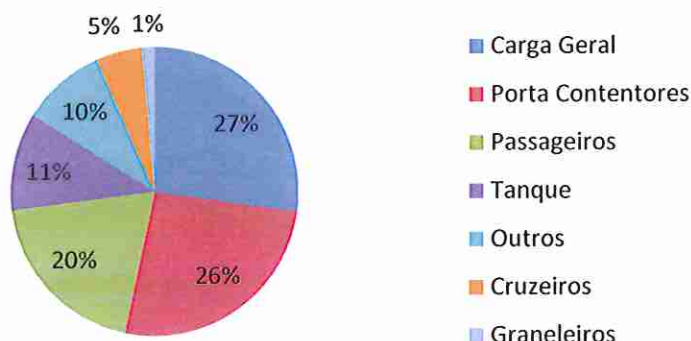
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De qualquer forma, merece um particular destaque a variação ocorrida nos navios de cruzeiro, com um aumento de 52,22 por cento em 2015, face ao ano anterior. Foram ultrapassadas as 100 escalas anuais no arquipélago, facto que se verificara apenas uma vez, em 2012, ano em que se registaram 120 escalas.

No caso concreto dos navios e embarcações de carga geral, associados sobretudo a operações de tráfego local, constata-se a sua prevalência em alguns portos, como é o caso de Calheta e Madalena, bem como ainda o porto de Vila do Porto (43,78 por cento) e Praia da Graciosa (31,72 por cento).

Também o porto da Praia da Vitória, base de operação do operador “Transportes Marítimos Graciosenses, Lda.”, regista um número assinalável de escalas de embarcações de tráfego local correspondente a 37,21 por cento do total de escalas daquele porto, seguindo-se o porto das Velas, com 35,9 por cento de escalas de embarcações de tráfego local.

Figura 4: Tipologia de navios e embarcações entrados em 2015



Nos portos de Vila do Porto e da Praia da Graciosa, o peso relativo deste tipo de tráfego é relativamente significativo devido à preponderância, respetivamente, das ligações com os portos de

Ponta Delgada e Praia da Vitória, portos centrais nas respetivas operações de tráfego local nos grupos oriental e central.

O segmento correspondente aos navios porta-contentores regista em 2015 um peso relativo de 26 por cento no total de escalas nos portos do arquipélago, mantendo o mesmo número de escalas registado no ano anterior (703 escalas). Este segmento é sobretudo influenciado pelo regime de cabotagem insular, situação que decorre do disposto no Decreto-Lei n.º 7/2006, de 4 de janeiro.

O porto de Ponta Delgada, com 6 escalas semanais e 44,24 por cento das escalas nos portos dos Açores, e o porto da Praia da Vitória, com 3 escalas semanais e 21,2 por cento, são os principais portos no que respeita a escalas de navios porta-contentores. Os portos da Horta, São Roque do Pico e Velas registam, por regra, uma escala semanal, enquanto os portos de Vila do Porto, Praia da Graciosa e Lajes das Flores têm apenas escalas quinzenais de navios porta-contentores.

4.2.1.3. Arqueação de navios e embarcações por porto e tipologia

Relativamente à dimensão dos navios, medida em unidade GT, a principal tipologia corresponde aos navios de cruzeiros, com 6.137 milhares de GT em 2015, um aumento muito expressivo de 47,47 por cento face ao ano imediatamente anterior, seguindo-se os navios porta-contentores, com 3.864 milhares de GT em 2015 e uma variação homóloga de 3,73 por cento.

Tabela 8: Arqueação dos navios e embarcações entrados, por tipo de navio

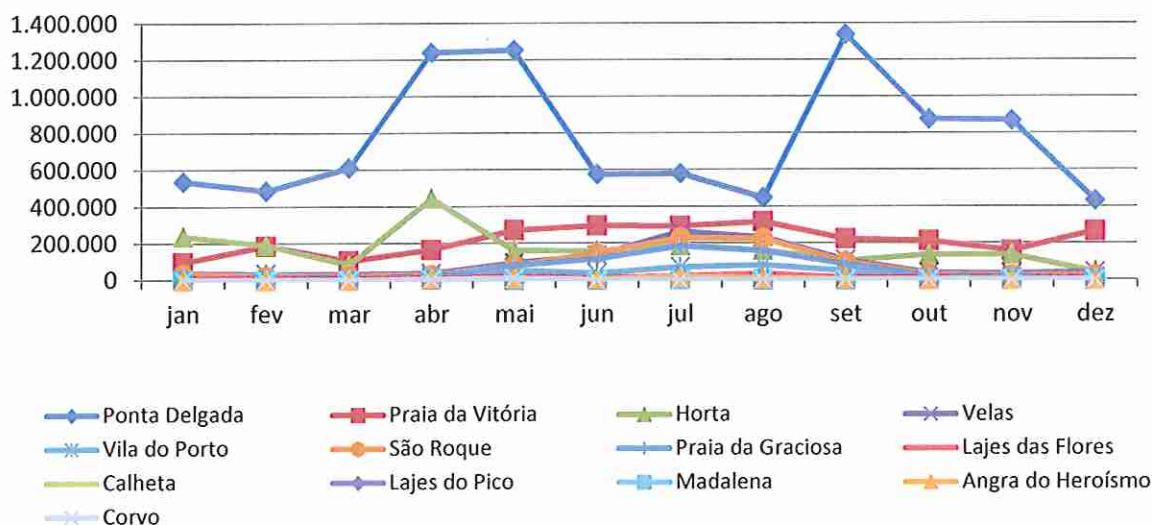
Tipo de navios	Unidade: '000 Gross tonnage (GT)		
	2015	2014	Var.%
Cruzeiros	6.137	4.162	47,47%
Porta Contentores	3.864	3.725	3,73%
Passageiros	3.481	3.216	8,26%
Tanque	1.831	1.921	-4,71%
Outros	919	835	10,13%
Graneleiros	614	885	-30,60%
Carga Geral	533	646	-17,57%
Total	17.379	15.389	12,93%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Os portos de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta concentram a quase totalidade da arqueação no que respeita a navios de cruzeiro (97,76 por cento), sendo que o porto de Ponta Delgada concentra 73,95 por cento da arqueação total dos navios de cruzeiro com escala nos diversos portos dos Açores, seguindo-se o porto da Horta, com 13,58 por cento, e o porto da Praia da Vitória, com 10,23 por cento.

Em termos de tonelagem de arqueação, observa-se uma preponderância do porto de Ponta Delgada, mais perceptível ainda com as escalas de navios de cruzeiro, cuja grande maioria, sobretudo no que diz respeito aos navios de maior dimensão, ocorre durante a primavera (nos meses de abril e maio) e no outono (nos meses de setembro, outubro e novembro).

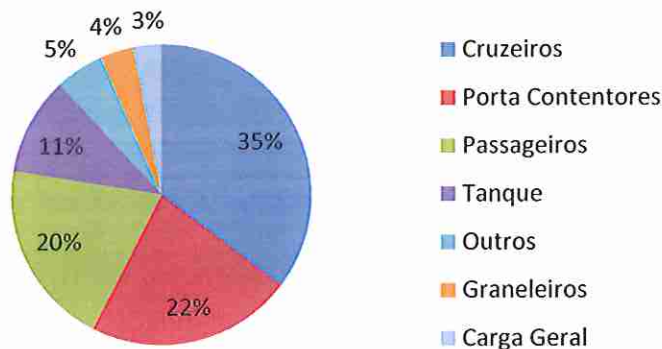
Figura 5: Evolução mensal da arqueação dos navios em 2015



De referir ainda que, pela primeira vez ocorreram escalas de navios de cruzeiro em todos os meses do ano. Este facto revela que os portos dos Açores posicionam-se na indústria com uma relativa maturidade, e já não com uma grande preponderância em escalas sazonais e de reposicionamento.

No que respeita a navios porta-contentores, a desagregação é relativamente mais homogénea, representando o porto de Ponta Delgada 47,65 por cento da arqueação total deste tipo de navios, o porto da Praia da Vitória 20,58 por cento e o porto da Horta 9,25 por cento.

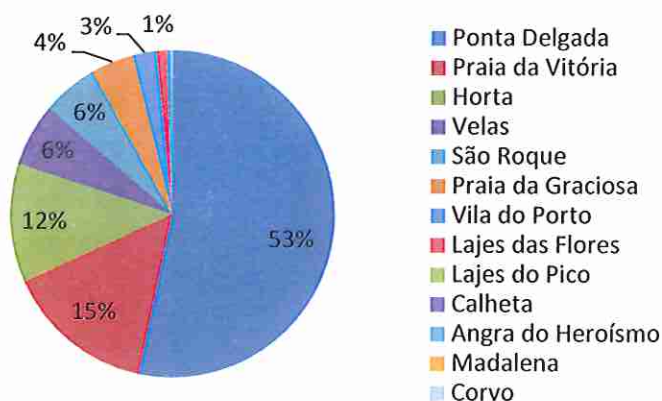
Figura 6: GT por tipo de navios e embarcações entrados em 2015



O porto de Ponta Delgada representa 53,25 por cento da arqueação total dos navios com escalas nos portos dos Açores e 31,03 por cento das escalas. Dessa percentagem de arqueação, praticamente 50 por cento diz apenas respeito a navios de cruzeiro, os maiores navios com escala nos portos açorianos. Nos restantes portos sobressaem escalas de navios com dimensões relativamente mais reduzidas. De facto, a arqueação média de navios de cruzeiro com escala no porto de Ponta Delgada é de 61.000 GT, enquanto nos portos da Praia da Vitória e Horta, a média é da ordem dos 36.000 GT. Nos restantes portos observam-se arqueações relativamente diminutas, associadas a navios de cruzeiro vocacionados para um segmento de nicho, como é o caso dos cruzeiros de expedição. Nestas circunstâncias, a média de arqueação não ultrapassa 7.628 GT registada no porto de Vila do Porto.



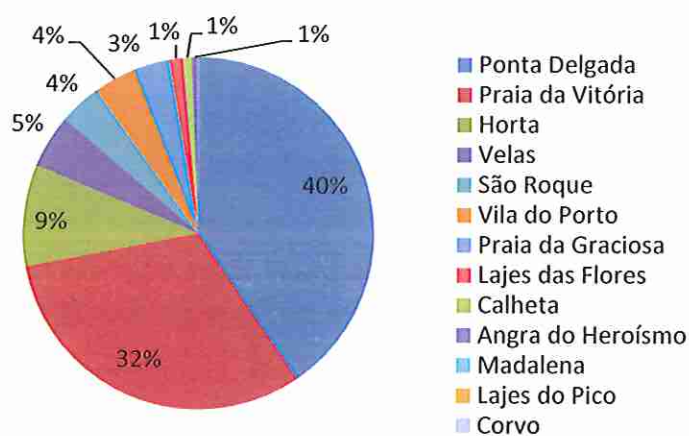
Figura 7: GT de navios e embarcações entrados em 2015, por porto



4.2.1.4. Estadia de navios e embarcações por porto e tipologia

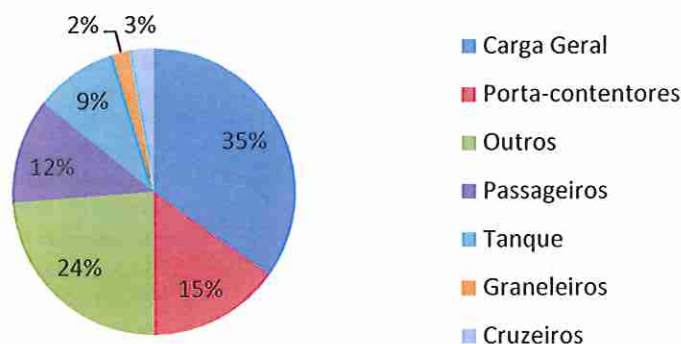
A estadia dos navios e embarcações com entrada nos portos dos Açores registou, em 2015, um total de 5.679 dias, um acréscimo de 7,05 por cento face ao ano imediatamente anterior. Tendo em conta o aumento de 4,33 por cento ao nível do número de escalas observado, constata-se um acréscimo da estadia média correspondente a 2,61 por cento, de 2,05 dias em 2014 para 2,10 dias em 2015.

Figura 8: Estadia de navios e embarcações em 2015



A generalidade dos portos registou uma evolução positiva, sendo de destacar o aumento mais acentuado que se registou no porto das Lajes das Flores (39,22 por cento), Velas (17,95 por cento) e Horta (13,92 por cento). Deverá ainda destacar-se que estes aumentos ocorrem após um ano de 2014 com quebras ao nível das escalas e da estadia dos navios, com particular relevância para o porto da Horta, em que o volume de dias estadia dos navios e embarcações registara uma quebra de praticamente 25 por cento.

Figura 9: Estadia dos navios e embarcações entrados em 2015, por tipo de navio



No que respeita à categoria dos navios e embarcações, 34,81 por cento das estadias correspondem a navios ou embarcações de carga geral, e em que predominam de forma muito notória as embarcações de tráfego local, com mais de 90 por cento das estadias deste grupo de navios e embarcações.

Os navios porta-contentores registam 15,13 por cento das estadias, enquanto os navios de passageiros representam 11,97 por cento, associados praticamente na íntegra a estadias de navios de passageiros interilhas. Estas três categorias de embarcações representam, no conjunto, cerca de 62 por cento das estadias.

4.2.2. Movimento de mercadorias

4.2.2.1. Volume de mercadorias movimentadas por porto

O volume de mercadorias movimentadas nos portos do arquipélago dos Açores em 2015 atingiu os 2.138 milhões de toneladas, o que corresponde a um aumento de 2,36 por cento face ao volume movimentado no ano de 2014.

Tabela 9: Movimento total de mercadorias

		Unidade: tons.		
Portos	Ilhas	2015	2014	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	1.338.120	1.266.985	5,61%
Praia da Vitória	Terceira	472.932	504.107	-6,18%
São Roque	Pico	92.272	88.262	4,54%
Horta	Faial	86.752	81.401	6,57%
Velas	São Jorge	61.141	56.814	7,62%
Vila do Porto	Santa Maria	30.684	35.714	-14,09%
Praia	Graciosa	26.788	26.334	1,72%
Lajes	Flores	22.439	24.397	-8,03%
Calheta	São Jorge	5.826	3.985	46,20%
Madalena	Pico	994	669	48,70%
Total		2.137.949	2.088.668	2,36%

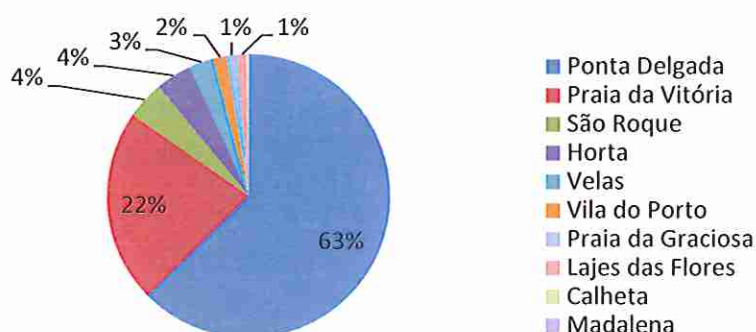
Fonte: Portos dos Açores, S.A.



O porto de Ponta Delgada, com 1.338 mil toneladas, apresenta-se como o principal porto em termos de movimentação de mercadorias, seguido do porto da Praia da Vitória, com 473 mil toneladas. Todos os restantes portos apresentam volumes de movimentação inferiores a 100 mil toneladas, destacando-se os portos de São Roque do Pico e Horta, com 92 e 87 milhares de toneladas, respetivamente.

As principais variações são os aumentos registados nos portos de Velas (7,62 por cento), Horta (6,57 por cento) e Ponta Delgada (5,61 por cento), sendo ainda de mencionar as diminuições observadas nos portos de Vila do Porto (-14,09 por cento), Lajes das Flores (-8,03 por cento) e Praia da Vitória (-6,18 por cento). Nos portos da Calheta e Madalena do Pico, não obstante os diminutos volumes movimentados, observaram-se variações extremamente positivas, praticamente da ordem dos 50 por cento.

Figura 10: Mercadorias movimentadas em 2015, por porto



4.2.2.2. Mercadorias por modo de acondicionamento

Em termos de desagregação das mercadorias por modo de acondicionamento, observa-se uma variação positiva em todos os modos, com exceção dos granéis sólidos.

Tabela 10: Movimento total de mercadorias por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2015	2014	Var.%
Carga contentorizada	1.138.527	1.075.981	5,81%
Granéis sólidos	372.969	441.360	-15,50%
Granéis líquidos	486.118	432.365	12,43%
Carga geral	140.335	138.962	0,99%
Total	2.137.949	2.088.668	2,36%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

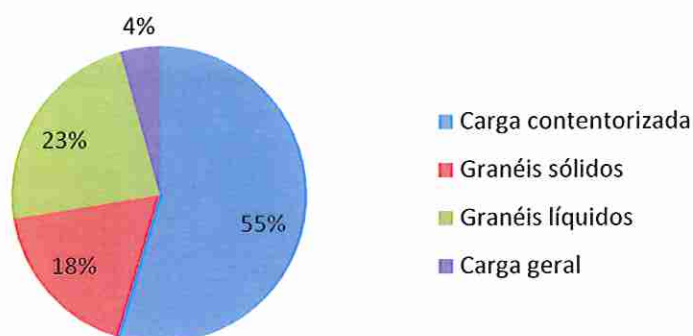
Relativamente às variações positivas, será de mencionar desde logo a evolução ao nível dos granéis líquidos, exclusivamente associado a combustíveis derivados do petróleo (gás butano, gasolina, gasóleo, fuelóleo e jet fuel), em que a variação correspondeu a 12,43 por cento. Também merece destaque o aumento de 5,81 por cento registado ao nível da carga contentorizada, após um decréscimo de 7,8 por cento observado no ano anterior.



As operações em carga geral, para além de constituírem um modo com um peso relativamente diminuto no contexto do conjunto dos portos, registaram uma variação praticamente residual, ainda assim positiva, após decréscimos sucessivos nos últimos anos.

Em oposição, registou-se em 2015 um decréscimo bastante acentuado de 15,50 por cento na movimentação de granéis sólidos. Este tipo de operação está associada, em grande medida, à importação de cereais para alimentação animal ou incorporação em rações e, numa percentagem relativamente inferior, a cimento (exclusivamente no porto da Praia da Vitória) ou clínquer e gesso para fabrico de cimento, neste último caso no porto de Ponta Delgada.

Figura 11: Mercadorias movimentadas em 2015, por modo de acondicionamento



O porto da Praia da Vitória, com uma quebra verdadeiramente extraordinária de 31,03 por cento, influenciou de forma muito notória a evolução registada no conjunto dos portos dos Açores. Já no caso do porto de Ponta Delgada, ocorreu um decréscimo de 9,54 por cento, particularmente visível ao nível das descargas de clínquer e gesso, cuja quebra rondou os 10 por cento, enquanto ao nível dos cereais a variação foi bastante inferior, da ordem dos cinco por cento. Por último, referência para três operações de carga de granéis sólidos com origem no porto de Ponta Delgada e destinadas ao porto de Vila do Porto, num total de 618 toneladas.

No que diz respeito à mercadoria contentorizada, constitui o principal modo de acondicionamento, com 54,55 por cento do total das mercadorias, mais praticamente dois pontos percentuais (p.p.) do que em 2014, atingindo praticamente 1.139 milhares de toneladas.

4.2.2.3. Mercadorias carregadas e descarregadas

Numa análise específica às mercadorias descarregadas e carregadas, abordaremos em primeiro lugar as mercadorias carregadas. A este nível, observa-se um crescimento de 10,76 por cento no volume de mercadorias, com realce para os granéis líquidos, que registou um aumento de 17,09 por cento, seguido dos contentores, em que o aumento de peso foi de 11,27 por cento.

Tabela 11: Movimento de mercadorias carregadas por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2015	2014	Var.%
Carga contentorizada	456.765	410.510	11,27%
Granéis líquidos	77.751	66.406	17,09%
Granéis sólidos	618	0	-%
Carga geral	61.683	61.946	-0,43%
Total	596.817	538.862	10,76%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A carga geral vem apresentando sucessivamente uma perda de importância, sendo o ano de 2015 aquele em que o volume de carga geral é o mais baixo do último quinquénio. Para além disto, em 2014 e 2015 observaram-se, pela primeira vez, volumes anuais da ordem das 62.000 toneladas.

No conjunto, o volume global das mercadorias carregadas atingiu praticamente as 600.000 toneladas, volume mais próximo do registado nos anos de 2012 e 2013. De facto, o ano de 2014 representara, desde 2011, o volume mais reduzido a nível das mercadorias carregadas.

Já no que respeita a operações de desembarque, observa-se também um crescimento mais acentuado ao nível dos granéis líquidos, equivalente a 11,59 por cento, ultrapassando-se as 400.000 toneladas. A carga contentorizada e a carga geral apresentam também variações positivas, embora de bastante menor relevância. Em contrapartida, os granéis sólidos enfrentaram uma redução muito substancial, atingindo 372 mil toneladas, o volume mais baixo dos últimos cinco anos.

Tabela 12: Movimento de mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento

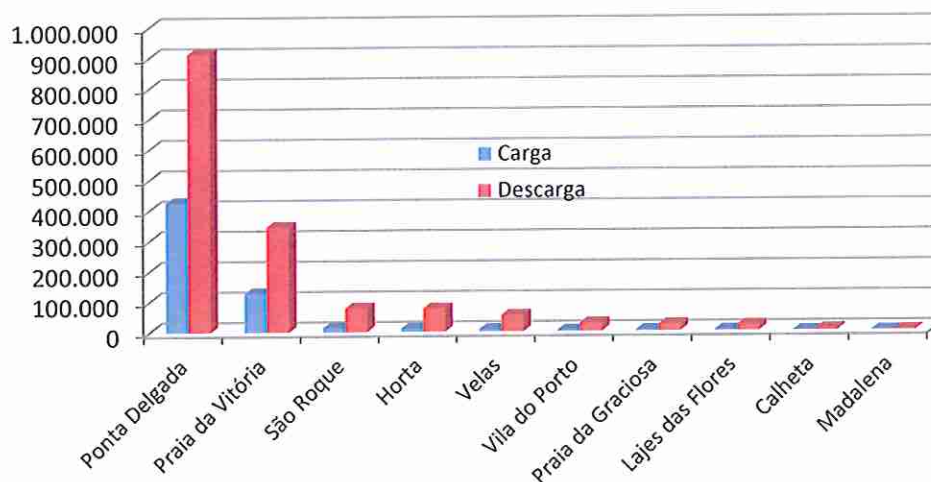
Portos	Unidade: tons.		
	2015	2014	Var.%
Carga contentorizada	681.761	665.471	2,45%
Granéis sólidos	372.351	441.360	-15,64%
Granéis líquidos	408.367	365.960	11,59%
Carga geral	78.652	77.015	2,13%
Total	1.541.132	1.549.807	-0,56%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos globais, as mercadorias descarregadas registaram um decréscimo, inferior a um por cento. Neste contexto, o ano de 2015 assistiu a um melhoramento do rácio entre mercadorias descarregadas e carregadas, que se cifrou em 2,58 toneladas descarregadas por cada tonelada carregada. Em 2014 o rácio cifrara-se em 2,88.

Em termos individuais, esta relação entre mercadorias carregadas e descarregadas é muito díspar, registando-se, nos portos com maior volume de mercadorias, um mínimo no porto de Ponta Delgada (2,14 em 2015 e 2,50 em 2014) e o máximo no porto da Horta (7,26 em 2015 e 7,55 em 2014).

Figura 12: Mercadorias carregadas e descarregadas (tons.) em 2015



Este tipo de relação é relativamente menos acentuada no que respeita às mercadorias contentorizadas, observando-se, para a totalidade dos portos, uma relação de 1,49 (1,62 em 2014). A menor relação ocorre no porto de Ponta Delgada (1,07 em 2015 e 1,28 em 2014), seguindo-se a do porto da Praia da Vitória (2,07 em 2015 e 1,75 em 2014), e a maior no porto das Lajes das Flores (4,7 em 2015 e 6,03 em 2014).

Tabela 13: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada

Portos	Ilhas	2015			2014			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	341.814	367.057	708.871	282.985	363.441	646.426	20,79%	1,00%	9,66%
Praia da Vitória	Terceira	79.775	165.520	245.295	90.724	158.641	249.365	-12,07%	4,34%	-1,63%
São Roque	Pico	11.219	42.617	53.836	12.095	41.660	53.755	-7,24%	2,30%	0,15%
Horta	Faial	7.999	36.207	44.206	9.101	34.238	43.339	-12,11%	5,75%	2,00%
Velas	São Jorge	6.344	35.800	42.144	6.641	32.315	38.956	-4,46%	10,78%	8,19%
Lajes	Flores	3.127	14.702	17.830	2.745	16.547	19.291	13,95%	-11,15%	-7,58%
Vila do Porto	Santa Maria	2.798	11.150	13.948	2.871	10.595	13.466	-2,54%	5,23%	3,58%
Praia	Graciosa	3.688	8.708	12.396	3.348	8.035	11.383	10,16%	8,38%	8,90%
Total		456.765	681.761	1.138.527	410.510	665.471	1.075.981	11,27%	2,45%	5,81%

 Unidade: tons.
 Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita a granéis líquidos este tipo de análise não se justifica, atendendo ao regime de distribuição interilhas implementado. De facto, conforme referido acima, apenas o porto de Ponta Delgada regista um volume significativo de embarque de granéis líquidos, com 71 milhares de toneladas de combustíveis carregados. A generalidade dos restantes portos recebe granéis líquidos a partir do porto de Ponta Delgada, com exceção do porto da Horta e Praia da Vitória. No primeiro caso, a Horta recebe do exterior gás liquefeito para engarrafamento, enquanto no segundo, o porto da Praia da Vitória recebe do exterior a generalidade dos granéis líquidos.

Tabela 14: Granéis líquidos carregados e descarregados

Unidade: tons.

Portos	Ilhas	2015			2014			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	71.316	244.330	315.646	65.991	207.719	273.711	8,07%	17,63%	15,32%
Praia da Vitória	Terceira	2.571	87.544	90.115	335	80.835	81.170	667,53%	8,30%	11,02%
Horta	Faial	2.061	30.362	32.423	0	27.496	27.496	-%	10,42%	17,92%
São Roque	Pico	1.450	18.830	20.280	79	17.290	17.369	1727,03%	8,91%	16,76%
Velas	São Jorge	353	10.709	11.061	0	10.159	10.159	-%	5,41%	8,88%
Vila do Porto	Santa Maria	0	7.529	7.529	0	12.773	12.773	-%	-41,06%	-41,06%
Lajes	Flores	0	3.972	3.972	0	4.603	4.603	-%	-13,71%	-13,71%
Praia	Graciosa	0	5.091	5.091	0	5.084	5.084	-%	0,14%	0,14%
Total		77.751	408.367	486.118	66.406	365.960	432.365	17,09%	11,59%	12,43%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O movimento de granéis sólidos ocorre apenas em alguns dos portos dos Açores, tendo-se cingido, em 2015, apenas aos portos de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Vila do Porto. Neste último caso, trata-se de algumas operações pontuais de descarga de pedra a partir do porto de Ponta Delgada.

Conforme já referido, há a considerar sobretudo dois tipos de mercadorias neste tipo de granel: cereais e cimento ou clínquer e gesso. No primeiro caso, trata-se de produtos alimentares para rações e, no segundo, de produtos para a construção civil. No caso do porto da Praia da Vitória, há lugar à descarga de cimento e, no porto de Ponta Delgada, clínquer e gesso para fabrico de cimento.

Relativamente a cereais, o porto da Praia da Vitória movimentou 69 mil toneladas (77 mil em 2014), enquanto no porto de Ponta Delgada foram movimentadas 223 mil toneladas (234 mil em 2014).

De referir, no que respeita à movimentação de cimento a granel e clínquer e gesso, que o porto da Praia da Vitória movimentou em 2014 um total de 17,3 mil toneladas (46 mil toneladas em 2014) de cimento, enquanto no caso do porto de Ponta Delgada, ocorreram descargas de clínquer e gesso que atingiram, em 2015, um total de 63 mil toneladas (68 mil toneladas em 2014).

Tabela 15: Granéis sólidos carregados e descarregados

Unidade: tons.

Portos	Ilhas	2015			2014			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	618	285.362	285.980	0	316.124	316.124	-%	-9,73%	-9,54%
Praia da Vitória	Terceira	0	86.372	86.372	0	125.236	125.236	-%	-31,03%	-31,03%
Vila do Porto	Santa Maria	0	618	618	0	0	0	-%	-%	-%
Total		618	372.351	372.969	0	441.360	441.360	-%	-15,64%	-15,50%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Por último, referência à carga geral, que inclui os mais diversos tipos, desde viaturas e maquinaria, peças avulsas, carga paletizada, entre outras. Em 2015, os portos dos Açores movimentaram mais de 140 mil toneladas e, em 2014, praticamente 139 milhares de toneladas deste tipo de cargas.

Tabela 16: Carga geral carregada e descarregada

Unidade: tons.

Portos	Ilhas	2015			2014			Var. %		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Praia da Vitória	Terceira	45.296	5.854	51.150	43.457	4.880	48.336	4,23%	19,96%	5,82%
Ponta Delgada	São Miguel	11.592	16.031	27.623	12.642	18.082	30.724	-8,31%	-11,34%	-10,09%
São Roque	Pico	1.352	16.804	18.156	1.462	15.674	17.137	-7,56%	7,21%	5,95%
Horta	Faial	442	9.680	10.122	425	10.141	10.566	4,10%	-4,55%	-4,20%
Praia	Graciosa	582	8.719	9.301	979	8.888	9.867	-40,56%	-1,90%	-5,74%
Vila do Porto	Santa Maria	944	7.646	8.590	1.376	8.100	9.476	-31,40%	-5,61%	-9,35%
Velas	São Jorge	849	7.087	7.935	1.131	6.568	7.699	-24,99%	7,90%	3,07%
Calheta	São Jorge	326	5.500	5.826	235	3.750	3.985	38,57%	46,67%	46,20%
Madalena	Pico	43	951	994	20	649	669	114,90%	46,65%	48,70%
Lajes	Flores	257	380	637	219	283	503	17,05%	34,24%	26,73%
Total		61.683	78.652	140.335	61.946	77.015	138.962	-0,43%	2,13%	0,99%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O porto da Praia da Vitória, com 51 mil toneladas em 2015 é o principal porto do arquipélago no que respeita a este tipo de cargas, devido às operações associadas ao tráfego local, através do operador de transporte Transportes Marítimos Graciosenses, que se dedica à atividade de transporte marítimo no Grupo Central do arquipélago dos Açores.

4.2.2.4. Mercadoria contentorizada

A movimentação de contentores constitui um das principais atividades nos portos do arquipélago, conforme demonstrado pelo número de navios desse tipo com escala nos portos dos Açores. Em 2015 movimentaram-se 97.535 unidades cheias em unidades TEU (Unidades equivalentes de 20 pés), contra as 95.969 unidades registadas em 2014, o que representa um acréscimo de 1,63 por cento. Apenas os portos de Ponta Delgada e da Praia da Vitória movimentaram, em 2015, 83,46 por cento do total. Os restantes portos movimentaram em 2015 um número bastante mais reduzido, que não atinge, em nenhum dos casos, os 5.000 TEU, ou cinco por cento do total. Apenas o porto de São Roque do Pico, em 2014 e anos anteriores, registou um volume superior a 5.000 unidades TEU.

Tabela 17: Movimento de contentores cheios (unidade TEU)

Portos	Ilhas	2015	2014	Var. %
Ponta Delgada	São Miguel	61.906	59.143	4,67%
Praia da Vitória	Terceira	19.499	20.068	-2,84%
São Roque	Pico	4.610	5.241	-12,04%
Horta	Faial	4.310	4.518	-4,60%
Velas	São Jorge	3.112	2.985	4,25%
Lajes	Flores	1.595	1.681	-5,12%
Vila do Porto	Santa Maria	1.325	1.268	4,50%
Praia	Graciosa	1.178	1.065	10,61%
Total		97.535	95.969	1,63%

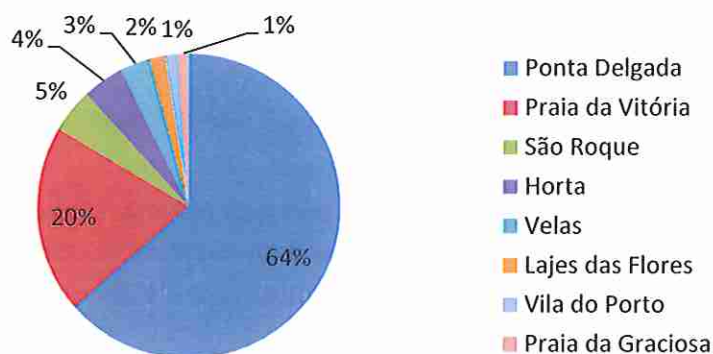
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos de variações, observam-se evoluções muito díspares entre os vários portos, sendo de referenciar, desde logo, a evolução positiva registada em 2015 no porto de Ponta Delgada, com quase mais 2.800 unidades TEU. Os portos de Velas, Vila do Porto e Praia da Graciosa apresentam

também variações positivas merecedoras de destaque. No conjunto, as variações positivas corresponderam a uma variação de mais 3.000 unidades TEU.

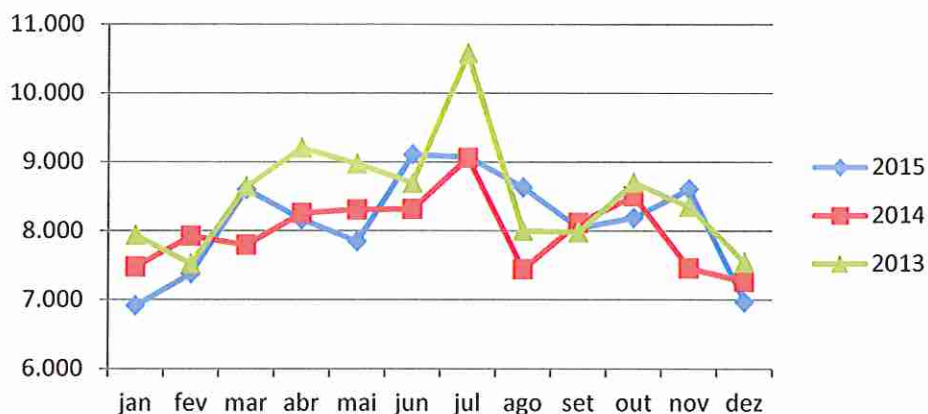
Em sentido contrário, observaram-se reduções no volume de unidades TEU nos portos de São Roque do Pico, Praia da Vitória, Horta e Lajes, totalizando praticamente menos 1.500 unidades TEU no conjunto destes quatro portos.

Figura 13: Movimento de contentores (TEU) cheios em 2015



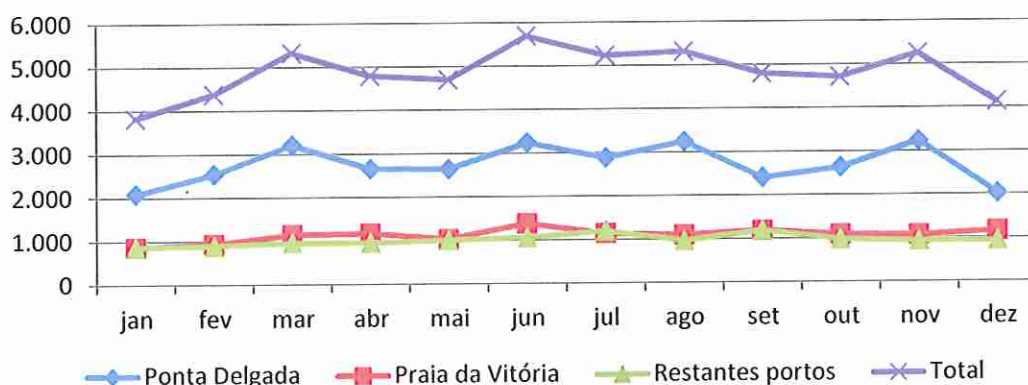
Em termos de movimentação mensal de contentores, observa-se em 2015 uma maior variabilidade do que a registada em 2014. De qualquer forma, as variações mensais de 2015 e 2014 são relativamente menos acentuadas do que as observadas em 2013. Sobressai, no que respeita a 2015, os valores particularmente baixos de janeiro e dezembro, os mais baixos do triénio.

Figura 14: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios em 2013, 2014 e 2015



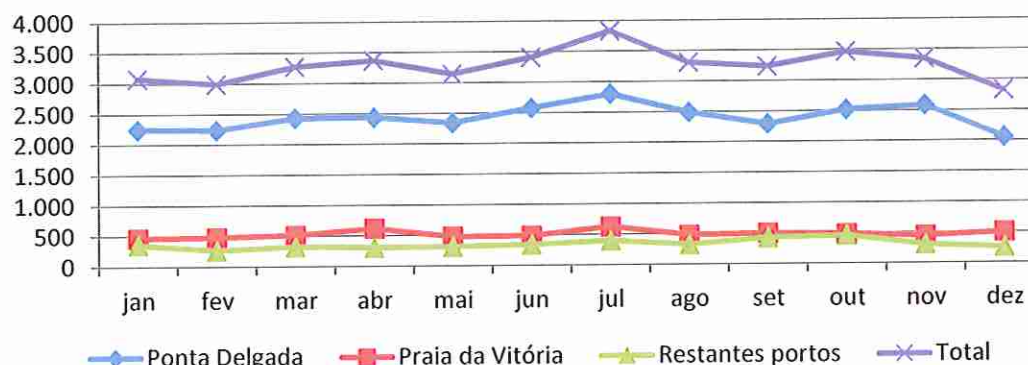
Numa análise por porto, constata-se que os portos de Ponta Delgada e da Praia da Vitória apresentam os volumes mensais mais elevados, sendo que, no caso do porto da Praia da Vitória, o número de unidades descarregadas é praticamente idêntico ao da totalidade dos restantes portos, sendo, em alguns meses, superior, como é o caso do mês de junho, em que a diferença é mais significativa.

Figura 15: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios descarregados em 2015



No que respeita a contentores embarcados, o porto da Praia da Vitória regista praticamente em todos os meses valores superiores aos do somatório de todos os portos, com exclusão do porto de Ponta Delgada. Tal decorre da maior capacidade industrial da ilha Terceira relativamente às restantes e com exclusão da ilha de São Miguel.

Figura 16: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios carregados em 2015



Para além disto, constata-se ainda, no que respeita a contentores carregados, um predomínio do porto de Ponta Delgada ainda mais acentuado do que no caso dos contentores descarregados. O volume de movimentos ao embarque realizados no porto de Ponta Delgada encontra-se influenciado de modo muito particular pelos movimentos designados de transshipment.

Tabela 18: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados

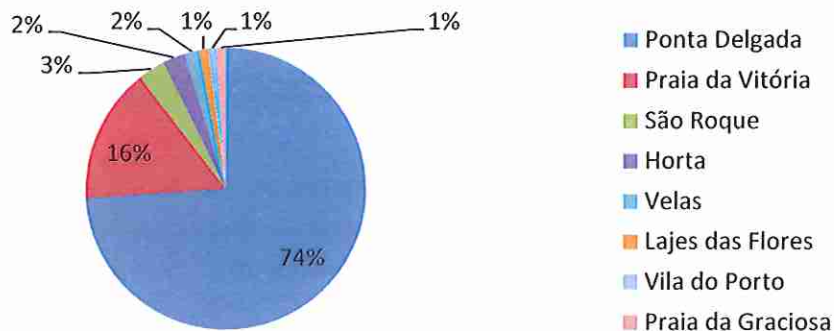
Portos	Ilhas	2015			2014			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	29.049	32.857	61.906	26.771	32.372	59.143	8,51%	1,50%	4,67%
Praia da Vitória	Terceira	6.138	13.361	19.499	6.892	13.176	20.068	-10,94%	1,40%	-2,84%
São Roque	Pico	1.238	3.372	4.610	1.484	3.757	5.241	-16,58%	-10,25%	-12,04%
Horta	Faial	1.001	3.309	4.310	1.138	3.380	4.518	-12,04%	-2,10%	-4,60%
Velas	São Jorge	684	2.428	3.112	726	2.259	2.985	-5,79%	7,48%	4,25%
Lajes	Flores	388	1.207	1.595	378	1.303	1.681	2,65%	-7,37%	-5,12%
Vila do Porto	Santa Maria	386	939	1.325	388	880	1.268	-0,52%	6,70%	4,50%
Praia	Graciosa	425	753	1.178	415	650	1.065	2,41%	15,85%	10,61%
Total		39.309	58.226	97.535	38.192	57.777	95.969	2,92%	0,78%	1,63%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



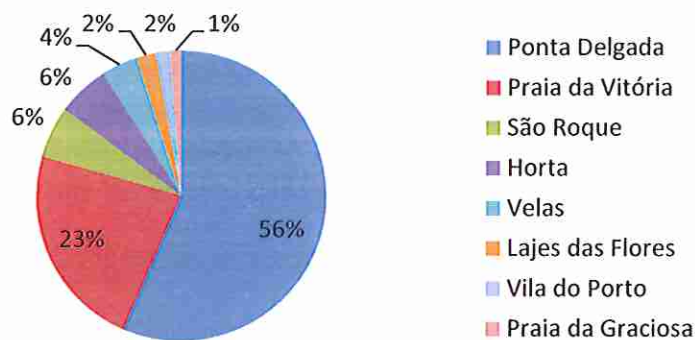
Tais movimentos significam que as mercadorias utilizam esse porto na movimentação entre o porto de origem e destino final, recorrendo a dois ou mais navios. Por essa via, no porto de transshipment ocorrem dois movimentos: um de desembarque, a partir do navio que opera desde o porto de origem da mercadoria; e outro de embarque, para o navio que opera para o porto de destino final da mercadoria.

Figura 17: Movimento de TEUs carregados em 2015



É neste âmbito e sob este efeito das operações de transshipment que se constata um maior predomínio do porto de Ponta Delgada no contexto regional e no que respeita a contentores carregados, face ao volume dos contentores descarregados. Segundo dados relativos a 2014 e 2015 para o porto de Ponta Delgada, foram contabilizados cerca de 5.100 unidades TEU em operações de *transshipment*.

Figura 18: Movimento de TEUs descarregados em 2015



A divisão pelos tipos de unidades predominantes, ou seja, 20 ou 40 pés, permite um outro tipo de análise. Neste caso, continua a assistir-se a uma diminuição do peso relativo dos contentores de 20 pés, processo que vem ocorrendo de forma continuada ao longo do tempo. De qualquer forma, este tipo de fenómeno não é transversal a todos os portos, ocorrendo com maior prevalência no porto de Ponta Delgada e com impacto direto no total do conjunto dos portos.

Tabela 19: Movimento de contentores cheios de 20' e 40'

Portos	Ilhas	2015			2014			Var.%		
		20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs
Ponta Delgada	São Miguel	17.268	22.319	61.906	16.891	21.126	59.143	2,23%	5,65%	4,67%
Praia da Vitória	Terceira	7.405	6.047	19.499	7.636	6.216	20.068	-3,03%	-2,72%	-2,84%
São Roque	Pico	1.906	1.352	4.610	2.003	1.619	5.241	-4,84%	-16,49%	-12,04%
Horta	Faial	1.832	1.239	4.310	1.960	1.279	4.518	-6,53%	-3,13%	-4,60%
Velas	São Jorge	1.542	785	3.112	1.561	712	2.985	-1,22%	10,25%	4,25%
Lajes	Flores	1.061	267	1.595	1.215	233	1.681	-12,67%	14,59%	-5,12%
Vila do Porto	Santa Maria	759	283	1.325	796	236	1.268	-4,65%	19,92%	4,50%
Praia	Graciosa	562	308	1.178	641	212	1.065	-12,32%	45,28%	10,61%
Total		32.335	32.600	97.535	32.703	31.633	95.969	-1,13%	3,06%	1,63%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que diz respeito ao movimento de contentores vazios, operação inevitável no âmbito do desequilíbrio entre volumes de carga e descarga, observa-se uma variação relativamente similar à de unidades cheias, em ambos os casos inferior a dois por cento.

Tabela 20: Movimento de contentores vazios (TEU)

Portos	Ilhas	2015	2014	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	16.866	16.050	5,08%
Praia da Vitória	Terceira	9.109	9.599	-5,10%
São Roque	Pico	3.160	3.178	-0,57%
Horta	Faial	3.122	2.951	5,79%
Velas	São Jorge	2.597	2.428	6,96%
Vila do Porto	Santa Maria	1.136	1.121	1,34%
Lajes	Flores	1.082	1.218	-11,17%
Praia	Graciosa	685	667	2,70%
Total		37.757	37.212	1,46%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A divisão dos movimentos de contentores vazios entre carga e descarga permite perceber o processo decorrente do desequilíbrio das trocas na generalidade dos portos dos Açores. De facto, atendendo ao maior volume de mercadorias descarregadas, há uma consequência natural em termos de gestão do *stock* de contentores dos vários operadores de transporte marítimo.

Tabela 21: Movimento de TEUs vazios carregados e descarregados

Portos	Ilhas	2015			2014			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	10.152	6.714	16.866	10.749	5.301	16.050	-5,55%	26,66%	5,08%
Praia da Vitória	Terceira	8.005	1.104	9.109	7.925	1.674	9.599	1,01%	-34,05%	-5,10%
São Roque	Pico	2.666	494	3.160	2.690	488	3.178	-0,89%	1,23%	-0,57%
Horta	Faial	2.694	428	3.122	2.523	428	2.951	6,78%	0,00%	5,79%
Velas	São Jorge	2.155	442	2.597	1.984	444	2.428	8,62%	-0,45%	6,96%
Vila do Porto	Santa Maria	740	396	1.136	746	375	1.121	-0,80%	5,60%	1,34%
Lajes	Flores	921	161	1.082	1.077	141	1.218	-14,48%	14,18%	-11,17%
Praia	Graciosa	496	189	685	448	219	667	10,71%	-13,70%	2,70%
Total		27.829	9.928	37.757	28.142	9.070	37.212	-1,11%	9,46%	1,46%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Numa análise mais pormenorizada, é possível detectar algumas variações bastante díspares, como é o caso do aumento de 26 por cento no volume de contentores vazios descarregados no porto de

Ponta Delgada, ou ainda a diminuição de 34 por cento de contentores vazios descarregados no porto da Praia da Vitória.

Tabela 22: Movimento de contentores vazios de 20' e 40'

Portos	Ilhas	2014			2014			Var.%		
		20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs
Ponta Delgada	São Miguel	7.318	4.774	16.866	6.368	4.841	16.050	14,92%	-1,38%	5,08%
Praia da Vitória	Terceira	3.049	3.030	9.109	3.153	3.223	9.599	-3,30%	-5,99%	-5,10%
São Roque	Pico	1.422	869	3.160	1.356	911	3.178	4,87%	-4,61%	-0,57%
Horta	Faial	1.338	892	3.122	1.273	839	2.951	5,11%	6,32%	5,79%
Velas	São Jorge	1.255	671	2.597	1.198	615	2.428	4,76%	9,11%	6,96%
Lajes	Flores	638	222	1.082	746	236	1.218	-14,48%	-5,93%	-11,17%
Vila do Porto	Santa Maria	632	252	1.136	639	241	1.121	-1,10%	4,56%	1,34%
Praia	Graciosa	273	206	685	345	161	667	-20,87%	27,95%	2,70%
Total		15.925	10.916	37.757	15.078	11.067	37.212	5,62%	-1,36%	1,46%


Fonte: Portos dos Açores, S.A.

4.2.3. Movimento de passageiros

O movimento de passageiros nos portos dos Açores envolve dois tipos distintos de operações: o movimento de passageiros em navios de cruzeiros e o movimento de passageiros em operações interilhas, com particular destaque para as operações em navios do tipo “ferry-boat”.

A este respeito, será de referir o registo em 2015 da fusão das duas empresas associadas às operações interilhas de transporte de passageiros, concentrando a Atlânticoline a totalidade da operação. No capítulo 9 – Participações financeiras, do presente relatório, é dado um destaque muito particular aos principais factos ocorridos nesta empresa durante o exercício de 2015, em virtude da participação de 83,97 por cento por parte da Portos dos Açores no capital da Atlânticoline.

As ligações interilhas efetuadas pela Atlânticoline (e pela Transmaçor até final de março, ou seja, em período anterior à concretização do processo de fusão), compreendem:

-  As ligações no Grupo Central do arquipélago, designadamente entre as ilhas do Faial (porto da Horta), Pico (portos de Madalena e São Roque), São Jorge (portos de Velas e Calheta) e Terceira (porto de Angra do Heroísmo), sendo que as ligações entre os portos da Horta, Madalena, São Roque e Velas são realizadas durante todo o ano. Estas ligações são efetuadas sobretudo pelos navios “Gilberto Mariano” e “Mestre Simão”, com capacidade para transporte de passageiros e viaturas;
-  As ligações no Grupo Ocidental do arquipélago, entre as ilhas de Flores e Corvo, durante a totalidade do ano, através da lancha “Ariel”;
-  As ligações entre os meses de maio e setembro entre todas as ilhas, com exclusão do Corvo, através dos navios ferry “Express Santorini” e “Hellenic Wind”.




Tabela 23: Movimento total de passageiros

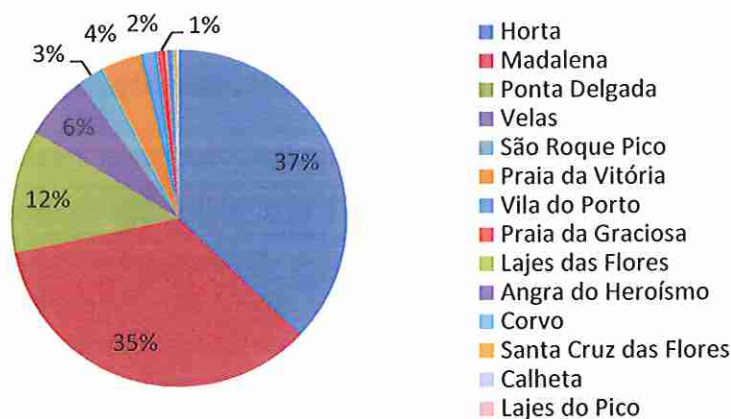
Portos	Ilha	2015	2014	Var.%
Horta	Faial	434.454	396.147	9,67%
Madalena	Pico	403.182	353.322	14,11%
Ponta Delgada	São Miguel	138.359	113.571	21,83%
Velas*	São Jorge	73.766	67.216	9,74%
São Roque	Pico	30.241	53.139	-43,09%
Praia da Vitória	Terceira	44.606	37.513	18,91%
Vila do Porto	Santa Maria	18.099	17.591	2,89%
Praia	Graciosa	9.294	9.036	2,86%
Lajes	Flores	1.921	2.151	-10,69%
Angra do Heroísmo	Terceira	4.619	4.732	-2,39%
Corvo	Corvo	3.401	3.403	-0,06%
Santa Cruz	Flores	3.135	3.403	-7,88%
Calheta	São Jorge	1.895	2.122	-10,70%
Lajes	Pico	251	535	-53,08%
Total		1.167.223	1.063.881	9,71%

Fonte: Portos dos Açores/Direção Regional Transportes

* Inclui passageiros com movimento no portinho dos Rosais

O principal porto do arquipélago em termos de movimento de passageiros é o porto da Horta, dotado a partir de 2012 de um Terminal Marítimo dedicado exclusivamente a este tipo de operações. Em 2015 registou o volume mais elevado de sempre de passageiros, muito próximo dos 435 mil passageiros. Segue-se o porto da Madalena que atingiu também o maior volume de passageiros de sempre, com mais de 403.000 passageiros.

Figura 19: Movimento total de passageiros em 2015



O conjunto destes dois portos corresponde a uma percentagem muito significativa do total de passageiros movimentados nos portos dos Açores, tendo atingido em 2015 um peso relativo de praticamente 80 por cento. Para além do aumento observado no movimento de passageiros nestes dois portos, será de registar ainda o aumento ocorrido no porto das Velas. Em todos os restantes portos as variações ocorridas foram praticamente nulas ou negativas, com particular destaque para a quebra registada no porto de São Roque, com menos 43 por cento de movimento de passageiros em 2015 face a 2014.

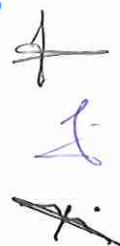


Tabela 24: Movimento de passageiros por tipo de atividade

	2015	2014	Var.%
Operações interilhas	1.025.376	968.116	5,91%
Operações em cruzeiros	141.847	95.765	48,12%
Total	1.167.223	1.063.881	9,71%

Fonte: Portos dos Açores/Direção Regional Transportes

A seguir detalham-se alguns dos principais aspetos referentes aos dois segmentos de transporte acima referidos.

4.2.3.1. Passageiros em navios de cruzeiro

As escalas de navios de cruzeiro atingiram em 2015 um novo máximo histórico, com 137 escalas. O volume de passageiros associado a este número de escalas atingiu os 141.847 passageiros, bem como um total de 67.263 tripulantes. Desse conjunto de passageiros, a quase totalidade, ou seja, 140.037 passageiros, eram passageiros em trânsito, sendo 996 passageiros embarcados e 814 desembarcados.

Tabela 25: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro

Portos	Ilha	2015	2014	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	104.255	78.802	32,30%
Horta	Faial	19.754	10.868	81,76%
Praia da Vitória	Terceira	14.692	4.764	208,40%
Vila do Porto	Santa Maria	764	332	130,12%
Angra do Heroísmo	Terceira	582	170	242,35%
Praia	Graciosa	348	98	255,10%
Corvo	Corvo	266	0	-%
Velas*	São Jorge	433	98	341,84%
Lajes	Flores	348	0	-%
Lajes	Pico	251	535	-53,08%
São Roque	Pico	95	98	-3,06%
Madalena	Pico	59	0	-%
Total		141.847	95.765	48,12%

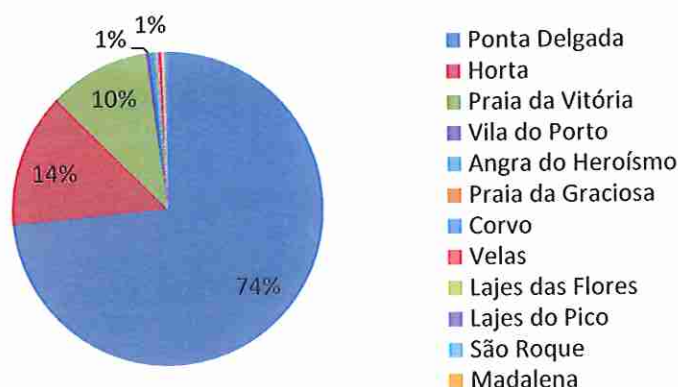
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

* Inclui movimento de passageiros no portinho dos Rosais

Face aos dados de 2014, o ano de 2015 poder-se-á considerar como verdadeiramente excepcional, com um crescimento muito próximo dos 50 por cento no número de passageiros movimentados em navios de cruzeiro. Os portos com maior volume de passageiros coincidem com os portos com melhores infraestruturas dedicadas ou maior comprimento de cais. Assim, observa-se que o conjunto dos portos de Ponta Delgada, Horta de Praia da Vitória representa a quase totalidade (98 por cento) do volume de passageiros em navios de cruzeiro. Nenhum dos restantes portos atinge um milhar de passageiros de navios de cruzeiro.

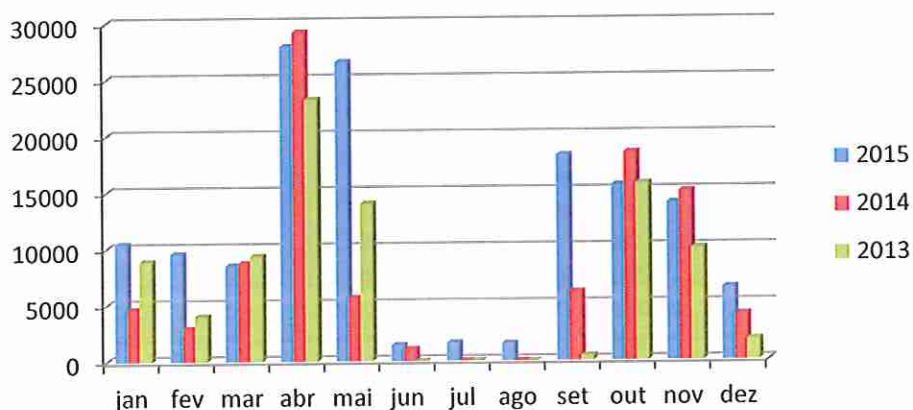
[Handwritten signatures]

Figura 20: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro em 2015



Em termos de sazonalidade das operações de navios de cruzeiros, registaram-se algumas alterações, desde logo a que diz respeito ao facto de se terem observado escalas de navios de cruzeiro em todos os meses de 2015, conforme retratado na figura que se segue. Adicionalmente, ocorreu um acréscimo muito significativo durante os meses de maio e setembro, bem como ainda variações positivas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro.

Figura 21: Passageiros em navios de cruzeiro por meses



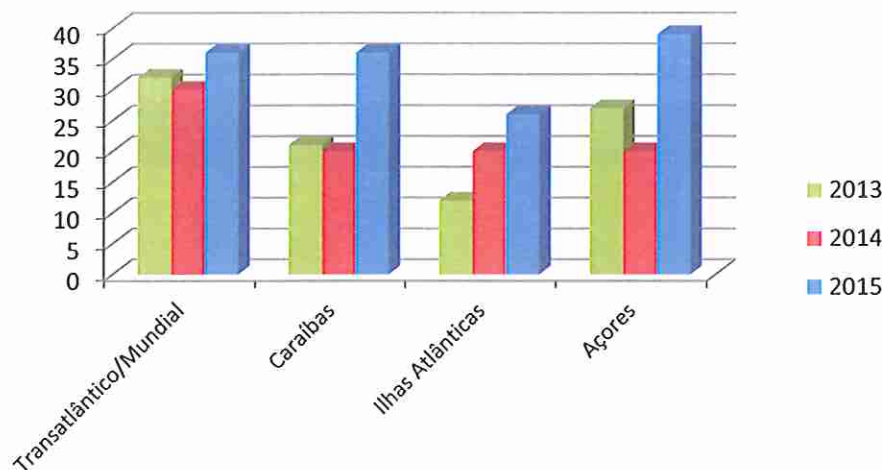
Neste segmento de escalas de navios de cruzeiros será ainda de destacar a ocorrência de diversos tipos de operações:

- ⌘ Escalas de reposicionamento, transatlânticas ou ainda cruzeiros mundiais (“world cruises”);
- ⌘ Ligações entre Inglaterra e Caraíbas;
- ⌘ Circuito das ilhas atlânticas;
- ⌘ Circuito “Açores”.

No primeiro caso, trata-se de escalas integradas em ligações entre os continentes europeu e americano ou em viagens que envolvem vários continentes ou mesmo todos os continentes. No segundo caso, temos escalas associadas a cruzeiros com início nas ilhas britânicas, com destino às Caraíbas. No que diz respeito aos circuitos das ilhas atlânticas, as escalas nos portos açorianos fazem parte de circuitos com destino às Canárias e, habitualmente, com escala também no porto do Funchal. Finalmente, no caso dos circuitos “Açores”, temos um conjunto de escalas em diversos

portos do arquipélago, associadas a cruzeiros em âmbito temático ou de expedição e em que os Açores são o próprio destino.

Figura 22: Escalas de cruzeiros por tipo de operação



Observa-se um crescimento muito significativo das escalas associadas a todos os tipos de itinerários, muito particularmente no caso do circuito “Açores” e escalas associadas às Caraíbas, o que coloca em evidência o facto de, cada vez serem mais predominantes as escalas não associadas a reposicionamento de frotas, mercado a que os Açores e nomeadamente o porto de Ponta Delgada era historicamente associado.

Tabela 26: Escalas e passageiros por tipo de itinerário de navios de cruzeiro

Tipos de Itinerário	2015		2014		Var.%	
	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros
Cruzeiro mundial	5	5.853	0	0	-%	-%
Transatlântico	31	50.070	30	48.880	3,33%	2,43%
Açores	39	5.841	20	3.440	95,00%	69,80%
Caraíbas	36	52.294	20	28.996	80,00%	80,35%
Ilhas atlânticas	26	27.789	20	14.449	30,00%	92,32%
Total	137	141.847	90	95.765	52,22%	48,12%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Para além do tipo de operações, também é possível a apresentação de dados tendo por base as diferentes categorias consideradas neste tipo de navios. Neste campo, os navios da categoria “Standard” continuam a dominar, correspondendo a 62,04 por cento (46,6 por cento em 2014) das escalas de navios de cruzeiros. Diretamente associados ao itinerário ou circuito “Açores”, em que se observa um aumento muito substancial, os navios do tipo “Expedição” registam também um acréscimo absoluto de 16 escalas (28 escalas em 2015 contra 12 escalas em 2014), aumento o peso relativo de 13,33 por cento em 2014 para 20,44 por cento das escalas de navios de cruzeiro em 2015.

Não obstante esta variação, e decorrente da respetiva dimensão relativa mais reduzida, o peso relativo dos passageiros associados a este tipo de navio permanece relativamente reduzido, aumentando de 1,63 por cento em 2014 para 2,79 por cento em 2015.

Outro facto a destacar prende-se com o aumento do peso relativo dos navios "Standard", em claro desfavor dos segmentos mais luxuosos, nomeadamente o "Premium" e de luxo. De facto, observa-se um aumento de 27 pontos percentuais no volume de passageiros associados a navios de cruzeiro do segmento "Standard" e uma diminuição da mesma ordem de grandeza no conjunto dos dois segmentos mais luxuosos.

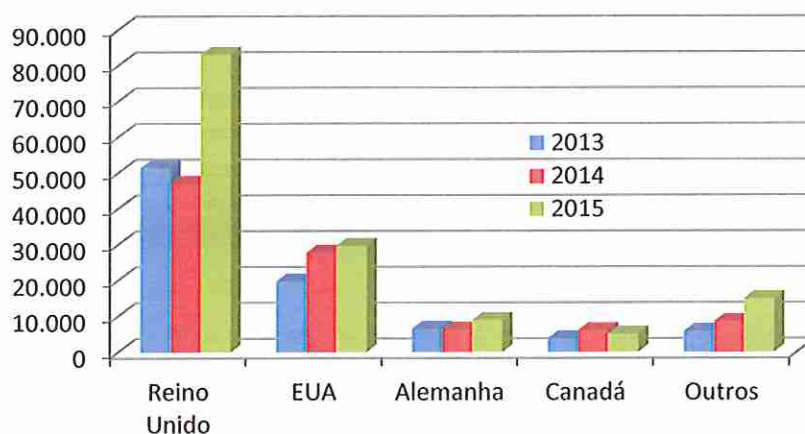
Tabela 27: Escalas e passageiros por categoria de navios de cruzeiro

Tipo de navios	2015		2014		Var. %	
	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros
Standard	85	118.848	42	54.186	102,38%	119,33%
Expedição	28	3.960	12	1.557	133,33%	154,34%
Premium	18	12.725	17	36.698	5,88%	-65,33%
Luxo	6	6.314	19	3.324	-68,42%	89,95%
Total	137	141.847	90	95.765	52,22%	48,12%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Quanto à nacionalidade dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro, a britânica destaca-se cada vez de forma mais notória de todas as restantes nacionalidades, registando-se, de qualquer modo, também um aumento de passageiros de nacionalidade norte-americana. No primeiro caso, o aumento absoluto de passageiros britânicos foi de mais de 36 mil passageiros, ou seja, de 47 mil em 2014 para mais de 83 mil em 2015, o correspondente a uma variação de mais 76,50 por cento, significativamente mais do que o que o crescimento observado no total, que atingiu os 48,12 por cento. Ao nível dos passageiros norte-americanos, a variação, embora positiva, é bastante inferior, atingindo os 7,07 por cento.

Figura 23: Principais nacionalidades dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro



Os passageiros de nacionalidade alemã registaram também um crescimento bastante relevante (que se confirmará ao longo de 2016, decorrente do número de escalas associadas ao operador alemão AIDA Cruises), correspondente a 41,40 por cento, de 6.331 passageiros em 2014 para 8.952 em 2015. Diversas outras nacionalidades foram registadas, sendo incluídas na categoria outros, que registou um acréscimo de 75,49 por cento.



Tabela 28: Número de tripulantes de navios de cruzeiro

Portos	Ilhas	2015	2014	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	48.322	35.383	36,57%
Horta	Faial	9.481	5.533	71,35%
Praia da Vitória	Terceira	7.261	2.817	157,76%
Lajes	Pico	186	422	-55,92%
Vila do Porto	Santa Maria	507	246	106,10%
Angra do Heroísmo	Terceira	430	150	186,67%
Velas	São Jorge	299	85	251,76%
Praia	Graciosa	241	85	183,53%
São Roque	Pico	55	85	-35,29%
Lajes	Flores	241	0	-%
Corvo	Corvo	177	0	-%
Madalena	Pico	63	0	-%
Total		67.263	44.806	50,12%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Quanto ao volume de tripulantes de navios de cruzeiro, elemento relevante pelo impacto económico que a sua presença também representa nos portos de escala, muito embora ao qual não seja atribuído grande destaque, em 2015 regista-se um acréscimo global de 50,12 por cento, com variações muito díspares entre os vários portos de escala no arquipélago. Em termos gerais poder-se-á apontar para uma relação entre tripulantes e passageiros de cerca de 50 por cento, sendo esta percentagem relativamente superior no caso dos navios de cruzeiro do tipo “expedição” ou de maior luxo.

4.2.3.2. Passageiros em operações interilhas

O movimento de passageiros em deslocações marítimas interilhas ultrapassou pela primeira vez em 2015 um milhão de passageiros, com um acréscimo de 5,91 por cento face ao volume de passageiros de 2014.

Tabela 29: Movimento de passageiros interilhas

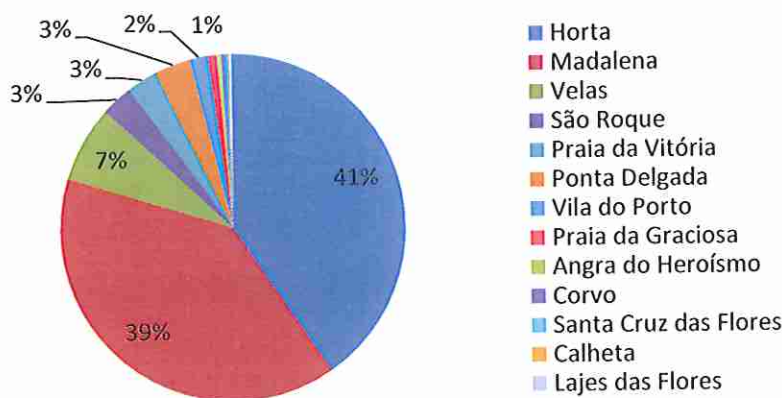
Portos	Ilhas	2015	2014	Var.%
Horta	Faial	414.700	385.279	7,64%
Madalena	Pico	403.123	353.322	14,10%
Velas	São Jorge	73.333	67.118	9,26%
São Roque	Pico	30.146	53.041	-43,16%
Praia da Vitória	Terceira	29.914	32.749	-8,66%
Ponta Delgada	São Miguel	34.104	34.769	-1,91%
Vila do Porto	Santa Maria	17.335	17.259	0,44%
Praia	Graciosa	8.946	8.938	0,09%
Angra do Heroísmo	Terceira	4.037	4.562	-11,51%
Corvo	Corvo	3.135	3.403	-7,88%
Santa Cruz	Flores	3.135	3.403	-7,88%
Calheta	São Jorge	1.895	2.122	-10,70%
Lajes	Flores	1.573	2.151	-26,87%
Total		1.025.376	968.116	5,91%

Fonte: Direção Regional de Transportes

[Handwritten signature]

Através do processo de fusão por integração, a empresa Transmaçor foi incorporada na empresa Atlânticoline, que passou a centralizar toda a operação de transporte de passageiros e viaturas entre as ilhas do arquipélago.

Figura 24: Movimento de passageiros interilhas em 2015



Os portos da Horta e da Madalena, situados respetivamente nas ilhas de Faial e Pico, apresentam um volume assinalável no contexto deste segmento, representando praticamente 80 por cento do total de passageiros interilhas.

A melhoria muito significativa proporcionada pela entrada em operação das embarcações “Mestre Simão” e “Gilberto Mariano” contribuíram decisivamente para este resultado positivo em termos de passageiros transportados.

Estas embarcações estão afetas a um conjunto de linhas de navegação interilhas, a saber:




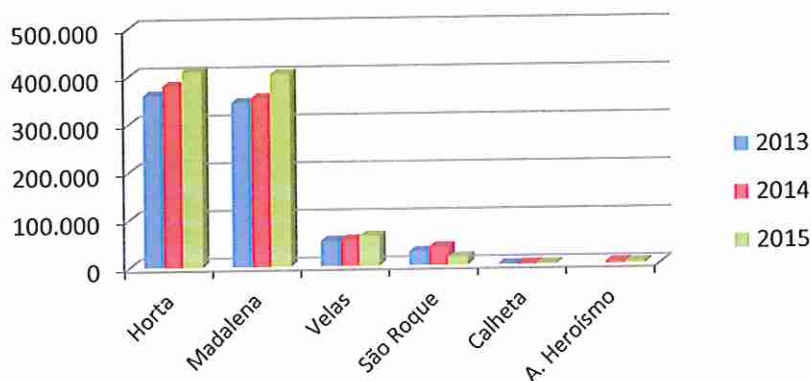
-  Linha Azul, compreendendo a ligação entre os portos da Horta e Madalena;
-  Linha Verde, compreendendo as ligações entre os portos da Horta, São Roque e Velas;
-  Linha Lilás, compreendendo as ligações entre os portos da Horta, São Roque, Velas, Calheta e Angra do Heroísmo. Trata-se de uma linha em operação apenas nos meses de junho a setembro.

Figura 25: Movimento de passageiros interilhas – Linhas Azul, Verde e Lilás



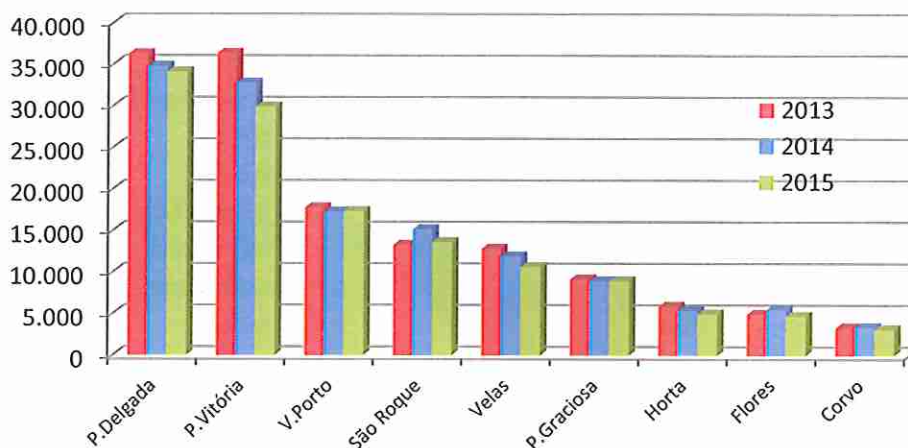


A Linha Azul compreende um total de passageiros com escala nos terminais de passageiros da Horta e Madalena superior a 800 mil passageiros, um aumento de 10,87 por cento face ao volume observado em 2014. As restantes linhas apresentam valores significativamente menores, conforme é perceptível no gráfico abaixo.

As restantes operações de movimentação de passageiros interilhas compreendem as ligações entre as ilhas de Flores e Corvo, a cargo da lancha “Ariel” e as ligações através dos navios *ferry* “Express Santorini” e “Hellenic Wind”, com transporte de passageiros e viaturas. No primeiro caso, ou seja, nas ligações entre as ilhas de Flores e Corvo, a operação decorre ao longo de todo o ano, enquanto que no segundo caso trata-se de uma operação sazonal, que compreende os meses de abril ou maio a setembro, ao abrigo do contrato de gestão de serviço de interesse económico geral, celebrado com o Governo Regional dos Açores e com o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico.

Neste ano de 2015, verificou-se novo decréscimo no número de passageiros movimentados nesses circuitos, ou seja, nas linhas amarela e rosa (-7,14 por cento, de 135.138 passageiros em 2014 para 127.398 em 2015).

Figura 26: Movimento de passageiros interilhas – Linhas Amarela e Rosa



4.2.4. Extração de inertes

A descarga de inertes extraídos no leito marinho é uma atividade alvo de licenciamento prévio, sendo regulamentada através do disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A, de 8 de março. Para além disto, a determinação das zonas onde é autorizada a extração comercial de areia é estabelecida mediante resolução do Conselho do Governo Regional dos Açores, na qual são definidas anualmente as quantidades máximas passíveis de extração.

Em 2015 o volume de inertes descarregados nos portos do arquipélago dos Açores ultrapassou as 61 mil toneladas, o que representa um acréscimo de 31,82 por cento face às 46,5 mil toneladas de 2014. Este valor registado em 2015 significa a inversão da tendência decrescente registada desde o ano de 2011, em que o volume de inertes atingira as 126 mil toneladas.

[Handwritten signature]

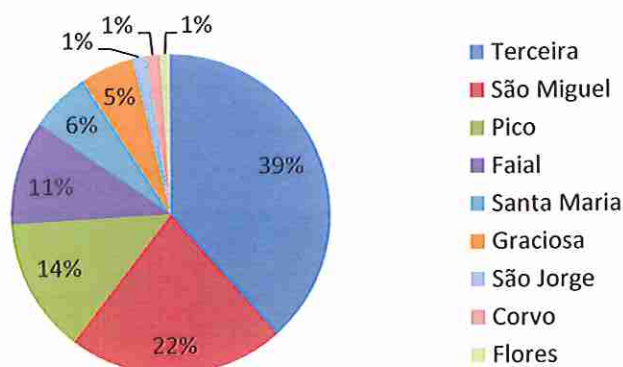
Tabela 30: Descarga de inertes provenientes do mar

Ilhas	Unidade: tons.		
	2015	2014	Var.%
Terceira	23.552	21.128	11,47%
São Miguel	13.479	6.099	121,00%
Pico	8.348	7.720	8,13%
Faial	6.483	3.950	64,13%
Santa Maria	3.780	3.685	2,59%
Graciosa	3.286	3.336	-1,50%
São Jorge	864	556	55,40%
Corvo	822	0	-%
Flores	648	0	-%
Total	61.262	46.474	31,82%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

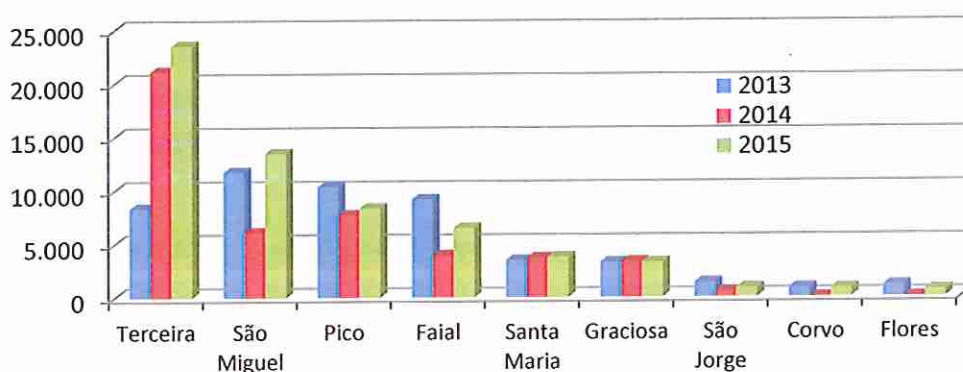
De entre as ilhas onde se observaram maiores variações, destaque para a de São Miguel, com um aumento de 121 por cento, Faial, com um aumento de 64 por cento e São Jorge, com uma variação positiva de 55 por cento. As restantes ilhas apresentam variações substancialmente menores, havendo a registar, no caso da Graciosa, uma quebra mínima de 1,5 por cento.

Figura 27: Descarga de inertes provenientes do mar em 2015



De entre os movimentos descarregados nas diferentes ilhas, destaque para a ilha Terceira, que representa 38,44 por cento do total do arquipélago, seguido da ilha de São Miguel, com 22 por cento, Pico, com 13,63 por cento e Faial, com 10,58 por cento.

Figura 28: Descarga de inertes



Three handwritten signatures in black ink are located in the top right corner of the page.

Para além disto, numa análise nos últimos cinco anos, será de destacar as grandes variações ocorridas sobretudo na ilha Terceira. Outro facto a merecer referência prende-se com o de que a Terceira apresenta em praticamente todos os anos volumes de inertes descarregados superiores às restantes ilhas, particularmente nos anos de 2011 e 2015, mas sobretudo no primeiro caso, em que o volume de inertes descarregados na ilha Terceira ultrapassou metade do volume descarregado na totalidade das ilhas.



4.3. Atividade não portuária

4.3.1. Enquadramento

Esta atividade inclui a gestão de infraestruturas não portuárias sob gestão da Portos dos Açores, nomeadamente náutica de recreio, espaços comerciais (onde se destacam o complexo “Portas do Mar” em Ponta Delgada e o “Porto e Pipas” em Angra do Heroísmo), bem como as piscinas de São Pedro em Ponta Delgada.

A actividade não portuária, para além do impacto direto que regista ao nível da situação económico-financeira da empresa, regista igualmente um impacto significativo no desenvolvimento do turismo da Região Autónoma dos Açores, principalmente no que concerne à náutica de recreio e atividades complementares, como é o caso do “whale watching”, mergulho ou “big game fishing”, apenas para citar alguns exemplos.

Nas secções que se seguem detalham-se separadamente as atividades de náutica de recreio e dominial e piscinas.

4.3.2. Náutica de recreio

As instalações afetas à náutica de recreio nos Açores, e particularmente as que se encontram sob gestão da Portos dos Açores, constituem um elemento de apoio essencial à navegação oceânica entre os continentes americano e europeu. A marina da Horta constitui uma importante referência neste contexto, registando durante a época alta, taxas de ocupação amplamente superiores a 100 por cento.

A Portos dos Açores é responsável pela gestão de sete infraestruturas, situadas nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores. Em 2015 escalaram os portos de recreio geridos pela Portos dos Açores um total de 3.689 embarcações não locais, o correspondente a um acréscimo de 13,51 por cento face ao número de entradas ocorrido em 2014, que se cifrara em 3.250 embarcações.

Tabela 31: Movimento de embarcações de recreio não locais

Portos de recreio	Ilhas	2015	2014	Var.%
Horta	Faial	1.252	1.223	2,37%
Ponta Delgada	São Miguel	758	524	44,66%
Angra do Heroísmo	Terceira	543	490	10,82%
Velas	São Jorge	468	401	16,71%
Vila do Porto	Santa Maria	333	294	13,27%
Lajes	Flores	243	220	10,45%
Lajes	Pico	92	98	-6,12%
Total		3.689	3.250	13,51%

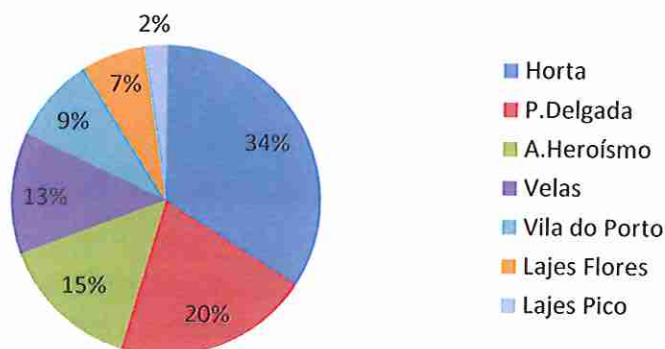
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

[Handwritten signature]

Da análise individual de cada um dos portos de recreio, constata-se que as variações foram em geral positivas, com exceção apenas do núcleo de recreio das Lajes do Pico, com menos 6,12 por cento do que em 2014. Esta infraestrutura regista como principal *handicap* o facto de se posicionar fora do circuito principal. De facto, a sua localização na costa sul da ilha do Pico, coloca-a fora da rota mais frequentada, que corresponde ao canal Pico-São Jorge.

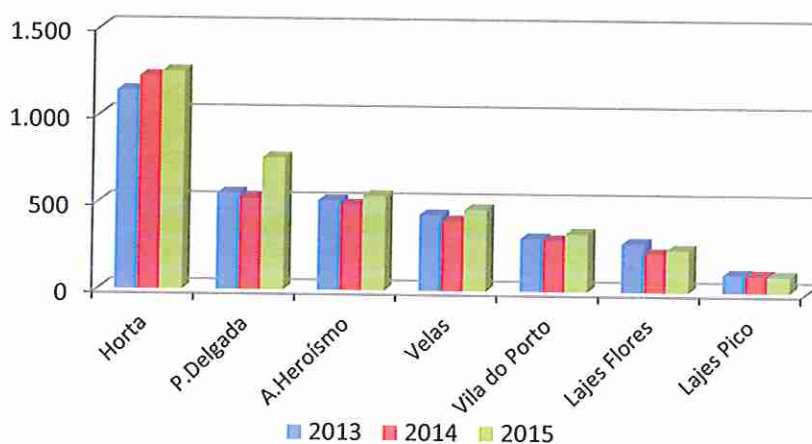
Em 2015 sobressaem os números obtidos em Ponta Delgada, Velas, Angra do Heroísmo, Vila do Porto e Lajes das Flores, cujas variações unitárias ultrapassaram os 10 por cento. A marina de Ponta Delgada, com uma variação de praticamente 45 por cento, registou uma evolução muito assinalável, consolidando a sua posição como a segunda maior infraestrutura do arquipélago em termos de náutica de recreio, a seguir à marina da Horta, cuja imagem se encontra, desde há muito, perfeitamente consolidada.

Figura 29: Movimento de embarcações de recreio não locais em 2015



A marina da Horta, conforme já referido, mantém-se como a principal infraestrutura neste segmento, ultrapassando mais uma vez as 1.200 embarcações, correspondendo a 33,94 por cento do total de embarcações não locais. Segue-se a marina de Ponta Delgada com 758 entradas em 2015 (20,55 por cento do total) e a marina de Angra do Heroísmo, com 543 escalas de embarcações não locais (14,72 por cento do total). Ainda com um peso relativo acima de 10 por cento do total temos a marina das Velas, com 468 escalas e um peso relativo de 12,69 por cento.

Figura 30: Movimento de embarcações de recreio não locais



Não obstante as variações registadas pelas várias infraestruturas afetas à náutica de recreio, observa-se no período correspondente aos últimos cinco anos uma evolução muito positiva conforme demonstrado na figura acima. Neste contexto, o ano de 2015 correspondeu a um ano de consolidação da trajetória observada nos últimos anos.

A evolução do número de tripulantes de embarcações de recreio não locais em 2015 foi, tal como no que respeita ao número de embarcações não locais, positiva, atingindo os 14.446 tripulantes, um acréscimo que ultrapassou os 20 por cento. Tendo em conta a variação do número de embarcações, este número de tripulantes representa um aumento do número médio de tripulantes por embarcação, de 3,69 em 2014 para 3,92 em 2015.

Tabela 32: Movimento de tripulantes de embarcações de recreio não locais

Portos de recreio	Ilhas	2015	2014	Var.%
Horta	Faial	6.268	5.326	17,69%
Ponta Delgada	São Miguel	2.451	1.746	40,38%
Angra do Heroísmo	Terceira	1.851	1.700	8,88%
Velas	São Jorge	1.793	1.413	26,89%
Vila do Porto	Santa Maria	910	804	13,18%
Lajes	Flores	851	651	30,72%
Lajes	Pico	322	355	-9,30%
Total		14.446	11.995	20,43%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Tal como sucedera com as embarcações não locais, em que o núcleo de recreio náutico das Lajes do Pico havia sido o único com registo de quebra de escalas em 2015, também este porto foi o único com diminuição do número de tripulantes. Todos os restantes núcleos de recreio náutico ou marinas registaram acréscimos, em alguns casos extremamente significativos, como é o caso das Lajes das Flores, com um aumento de 30,72 por cento, ou o de Ponta Delgada (40,38 por cento de aumento).

A marina da Horta, com mais de 6.200 tripulantes, apresenta-se como a infraestrutura com o maior número de visitantes, registando um acréscimo absoluto também muito significativo em 2015, de quase 950 tripulantes.

Tabela 33: Principais nacionalidades das embarcações de recreio não locais

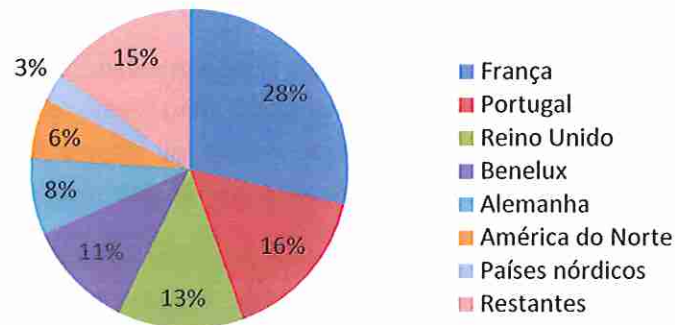
Nacionalidades	2015	2014	Var.%
França	1.053	864	21,88%
Portugal	587	468	25,43%
Reino Unido	473	486	-2,67%
Benelux	406	328	23,78%
Alemanha	287	331	-13,29%
América do Norte	225	224	0,45%
Países nórdicos	107	154	-30,52%
Restantes	551	395	39,49%
Total	3.689	3.250	13,51%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A nacionalidade das embarcações é também um elemento acompanhado pela Portos dos Açores, apresentando-se na tabela seguinte as principais nacionalidades das embarcações visitantes. As embarcações de nacionalidade francesa representam a grande maioria das embarcações, com praticamente 30 por cento do total. As embarcações nacionais ultrapassaram pela primeira vez as

embarcações britânicas, o que é revelador de um maior dinamismo entre os amantes da náutica de recreio nacionais. Para além disto, o conjunto das nacionalidades europeias representaram praticamente 90 por cento do total das embarcações com presença nas marinas e núcleos de recreio sob gestão da Portos dos Açores em 2015.

Figura 31: Nacionalidade das embarcações de recreio não locais em 2015



Em 2015 predominaram as embarcações das classes IV e VI que, no conjunto, representaram 80,70 por cento das embarcações com escalas. A marina da Horta registou, em média, a escalas de embarcações de maior dimensão.

Tabela 34: Classes das embarcações de recreio não locais

Portos de recreio	Classes			Total
	I a III	IV a VI	> VI	
Horta	8,39%	75,56%	16,05%	100,00%
Ponta Delgada	11,48%	81,13%	7,39%	100,00%
Angra do Heroísmo	12,89%	85,08%	2,03%	100,00%
Velas	11,97%	86,11%	1,92%	100,00%
Vila do Porto	16,22%	82,58%	1,20%	100,00%
Lajes das Flores	12,76%	81,89%	5,35%	100,00%
Lajes do Pico	16,30%	83,70%	0,00%	100,00%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

4.3.3. Dominial e piscinas

As áreas de negócio enquadradas neste ponto contemplam um conjunto de atividades complementares, com um destaque muito particular para a gestão de áreas comerciais integradas em empreendimentos portuários, como é o caso dos estabelecimentos localizados no complexo "Portas do Mar", no porto de Pipas e, mais recentemente, no Terminal de Passageiros da Horta.

As infraestruturas em apreço contemplam estabelecimentos comerciais no complexo "Portas do Mar" e no Porto de Pipas, na sua grande maioria dirigidos para a área da restauração e lazer. O Terminal de Passageiros da Horta conta com um conjunto de estabelecimentos diretamente associados a atividades de apoio aos passageiros que utilizam aquele terminal. Adicionalmente, há a

considerar os parques de estacionamento adstritos às infraestruturas em apreço, sendo que no caso das “Portas do Mar”, trata-se de um parque coberto.

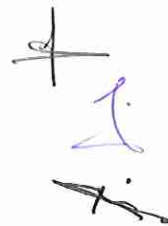
Cabe ainda no âmbito deste conjunto de atividades a gestão das piscinas de São Pedro e das “Portas do Mar”. No primeiro caso, as instalações encontram-se abertas durante o período de verão, normalmente entre os meses de junho e setembro. No caso da piscina das “Portas do Mar”, encontra-se em funcionamento durante todo o ano, sendo o respetivo acesso gratuito. Apenas são cobrados os acessos por parte dos respetivos utentes aos balneários.

Apresentam-se a seguir alguns indicadores sobre esta última atividade, sendo de destacar o aumento do número de entradas, nomeadamente de adultos, bem como o aumento do número de espreguiçadeiras alvo de aluguer. O conjunto de ambos os fatores foi determinante para um acréscimo na faturação de quase 10 por cento em 2015 face ao ano anterior.

Tabela 35: Indicadores de atividade – Piscinas

	2015	2014	Var.%
N.º entradas	40.768	38.272	6,52%
das quais Adultos	19.903	17.608	13,03%
das quais Crianças	20.865	20.664	0,97%
Aluguer espreguiçadeiras	5.617	5.032	11,63%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



5. Recursos humanos

5.1. Enquadramento

O ano de 2015 ficou marcado por um claro desanuviamento do nível de conflitualidade laboral observada no passado. De facto, as situações de avisos de greve e outras formas de luta ocorridas com particular incidência no último trimestre de 2014, nomeadamente por parte do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias – SNTAP, no sentido da aplicação de um regime de exceção aos cortes salariais, à semelhança do que sucedera nas Administrações Portuárias do Continente e do arquipélago da Madeira, foram solucionadas através de uma medida complementar de compensação criada pelo Governo Regional dos Açores.

Nesse sentido, as restrições impostas pela Lei de Orçamento de Estado para 2015 (Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro) que se expressavam ao nível da redução parcial das remunerações totais ilíquidas mensais dos trabalhadores das empresas públicas deixaram de se aplicar aos trabalhadores da Portos dos Açores, através da adoção de medidas para todo o setor público empresarial regional, com a Resolução do Conselho de Governo n.º 23/2015, de 11 de fevereiro

Não obstante esta alteração, a referida Lei de Orçamento de Estado, tal como havia sucedido em anos anteriores, foi marcada pela proibição das valorizações remuneratórias e progressões nas carreiras. Neste contexto, durante 2015 decorreu um processo negocial entre o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias – SNTAP e todas as Administrações Portuárias nacionais, incluindo a Portos dos Açores, S.A., com vista à celebração de um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Apesar de não se registarem alterações nestas matérias, houve acordo ao nível da regulamentação de diversas outras matérias complementares ao Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias (Decreto-Lei nº 421/99 de 21 de outubro e respetiva portaria regulamentadora, ou seja a Portaria nº 1098/99 de 21 de dezembro).

Atendendo à especificidade do regime autonómico em vigor nos Açores, em janeiro de 2016 foi publicado em Jornal Oficial o conteúdo do Acordo de Empresa celebrado entre a Portos dos Açores e o SNTAP, nos exatos moldes e conteúdo do referido ACT celebrado entre as congéneres e o sindicato referido.

Ainda em matéria de relações laborais, e na sequência dos efeitos que as sucessivas Leis do Orçamento de Estado tiveram nas relações com o setor de pilotagem desde 2013, e consequentemente com reflexos na atividade da empresa, em maio de 2015 foi estabelecido um acordo com o sindicato representativo deste setor – OFICIAISMAR, acordo este que visava aumentos de produtividade e rentabilidade da operação que potenciassem ganhos repartidos entre os trabalhadores da pilotagem e a empresa.

5.2. Estrutura do efetivo

O exercício de 2015 apresenta algumas alterações no que se refere à estrutura do efetivo, com a entrada de 13 novos trabalhadores contratados, um por cedência de interesse público, e uma nova trabalhadora, bem como a saída de três trabalhadores e de uma trabalhadora, sendo que um correspondeu por demissão, uma por resolução de contrato por se verificar o seu termo, um por se verificar o termo da comissão de serviço e o último por reforma de invalidez.

Adicionalmente, será de referir o recurso ao trabalho temporário, sobretudo associado a atividades sazonais, como é o caso do reforço do efetivo das piscinas de São Pedro, em Ponta Delgada. Em 2015 recorreu-se a oito trabalhadores e três trabalhadoras temporárias, sendo seis para as piscinas em apreço e cinco para as operações portuárias nos portos da Praia da Vitória e Horta.

Relativamente a contratações, predominam as áreas operacionais, com 11 admissões, a que se juntam outras três, neste caso para as áreas de suporte, ou seja, áreas associadas de forma indirecta às atividades portuárias e não portuárias.

Como consequência deste conjunto de processos de entrada e saída de pessoal, observa-se um aumento do efetivo médio de 0,7 por cento, em 2015, com 265 trabalhadores e trabalhadoras ao serviço no final do ano de 2015.

De referir que desde o ano de 2012 que o efetivo registava uma tendência de decréscimo. Em 2015 ocorreu, pela primeira vez, uma alteração, embora ténue, desta tendência, conforme se percebe pela leitura da tabela abaixo. De qualquer modo, a empresa tem vindo a procurar equilibrar as saídas de trabalhadores com novas contratações, tendo em conta as necessidades em termos de qualificação técnica e de rejuvenescimento do seu efetivo.

Tabela 36: Efetivo médio em 31 de dezembro

Efetivo médio	2015	2014	Var. %
Masculino	225	223	0,90%
Feminino	40	40	0,00%
Total	265	263	0,76%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A estrutura dos Recursos humanos em funções é composta por vários tipos de vínculo, sendo particularmente relevante o volume de pessoal efetivo, com uma percentagem de 89,67 por cento do efetivo total, num total de 243 trabalhadores (207 homens e 36 mulheres), a menor percentagem dos últimos anos, em resultado da conclusão do processo de aposentações do “Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária”, com vista ao rejuvenescimento do quadro de trabalhadores, marcado por uma elevada média etária e antiguidade.

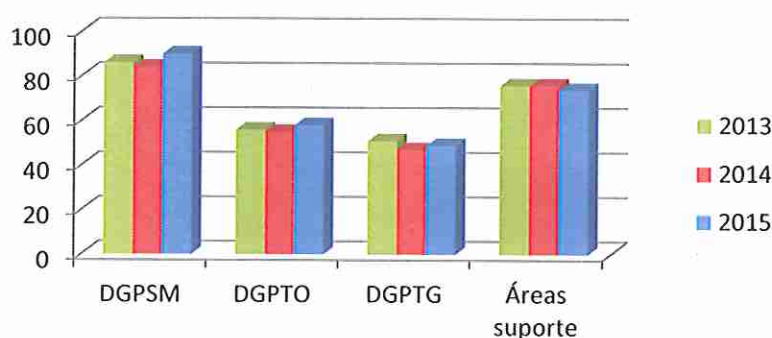
Não obstante as alterações na estrutura do efetivo reportadas acima, é perceptível ainda o facto da estrutura de Recursos humanos da empresa apresentar uma estabilidade considerável, observando-se, em 2015, um aumento de 2,10 por cento do pessoal efetivo e um acréscimo de 3,44 por cento no total de trabalhadores em 31 de dezembro de 2015. O pessoal contratado registou um aumento mais acentuado (23,53 por cento), em resultado do número de admissões a que houve necessidade de recorrer.

Tabela 37: Tipo de vínculo do efetivo em 31 de dezembro

Vínculo do pessoal	2015			2014			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pessoal efetivo	207	36	243	202	36	238	2,48%	0,00%	2,10%
Pessoal requisitado	7	0	7	6	0	6	16,67%	-%	16,67%
Pessoal em comissão de serviço	0	0	0	1	0	1	-100,00%	-%	-100,00%
Pessoal contratado	17	4	21	13	4	17	30,77%	0,00%	23,53%
Total	231	40	271	222	40	262	4,05%	0,00%	3,44%

A repartição do efetivo por áreas, bem como a respetiva evolução, é apresentada na figura seguinte. Observa-se um aumento ao nível do efetivo das Direções-Gerais e um decréscimo ao nível das áreas de suporte.

Figura 32: Recursos humanos por tipo de horário



Relativamente à divisão dos Recursos humanos por género e áreas de atividade, constata-se a preponderância do pessoal do sexo masculino, afeto sobretudo a áreas operacionais. Já nas áreas de suporte, é perfeitamente perceptível um maior equilíbrio entre géneros. De facto, a grande maioria do ativo é do sexo masculino e está concentrada nas três Direções-Gerais, ou seja em funções predominantemente operacionais, com maior incidência na Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), que contém 33,21 por cento do efetivo da PA (32,06 por cento em 2014).

Tabela 38: Recursos humanos por Direção-Geral e áreas de suporte em 2015

Descrição	DGPSM	DGPTO	DGPTG	Áreas de Suporte	Total
Masculino	87	54	47	43	231
Feminino	3	4	2	31	40
Total	90	58	49	74	271

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Por seu turno, o efetivo feminino está muito concentrado (77,50 por cento) nas áreas de suporte, sendo residual o volume de recursos femininos afetos a áreas operacionais.

Tabela 39: Regimes de trabalho

Horário praticado	2015			2014			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Horário normal fixo	41	25	66	35	26	61	17,14%	-3,85%	8,20%
Isenção de horário de trabalho	190	15	205	187	14	201	1,60%	7,14%	1,99%
Total	231	40	271	222	40	262	4,05%	0,00%	3,44%

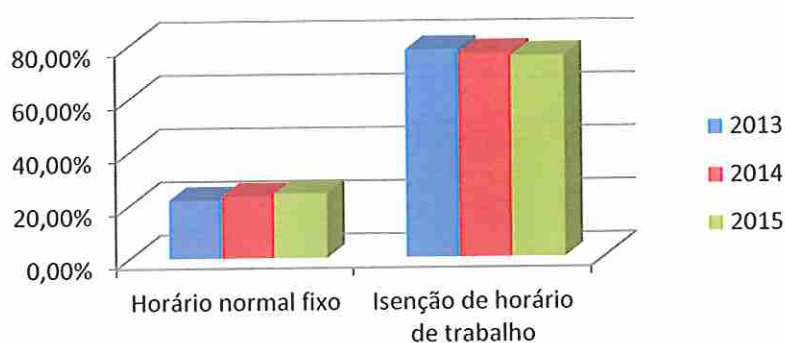
Fonte: Portos dos Açores, S.A.



Relativamente ao regime de trabalho praticado pelo efetivo, existem apenas dois tipos de horários a considerar: o horário normal e a isenção de horário de trabalho, este último aplicável, sobretudo, nas áreas operacionais, bem como ainda nos cargos de chefia, em ambos os casos com percentagens variáveis, até um máximo de 35 por cento.

Em 2015 ocorreu um aumento do número de colaboradores afetos ao regime de isenção de horário de trabalho (+1,99 por cento), por via da contratação de pessoal operacional bem como do número de elementos com horário normal fixo (+8,20 por cento). Independentemente destas variações, o peso relativo dos dois regimes de horário não sofreu alterações muito significativas, mantendo-se à volta dos 75 por cento no primeiro caso e dos 25 por cento no segundo.

Figura 33: Recursos humanos por tipo de horário, em percentagem



5.3. Níveis etários, de antiguidade e de habilitação

A 31 de dezembro de 2015 a situação em termos de distribuição por escalões etários do efetivo é a que consta da tabela abaixo, na qual consta também informação referente a 2014.

Tabela 40: Escalões etários do efetivo em 31 de dezembro

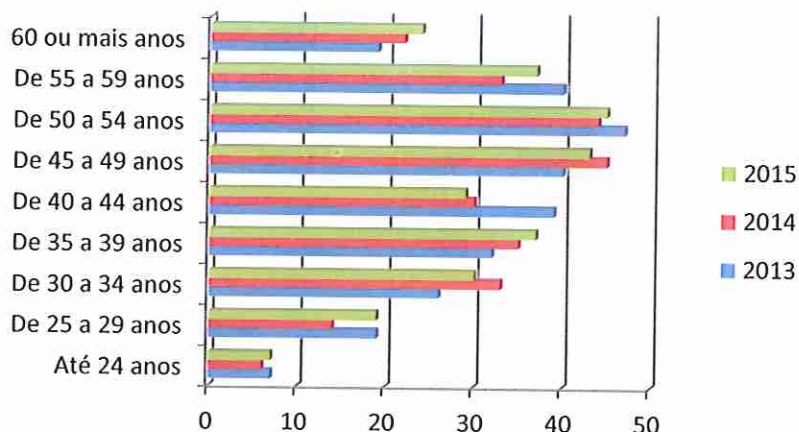
Escalões etários	2015			2014			Var. %		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Até 24 anos	5	2	7	3	3	6	66,67%	-33,33%	16,67%
De 25 a 29 anos	14	5	19	9	5	14	55,56%	0,00%	35,71%
De 30 a 34 anos	28	2	30	31	2	33	-9,68%	0,00%	-9,09%
De 35 a 39 anos	32	5	37	30	5	35	6,67%	0,00%	5,71%
De 40 a 44 anos	22	7	29	23	7	30	-4,35%	0,00%	-3,33%
De 45 a 49 anos	39	4	43	41	4	45	-4,88%	0,00%	-4,44%
De 50 a 54 anos	40	5	45	39	5	44	2,56%	0,00%	2,27%
De 55 a 59 anos	30	7	37	27	6	33	11,11%	16,67%	12,12%
60 ou mais anos	21	3	24	19	3	22	10,53%	0,00%	9,09%
Total	231	40	271	222	40	262	4,05%	0,00%	3,44%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Observa-se um crescimento na maior parte dos escalões, sendo de destacar o aumento nos escalões de menor idade, nomeadamente até aos 24 anos (+16,67 por cento) e entre os 25 e os 29 anos (+35,71 por cento), em resultado do fluxo de novas admissões. De facto, ao longo do ano de 2015

foram contratadas 13 pessoas. De qualquer forma, manteve-se em 2015 o valor médio em termos etário registado no ano anterior, ou seja, à volta dos 45 anos.

Figura 34: Escalões etários do efetivo entre 2013 e 2015



O aumento observado nos dois últimos escalões torna particularmente evidente a constatação de que o número de pessoas que preenchem os requisitos para a aposentação antecipada é crescente. Da análise da situação ocorrida em anos anteriores, poder-se-á concluir que, ao longo dos próximos anos, assistir-se-á a um número significativo de aposentações, seja antecipadamente como por limite de idade. O Departamento de Recursos humanos está particularmente atento ao fenómeno em causa.

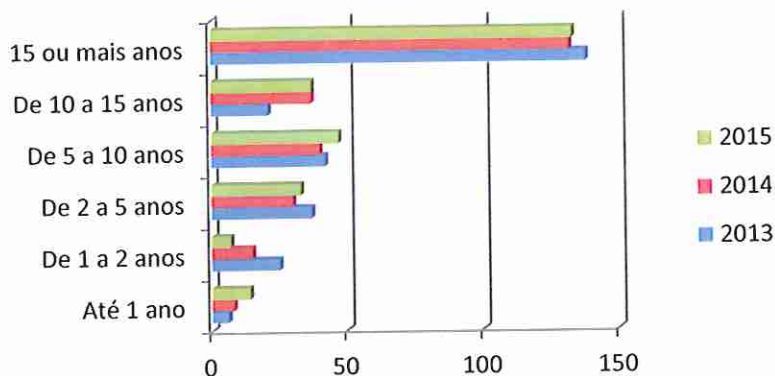
Tabela 41: Antiguidade do efetivo em 31 de dezembro

Antiguidade	2015			2014			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Até 1 ano	13	1	14	6	2	8	116,67%	-50,00%	75,00%
De 1 a 2 anos	6	1	7	11	4	15	-45,45%	-75,00%	-53,33%
De 2 a 5 anos	25	8	33	24	6	30	4,17%	33,33%	10,00%
De 5 a 10 anos	38	9	47	33	7	40	15,15%	28,57%	17,50%
De 10 a 15 anos	34	3	37	34	3	37	0,00%	0,00%	0,00%
15 ou mais anos	115	18	133	114	18	132	0,88%	0,00%	0,76%
Total	231	40	271	222	40	262	4,05%	0,00%	3,44%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Esta questão do rejuvenescimento do quadro de pessoal é também notória no âmbito da análise da antiguidade dos Recursos Humanos, muito particularmente na análise do escalão com 15 ou mais anos de antiguidade.

Figura 35: Antiguidade do efetivo entre 2012 e 2015



A antiguidade média situa-se, em 2015, nos 17 anos, valor idêntico ao registado no final de 2014. Não obstante a manutenção do valor da antiguidade média, é perceptível o efeito do programa de apoio às aposentações implementado, com a diminuição da antiguidade dos escalões de maior antiguidade nos últimos três anos.

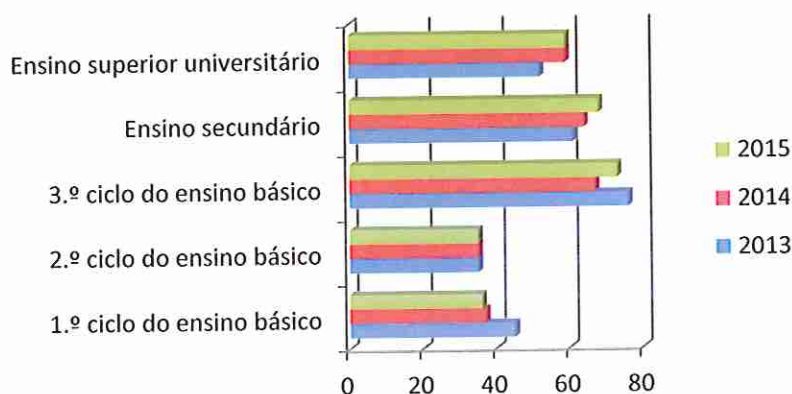
Tabela 42: Escolaridade do efetivo em 31 de dezembro

Escolaridade	2015			2014			Var. %		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
1.º ciclo do ensino básico	31	5	36	32	5	37	-3,13%	0,00%	-2,70%
2.º ciclo do ensino básico	34	1	35	34	1	35	0,00%	0,00%	0,00%
3.º ciclo do ensino básico	64	9	73	58	9	67	10,34%	0,00%	8,96%
Ensino secundário	54	14	68	50	14	64	8,00%	0,00%	6,25%
Ensino superior universitário	48	11	59	49	10	59	-2,04%	10,00%	0,00%
Total	231	40	271	223	39	262	3,59%	2,56%	3,44%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita à escolaridade, observa-se uma preponderância absolutamente notória do nível de escolaridade correspondente ao 3.º ciclo do ensino básico (26,94 por cento), seguido de muito perto pelo nível correspondente ao ensino secundário (25,09 por cento). Os dois escalões de escolaridade ultrapassaram em 2015 os 52 por cento, sendo a percentagem mais elevada de sempre.

Figura 36: Escolaridade do efetivo entre 2013 e 2015





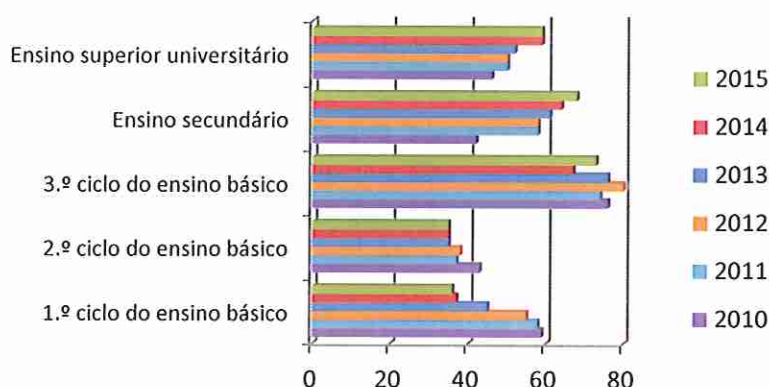
Para além disto, é notória, numa comparação entre mulheres e homens, a tendência no sentido de maior qualificação por parte das mulheres, ou seja, há uma maior percentagem de mulheres com grau de instrução ao nível do ensino secundário e superior do que homens ao mesmo nível de instrução. De facto, nos escalões correspondentes ao ensino secundário e ensino superior universitário a percentagem relativa ao sexo feminino é significativamente superior, ou seja, 62,5 por cento, contra 44,16 por cento no que respeita a trabalhadores do sexo masculino.

De salientar o facto dos colaboradores e as colaboradoras com um nível de escolaridade de ensino superior universitário representarem, em 2015, 21,77 por cento do total dos Recursos humanos, enquanto em 2014 correspondia a 22,52 por cento do efetivo.

Ao nível das habilitações dos Recursos Humanos, subsiste ainda um padrão definido, com uma elevada prevalência de recursos com um nível de escolaridade relativamente reduzido, não obstante se tratar de um padrão que se vem mitigando ao longo dos últimos anos.

De facto, a generalidade destas variações não são particularmente notórias numa comparação exclusivamente entre dois anos contíguos. Contudo, tendo por referência o ano de 2010, em 2015 já se destaca uma proporção bastante menor nos níveis de habilitações mais reduzidos.

Figura 37: Escolaridade do efetivo entre 2010 e 2015



5.4. Sinistralidade

Em 2015 o número de acidentes ocorrido foi ligeiramente superior ao observado em 2014, com mais dois acidentes, o correspondente a um acréscimo de 13,33 por cento. Deste número de acidentes praticamente 60 por cento, ou seja, uma percentagem praticamente idêntica à observada em 2014, resultou em baixa médica. O número de dias de baixa em resultado de tais acidentes, entretanto, foi substancialmente superior: 297 em 2015, contra os 172 dias de 2014, um aumento de 72,67 por cento. De qualquer modo, os valores de 2015 são bastante melhores do que os de 2013, principalmente no que respeita ao número de dias de baixa, que atingiu, naquele ano, 919 dias.

Por último, de salientar a diminuição ao nível do índice de gravidade que se reduziu praticamente para metade do índice registado em 2014.




Tabela 43: Indicadores de sinistralidade

Descrição	2015	2014	Var.%
Total de acidentes	17	15	13,33%
Acidentes com baixa	10	9	11,11%
Dias de baixa	297	172	72,67%
Índice de frequência	34,79	30,45	14,25%
Índice de gravidade	0,61	1,2	-49,17%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos geográficos, os acidentes ocorreram em maior número na área da Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), com 13 registos em 2015, mais cinco do que em 2014. A Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG) registou apenas um acidente, bastante menos do que os seis observados em 2014. Finalmente, a Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Ocidente (DGPTO) registou três acidentes em 2015, felizmente sem a gravidade do observado em 2014, que se revelou fatal para o trabalhador envolvido.

Tabela 44: Acidentes por Direção-Geral

Direções	2015	2014	Var.%
DGPSM	13	8	62,50%
DGPTG	1	6	-83,33%
DGPTO*	3	1	200,00%
total	17	15	13,33%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

* Acidente Mortal em 2014

A grande maioria dos acidentes ocorreu nos Departamentos de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos das várias Direções-Gerais, área em que se registam sistematicamente a grande maioria dos acidentes. A média anual nos últimos quatro anos aponta para um valor de 9,25 acidentes nestes Departamentos.

Segue-se, em termos de frequência, os acidentes envolvendo o Departamento de Operações Portuárias, com uma média anual nos últimos quatro anos de 5,25 acidentes.

5.5. Formação

A generalidade dos planos de formação da PA são precedidos de um levantamento de necessidades formativas, e o plano de formação de 2015 não foi exceção, sendo que a sua execução resultou da continuidade do plano de 2014.

Assim, foram realizadas ações internas e externas ligadas, entre outras, às áreas de informática, higiene e segurança no trabalho e de gestão e administração. Destacam-se as ações de boas práticas de ambiente, higiene e segurança no trabalho, cuja aposta manter-se-á no ano de 2016, por se detetar tratar-se de uma área a trabalhar mais intensamente.

Tabela 45: Indicadores de formação

Descrição	Unidade	2015	2014	Var.%
Cursos realizados	N.º	46	33	39,39%
Ações internas	N.º	14	6	133,33%
Ações externas	N.º	32	27	18,52%
Formandos	N.º	433	218	98,62%
Volume de formação	N.º horas	1.993	2.131	-6,50%
Formação por colaborador	N.º horas	4,6	9,8	-52,97%
Custo horário por formando	Euros	32,26	60,30	-46,50%
Custo horário por formação	Euros	7,01	6,17	13,61%
Custo total formação*	Euros	13.969,25	13.146,00	6,26%

* Custo pedagógico

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Apesar de se ter registado um aumento no número de ações e de formandos/as (+39,39 por cento), o volume de formação diminuiu 6,50%. Tais variações resultaram da realização de ações com menor duração em termos de carga horária, não significando um desinvestimento no desenvolvimento de competências e dos conhecimentos dos Recursos humanos.

Muito pelo contrário, a aposta na formação encontra-se cada vez mais ajustada às reais necessidades da empresa, o que implica uma redução face aos volumes de formação observados em exercícios anteriores, em que houve maiores necessidades formativas a colmatar. Adicionalmente, a situação económica e financeira da empresa requerem a definição de algumas restrições quanto ao investimento em formação.

5.6. Cooperação externa e interna

A Portos dos Açores, no âmbito da assunção de um forte compromisso de colaboração com as comunidades locais, tem vindo a celebrar protocolos de cooperação com entidades externas, destacando-se as entidades formadoras, nomeadamente no âmbito da realização de estágios curriculares em contexto de trabalho.

Neste âmbito, foram celebrados durante o ano de 2012 protocolos de cooperação com algumas escolas profissionais da Região Autónoma dos Açores, com vista ao acolhimento de formandos de cursos que tais escolas ministram, para a realização de estágios em contexto de trabalho, protocolos esses que se mantêm ainda em vigor. Os cursos envolvidos em tais protocolos abrangem sobretudo cursos profissionais de nível III.

Também em termos de uma vertente interna de responsabilidade social, têm vindo a ser desenvolvidas diversas parcerias de âmbito empresarial, com vista à oferta, a todos os colaboradores e respetivos familiares, de um conjunto de descontos e condições especiais na aquisição de produtos e serviços, nomeadamente em áreas como a saúde, educação, bem-estar e lazer ou cultura. Estas parcerias têm vindo a ser continuamente ampliadas, abrangendo cada vez um leque mais alargado de produtos e serviços, e cobrindo, sempre que possível, as diferentes áreas geográficas de intervenção da empresa. De salientar o mais recente acordo que permitiu a adesão por parte dos Colaboradores da Portos dos Açores como sócios do Automóvel Clube de Portugal (ACP).

Integrado nas questões de igualdade do género e conciliação da vida familiar e da vida profissional, a Portos dos Açores juntou-se em finais de 2014 à ACEESA – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico no âmbito do Projeto “bomun practices in gender equalitas”, o qual tem como objetivo fomentar a modernização, *empowerment* e melhoria do desempenho das organizações, através da incorporação do *mainstreaming* de género nas práticas institucionais. Os principais aspetos referentes à participação da Portos dos Açores no âmbito deste projeto incluem, por um lado, a participação no painel de convidados do Encontro temático “Igualdade de Género que Prioridade nas Organizações” que decorreu em 18 de novembro de 2014 e, mais tarde, em 27 de janeiro de 2015, a assinatura do protocolo desta parceria. Posteriormente, seguiram-se reuniões de acompanhamento com empresas privadas aderentes e com a CRITE (Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e Emprego).

Na qualidade de parceiro beneficiário do projeto, a Portos dos Açores comprometeu-se em colaborar na realização do diagnóstico organizacional face à situação da Igualdade de Género e Conciliação entre a vida familiar e pessoal e a vida profissional, através de, por um lado, aplicação de um questionário que decorreu durante o primeiro trimestre de 2015 e, por outro, e de acordo com o resultado do diagnóstico organizacional, incorporação do Referencial Prático para a Implementação e Gestão do Princípio da Igualdade de Género na organização.

Estas iniciativas não se esgotam nas atividades da parceria mencionada, enquadrando-se também na missão e valores da empresa, ou seja, conjuga-se com os valores éticos, sociais e de cidadania que norteiam as organizações modernas, bem ainda como com princípios de responsabilidade social e sustentabilidade na gestão. A Portos dos Açores visa tornar-se, deste modo, num elemento precursor de uma sociedade mais justa e equitativa.

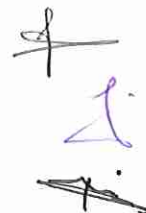
Uma empresa que integra a igualdade de género ao nível dos seus princípios ou valores e que pretende investir na construção de relações de género igualitário, deverá definir ao nível da sua política de Recursos humanos, objetivos e ações concretas que eliminem a discriminação e segregação profissional e promovam a participação, igualdade de oportunidades e a conciliação vida profissional, familiar e pessoal.

Na sequência desta parceria com a ACEESA, a PA foi convidada em outubro de 2015 a aderir ao Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN), promovido pela CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego) e por um conjunto de empresas dos setores privado, público e cooperativo, cujo objetivo principal é a promoção, através de um compromisso formal, dos princípios da igualdade do género e conciliação trabalho família na estratégia e gestão das organizações aderentes. A adesão formal ocorreu no dia 26 de janeiro de 2016 nas instalações da REN em Bucelas, precisamente um ano depois da adesão ao projeto “bomun practices in gender equalitas”.

Assim, e sem prejuízo de práticas de gestão de Recursos humanos ligadas à gestão de carreiras e desenvolvimento de competências que ambicionam os objetivos abaixo indicados, foi elaborado um plano que visa a promoção da igualdade de género e a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoa, cuja implementação formal ocorreu no dia 08 de janeiro de 2016. Com este documento aspira-se articular e divulgar as boas práticas e legislação em vigor nestas áreas e simultaneamente (1) Promover os princípios da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres; (2) Promover a motivação, fidelização e qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores e trabalhadoras; (3)

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a final flourish.

Contribuir para aumentos de produtividade e de inovação empresarial; (4) Melhorar o desempenho económico e social da empresa; e (5) Melhorar a imagem e notoriedade da empresa.



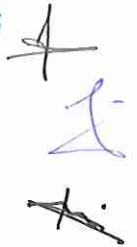
6. Estrutura organizativa

6.1. Direções-Gerais

A estrutura organizativa da Portos dos Açores é composta por três Direções-Gerais, cada qual com competências diretas sobre as respetivas infraestruturas portuárias e não portuárias, de acordo com o estabelecido nos próprios Estatutos da empresa, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto.

Apresenta-se a seguir, sumariamente, as estruturas afetas a cada uma das Direções-Gerais existentes e respetivas funções:

- ⌘ Departamento de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos**, encarregue do desenvolvimento e implementação de planos de ação corretivos e preventivos, tendentes à concretização dos objetivos; execução das atividades e planos de manutenção dos equipamentos e das operações de manuseamento de carga, de modo a assegurar a integral operacionalidade das áreas; coordenação e execução das operações de manuseamento de carga através dos meios de movimentação horizontal e vertical, de acordo com as solicitações transmitidas via Janela Única Portuária (JUP) e definição de escalas de serviço; garantia da integral operacionalidade de todas as infraestruturas; apoio à execução de estudos e projetos, sobretudo na área de construção civil, e orientação e preparação de dados técnicos para a execução dos trabalhos; apoio na fiscalização da execução dos programas de trabalho estabelecidos, entre outras atividades;
- ⌘ Departamento de Operações Portuárias**, responsável pelo planeamento, controle e ainda por dirigir toda a operação de exploração portuária; coordenação das diferentes áreas operacionais dentro do departamento; garantia de implementação da política e procedimentos de gestão e exploração, com vista a uma gestão eficiente das operações e respetivos resultados;
- ⌘ Gabinete de Operações Não Portuárias**, encarregue do planeamento, controle e direção de todas as atividades de Náutica de Recreio, Gares Marítimas e Dominial; desenvolvimento e implementação de planos de ação corretivos e preventivos, tendentes à concretização dos objetivos; apoio na elaboração e execução de campanhas de promoção para as marinas e gares marítimas, em articulação com a área de Comunicação.



6.2. Áreas transversais

Adicionalmente, foi constituída uma estrutura organizativa com carácter transversal, vocacionada para a obtenção de uma abordagem uniforme em termos de procedimentos e uma resposta às necessidades da empresa de carácter mais abrangente. Esta estrutura contempla, atualmente, os seguintes departamentos, indicando-se ainda as principais tarefas associadas:

- ✎ **Auditoria Interna e Qualidade**, cuja principal tarefa contempla a coordenação e implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade;
- ✎ **Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho**, com a tarefa primordial de coordenação da implementação de um Sistema Integrado de Gestão do Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho;
- ✎ **Manutenção e Logística**, com responsabilidade de definir e garantir a implementação de políticas e orientações da Gestão da Manutenção a nível da empresa, visando a uniformização de procedimentos nas três Direções-gerais, bem como planear e coordenar as atividades de gestão de compras e armazéns;
- ✎ **Infraestruturas**, vocacionado para o acompanhamento dos estudos, projetos e obras, em sintonia com a gestão de topo e as áreas de infraestruturas dos diferentes núcleos operacionais, assumindo um papel de coordenação e consultoria interna;
- ✎ **Sistemas de Informação e Comunicações**, encarregue de coordenar e executar as atividades associadas aos sistemas de informação e comunicações, garantindo a sua operacionalidade e desenvolvimento;
- ✎ **Recursos Humanos**, que se divide em dois gabinetes, a saber: Gestão de recursos humanos, responsável pelo processamento de salários e demais processos administrativos; e Gabinete de desenvolvimento organizacional e relações laborais, que tem a seu cargo a componente estratégica de recursos humanos, nomeadamente recrutamento, avaliação de desempenho e formação;
- ✎ **Jurídico, Administrativo e Comunicação**, com o objetivo de garantir o apoio aos processos jurídicos, nomeadamente no que respeita a contratação pública e de trabalho, coordenação e execução de atividades relacionadas com o secretariado-geral e expediente da empresa, bem como coordenação das ações de comunicação interna e externa da empresa;
- ✎ **Planeamento Estratégico, Controlo de Gestão e Estudos**, responsável pela elaboração e acompanhamento dos principais documentos da empresa, nomeadamente Plano Estratégico, Plano e Orçamento e Relatório e Contas, bem como elaborar informações e relatórios económicos e financeiros de carácter regular para suporte às decisões da gestão de topo;
- ✎ **Financeiro**, responsável pela gestão económica e financeira da empresa, incluindo a gestão de candidaturas a Fundos Comunitários.



7. Investimento

No cumprimento do Plano de Investimentos da Portos dos Açores, SA, foram desenvolvidos ao longo do exercício de 2015 diversos projetos de investimento, cujo montante global ascendeu a 4,35 milhões de euros. Face ao volume global de investimento de 2014, que totalizara 4,76 milhões de euros, observa-se uma ligeira redução no volume global de investimento, de praticamente nove por cento.

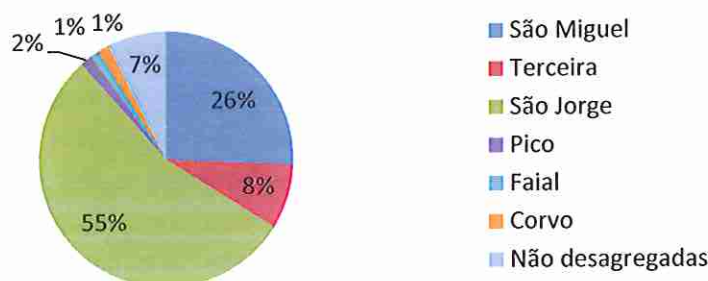
Tabela 46: Investimento realizado por ilha

Ilha	Unidade: Euros		
	2015	2014	Var.%
Santa Maria	0	0	-%
São Miguel	1.120.595	672.838	66,55%
Terceira	354.566	1.096.169	-67,65%
Graciosa	0	0	-%
São Jorge	2.374.049	39.784	5867%
Pico	63.950	2.382.321	-97,32%
Faial	51.372	103.552	-50,39%
Flores	463	0	-%
Corvo	62.830	55.400	13,41%
Não desagregadas	324.622	412.530	-21,31%
Total	4.352.447	4.762.594	-8,61%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A intervenção registada no porto das Velas, na ilha de São Jorge, através da “Empreitada de Prolongamento do Molhe Cais do Porto das Velas”, corresponde ao maior investimento realizado em 2015 pela empresa, num montante de 2,4 milhões de euros, ou seja, 54,55 por cento do total de investimento da empresa naquele ano. Este projeto aguarda abertura de aviso de candidatura ao abrigo do Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020).

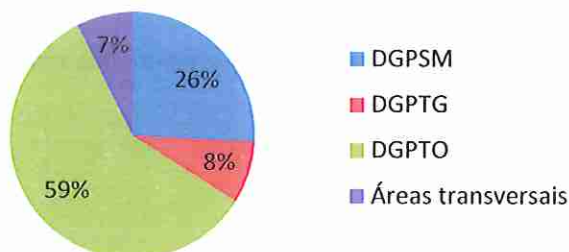
Figura 38: Investimento por ilha em 2015



Em termos de análise por Direção-Geral, a Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO) é, a par do sucedido em anos anteriores, aquela que apresenta um maior agregado de despesa de investimento, ou seja, praticamente 59 por cento do investimento total da PA. Em anos

anteriores, o volume de investimento nesta Direção-Geral tem sido sempre superior a 50 por cento do volume de investimento da empresa, muito embora em percentagens notoriamente inferiores após o ano de 2013, em que 83 por cento do investimento incidira em infraestruturas daquela Direção-Geral, nomeadamente no terminal de passageiros da Madalena do Pico.

Figura 39: Investimento por Direções-gerais em 2015



Nos portos sob a jurisdição da Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), o valor total de investimento em 2015 representou 25,75% (1,1 milhões de euros) do investimento total da empresa, registando-se assim um aumento de 66,55% face ao valor do ano de 2014 que situou-se nos 673 mil euros. Dos projetos em causa será de salientar o referente à “Empreitada de Construção das Novas Oficinas Gerais de Ponta Delgada” que representa o maior volume de investimento relativo à ilha de São Miguel, correspondendo a 1,06 milhões de euros.

Em relação aos projetos da Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG), o investimento executado em 2015 atingiu um volume de praticamente 355 mil euros, representando 8,15% do investimento total da empresa. Face ao investimento registado em 2014, tal representa um decréscimo de 67,65 por cento, tendo em conta que o valor total de investimento em áreas sob jurisdição da DGPTG naquele ano se cifrara em 1,1 milhões de euros.

Por último, referência, no que respeita a investimentos transversais durante 2015, ou seja, que englobam as várias Direções-Gerais, a uma despesa de investimento de 325 mil euros, o que representa 7,46 por cento do total de investimento da empresa. Regista-se um decréscimo de 21,31 por cento em comparação com despesas similares registadas em 2014, decorrente de em 2015 terem sido alvo de docagem apenas dois rebocadores, ao contrário do que aconteceu no ano de 2014.

Tabela 47: Investimento realizado por Direção-geral

Direção-geral	Unidade: Euros		
	2015	2014	Var.%
DGPSM	1.120.595	672.838	66,55%
DGPTG	354.566	1.096.169	-67,65%
DGPTO	2.552.664	2.581.057	-1,10%
Áreas transversais	324.622	412.530	-21,31%
Total	4.352.447	4.762.594	-8,61%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Descriminam-se, de seguida, os principais projetos de investimento com despesa registada em 2015, apresentando-se ainda alguma informação complementar, nomeadamente a componente relativa ao



respetivo financiamento, quando aplicável, atendendo às exigências ao nível da publicitação definidas pelos regulamentos dos Fundos Comunitários envolvidos. Os dados são desagregados por ilha.

7.1. Ilha de Santa Maria

No ano de 2015 não foram registadas despesas de investimento em infraestruturas da Portos dos Açores sedeadas na ilha de Santa Maria.

7.2. Ilha de São Miguel

Os principais factos relativos a investimento nas infraestruturas localizadas na ilha de São Miguel incluem:

- ✎ Receção a 31 de julho de 2015 da “Empreitada de Construção das Novas Oficinas Gerais de Ponta Delgada”, com um total de projeto de 1,9 milhões de euros sendo 1,06 milhões de euros relativos a 2015. Este projeto foi cofinanciado pelo PROCONVERGÊNCIA, compreendendo uma participação de 85 por cento;
- ✎ Consignação da “Empreitada de Construção dos Arranjos Exteriores das Oficinas Gerais do Porto de Ponta Delgada”, com o respetivo auto de Consignação datado de 16 de novembro de 2015, com um total de despesa de 37 mil euros em 2015;
- ✎ Rececionada provisoriamente a 16 de outubro de 2014 a “Empreitada de Reordenamento da Inserção da Av. Kopke com o Cais Comercial de Ponta Delgada e Lado Sul do Forte de São Brás e Pavimentação da Rua Engº Abel Ferrin Coutinho”, apresenta uma despesa de 5 mil euros em 2015. Em 2016, a Portos dos Açores, SA conta englobar este investimento numa candidatura ao Compete 2020 no âmbito do novo Acordo de Parceria em vigor;
- ✎ O projeto “Reordenamento dos Edifícios e do Cais 6:00 ZH e Reforço do Manto de Proteção de Ponta Delgada”, registou uma execução de 19 mil euros em 2015, na sua maioria referentes a despesas de projeto.

7.3. Ilha Terceira

Os principais investimentos ocorridos na ilha Terceira dizem respeito a:

- ✎ Intervenções no âmbito do Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo, na fase respeitante ao Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo - Fase II (1), com um investimento total de 3,1 milhões de euros, tendo sido executados 211 mil euros no corrente ano. O projeto está finalizado, tendo o auto de Receção Provisória sido lavrado a 31 de janeiro de 2015. Este projeto foi participado em



85 por cento por Fundos Comunitários relativos ao PROCONVERGÊNCIA, e ainda pela Secretaria Regional da Economia, no âmbito da Resolução 32/2011, de 4 de março;

- ❧ Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo - Fase II (2), com 12 mil euros de despesa executados em 2015, respeitantes ao projeto de Remodelação do Clube Náutico de Angra do Heroísmo;
- ❧ Consignada a 2 de setembro de 2015, a Reparação do Cais e Pavimentação do Acesso ao Parque de Combustíveis do Porto da Praia da Vitória, apresenta uma despesa de 80 mil euros em 2015;
- ❧ Consignada a 26 de agosto de 2015, a Instalação da Rede de Incêndios do Porto da Praia da Vitória registou em 2015 um valor de despesa de 51 mil euros. Esta empreitada, bem como a mencionada anteriormente são financiadas por Fundos Nacionais no âmbito da Contrato Programa assinado a 20 de junho de 2014, alterado a 23 de julho de 2015. Em 2016 a PA conta apresentar uma candidatura conjunta destes investimentos ao Compete 2020 no âmbito do novo Acordo de Parceria em vigor.

7.4. Ilha Graciosa

No ano de 2015 não foram registados quaisquer investimentos nas infraestruturas portuárias da ilha Graciosa.

7.5. Ilha de São Jorge

O investimento realizado nas infraestruturas portuárias da ilha de São Jorge dizem respeito a:

- ❧ “Empreitada de Prolongamento do Molhe Cais do Porto das Velas”, consignada a 23 de julho de 2015 e com Contrato Programa assinado a 18 de agosto de 2014, alterado a 30 de outubro de 2015 pela terceira vez, apresenta uma despesa executada em 2015 de 2,4 milhões de euros. Em 2016 será apresentada uma candidatura ao Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização.

7.6. Ilha do Pico

Com afetação à ilha do Pico o investimento realizado incidiu sobre:

- ❧ Novo Terminal de Passageiros do Porto de São Roque, com 57 mil euros executados em 2015, relativos ao estudo das condições de manobra no novo terminal de passageiros.

7.7. Ilha do Faial

Na ilha do Faial foi dada continuidade ao projeto de reordenamento da Frente Marítima da cidade da Horta. A despesa de investimento realizada diz respeito a:

- ☒ Projeto referente a Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta – 2ª Fase, com despesa executada em 2015 no valor de 51 mil euros.

7.8. Ilha das Flores

A despesa de investimento relativa a infraestruturas localizadas na ilha das Flores incidiu em:

- ☒ Lançamento do concurso para a “Empreitada de Requalificação do Porto das Poças de Santa Cruz das Flores”, com um valor de investimento registado em 2015 de cerca de 0,5 mil euros.

7.9. Ilha do Corvo

Na ilha do Corvo os investimentos realizados em 2015 dizem respeito a:

- ☒ Prolongamento do Molhe Cais e Alargamento da Plataforma do Porto da Casa, com Contrato Programa assinado em 20 de abril de 2015 e alterado em 16 de dezembro de 2015, com 63 mil euros de despesa, respeitantes ao projeto e ao lançamento do concurso.

8. Análise Económica e Financeira

8.1. Resultados

A Portos dos Açores, S.A. encerra o exercício de 2015 com um resultado líquido negativo de 4.516.017,74 euros. Trata-se de um resultado relativamente mais desfavorável do que o ocorrido no ano de 2014, que se cifrara em 4.332.574,19 euros. O presente resultado é ainda o reflexo da prevalência do contexto de crise que as economias nacional e regional enfrentaram, embora já de uma forma um pouco mais mitigada, em 2015. Outro factor a ter em conta prende-se com os resultados positivos apresentados pelas empresas subsidiárias e participadas. Não obstante tais resultados, o efeito dos mesmos nas contas da Portos dos Açores, S.A. representou um decréscimo de 11,92 por cento, contribuindo para a deterioração do resultado operacional.

De qualquer forma, deverá referir-se que a valorização da participação da Atlânticoline, S.A. foi efetuada com base numa estimativa de fecho, uma vez que as contas não se encontram encerradas na altura da emissão do presente Relatório e contas de 2015 da Portos dos Açores, S.A..

Tabela 48: Formação do Resultado Líquido

Descrição	Unidade: euro		
	2015	2014	Var.%
Resultado operacional	(2.090.405)	(1.572.691)	32,92%
Resultado financeiro	(2.392.096)	(2.726.903)	-12,28%
Resultado antes de impostos	(4.482.501)	(4.299.595)	4,25%
Imposto sobre o rendimento	(33.516)	(32.980)	1,63%
Resultado líquido	(4.516.018)	(4.332.574)	4,23%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

8.1.1. Resultado operacional

O resultado operacional da empresa atingiu um valor negativo igual a 2.090.405,41 euros, contribuindo para este valor um conjunto de diversos fatores. Importa conhecer com detalhe tais fatores e a respetiva evolução recente. É o que se aborda nos pontos seguintes.

8.1.2. Rendimentos operacionais

No que diz respeito aos rendimentos operacionais, observa-se uma redução perfeitamente residual ao nível do Volume de negócios (-0,86 por cento), de 17,5 milhões para 17,3 milhões de euros, numa variação negativa de 150.480 euros. Esta diminuição de rendimentos, contudo, está diretamente

associada a eventos não previstos, como é o caso da implementação do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT), de que resulta a significativa diminuição da tarifa de TUP Carga no porto da Praia da Vitória, tanto mais que os indicadores de atividade são relativamente favoráveis, com o aumento do número de navios e de contentores e mercadorias movimentados.

De entre as diversas componentes, destaque para o aumento das Vendas de combustível (+3,53 por cento), Outras prestações de serviços (+12,48 por cento), Fornecimentos (+3,75 por cento) e ainda as prestações de serviços à Náutica de recreio (+2,97 por cento). Todas as restantes rubricas de rendimentos registaram variações inferiores a dois por cento ou negativas, casos dos Serviços prestados a navios (-6,07 por cento) ou dos Serviços prestados a mercadorias (-3,26 por cento).

Também os ganhos obtidos com as participações financeiras registam um impacto visível na formação dos Rendimentos operacionais, conforme já referido. Neste caso, registo para a apresentação de resultados líquidos positivos ao nível dos vários operadores portuários, nos quais a Portos dos Açores possui participações de 20 por cento. Relativamente à Atlânticoline, apresenta também um resultado líquido favorável, com impacto significativo também nas contas da Portos dos Açores.

Já no que diz respeito aos Outros rendimentos e ganhos, decorrem na sua quase totalidade da imputação aos rendimentos da componente de depreciação ou amortização associada à comparticipação de Programas Comunitários. Atendendo ao elevado volume de investimentos comparticipados por tais programas, também o volume de rendimentos daí resultante apresenta-se como muito elevado.

Tabela 49: Rendimentos operacionais

Designação	Unidade: euro		
	2015	2014	Var. %
Vendas	456.019	440.452	3,53%
Vendas	456.019	440.452	3,53%
Prestações de serviços	16.872.895	17.038.943	-0,97%
Serviços prestados a navios	4.551.624	4.845.721	-6,07%
Serviços prestados a mercadorias	3.054.523	3.157.577	-3,26%
Equipamento marítimo e terrestre	4.989.999	4.892.761	1,99%
Fornecimentos	1.666.717	1.606.512	3,75%
Alugueres e ocupações	1.402.511	1.394.552	0,57%
Náutica de recreio e piscinas	831.971	807.943	2,97%
Outras prestações de serviços	375.551	333.876	12,48%
Subsídios à exploração	112.861	81.190	39,01%
Ganhos imputados subsid./assoc/empr.conj.	1.215.858	1.380.401	-11,92%
Outros rendimentos e ganhos	5.678.088	5.731.446	-0,93%
Total de rendimentos	24.335.721	24.672.432	-1,36%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

8.1.3. Gastos operacionais

Ao nível dos Gastos operacionais, constata-se a prevalência de alguns factos com uma relevância mais evidente, nomeadamente no que respeita à evolução observada no Custo das matérias



vendidas e consumidas (+24,79 por cento), associadas exclusivamente a combustíveis para a náutica de recreio, fornecida em algumas das infraestruturas afetas a esta atividade, como é o caso das marinas de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.

Para além disto, registo para o aumento dos Gastos de depreciação e amortização, num montante absoluto de 175 milhares de euros, o correspondente a uma variação positiva de 2,40 por cento.

Tabela 50: Gastos operacionais

Gastos operacionais	Unidade: euro		
	2015	2014	Var. (%)
Custo das matérias vendidas e consumidas	482.199	386.415	24,79%
Fornecimentos e serviços externos	6.353.979	6.563.958	-3,20%
Gastos com o pessoal	11.346.509	11.363.129	-0,15%
Gastos de depreciação e amortização	7.463.436	7.288.417	2,40%
Imparidades de dívidas a receber	367.643	165.276	122,44%
Provisões	-52.642	371	-14280,30%
Outros gastos e perdas	465.002	477.556	-2,63%
Total de gastos operacionais	26.426.127	26.245.123	0,69%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

As restantes variações, com exceção das Imparidades de dívidas a receber, são negativas. Destaque para as Provisões, em que se abateu o respetivo montante inscrito no Passivo, com reflexo direto na Demonstração de Resultados. Ainda relativamente às Imparidades de dívidas a receber, registam um acréscimo muito significativo, decorrente da necessidade de reforço da Provisão inscrita para o efeito, em resultado direto das situações de incobráveis existentes ao nível de Clientes da empresa. Este é o reflexo incontornável da situação de crise a que se tem assistido nos últimos anos e em cujo contexto a Portos dos Açores atua.

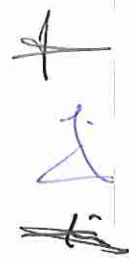
Detalham-se, de seguida, algumas das rubricas da Demonstração de resultados, nomeadamente as rubricas de valor mais significativo, como é o caso dos Gastos com o pessoal, Fornecimentos e serviços externos e Gastos de depreciação e amortização.

8.1.3.1. Gastos com o pessoal

O peso muito substancial que os gastos com pessoal assumem no total dos gastos da empresa, com impacto direto ao nível do resultado operacional justifica uma análise particularmente detalhada dos mesmos.

No ano de 2015 os gastos com o pessoal atingiram os 11.346 milhares de euros, tendo-se observado uma diminuição, embora muito ligeira face a 2014, correspondente a 0,15 por cento. O principal facto na origem desta variação decorre da evolução da rubrica Outros gastos com o pessoal, em que se observa uma quebra muito substancial, em resultado da conclusão do processo de aposentações, ao abrigo do “Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária” e do pagamento de pensões.

Em sentido contrário, as remunerações registaram um acréscimo muito significativo, sobretudo no que diz respeito às remunerações dos trabalhadores, com quase mais 600 mil euros (+7,20 por



cento). Também os encargos sobre remunerações sofreram um aumento relativamente proporcional, com um aumento de 120 mil euros.

Tabela 51: Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	2015	2014	Var.%
Órgãos Sociais	222.910	221.788	0,51%
Remunerações	178.246	179.982	-0,96%
Descontos	44.664	41.806	6,84%
Pessoal	10.658.303	9.951.285	7,10%
Remunerações	8.721.547	8.135.445	7,20%
Descontos	1.936.756	1.815.840	6,66%
Outros gastos com o pessoal	465.297	1.190.055	-60,90%
Total	11.346.509	11.363.129	-0,15%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A principal componente dos gastos com o pessoal corresponde à rubrica de Remunerações com o pessoal, que ascendeu, em 2015, a 8,7 milhões de euros, mais 7,2 por cento do que os 8,1 milhões de euros de 2014.

Tendo em consideração o ligeiro aumento no que diz respeito ao efetivo médio, de 263 trabalhadores em 2014 para 265 em 2015, a remuneração média dos trabalhadores, excluindo-se os membros dos órgãos sociais, atingiu, em 2015, os 32,9 mil euros, mais 6,4 por cento do que em 2014.

Tabela 52: Remunerações do pessoal

Remunerações do pessoal	2015	2014	Var.%
Remunerações normais	7.294.283	7.293.101	0,02%
Remunerações adicionais	1.780.808	1.268.987	40,33%
Reduções ao abrigo das LOE	-387.683	-433.809	-10,63%
Remunerações acessórias	34.138	7.167	376,31%
Total	8.721.547	8.135.445	7,20%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

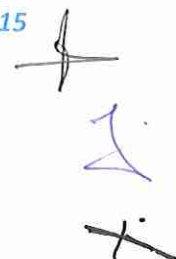
Na desagregação da rubrica Remunerações com o pessoal, observam-se aumentos mais pronunciados ao nível das Remunerações adicionais e das Remunerações acessórias, particularmente no primeiro caso, atendendo ao respetivo peso relativo. Nessa categoria de Remunerações adicionais destaca-se o valor pago em Horas extraordinárias, que registou um aumento de 13,11 por cento em 2015, atingindo praticamente 676 mil euros, mais 78,3 mil euros do que em 2014.

Tabela 53: Remunerações normais do pessoal

Remunerações normais	2015	2014	Var.%
Vencimentos	4.522.428	4.473.731	1,09%
Subsídios de férias e natal	826.618	828.874	-0,27%
Isenção de horário de trabalho	1.439.416	1.460.892	-1,47%
Diuturnidades	318.250	338.508	-5,98%
Restantes	187.571	191.095	-1,84%
Total	7294283,4	7.293.101	0,02%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita à categoria Remunerações normais, não são perceptíveis grandes variações, destacando-se, por via da redução do efetivo nos escalões etários mais elevados decorrente dos processos de aposentação ocorridos no passado recente, a quebra na rubrica Diuturnidades.



8.1.3.2. Fornecimentos e serviços externos

Em termos de Fornecimentos e serviços externos, a principal componente são os Serviços especializados, que representam 37,66 por cento da rubrica e onde se incluem os gastos com conservação e reparação de edifícios e construções, bem como de equipamento marítimo e terrestre, com um volume de gastos em 2015 da ordem dos 974 milhares de euros, o correspondente a 40,72 por cento do total de gastos com Serviços especializados. Em termos absolutos, observa-se um valor relativamente estacionário ao nível desta componente que integra os Serviços especializados, atendendo a que, em 2014, o valor registado nesta rubrica atingiu os 983 milhares de euros, ou seja, mais 8.400 euros do que em 2015.

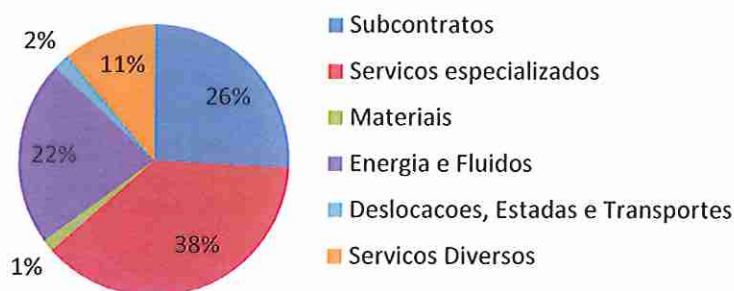
Tabela 54: Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	Unidade: euro		
	2015	2014	Var (%)
Subcontratos	1.641.548	1.605.532	2,24%
Serviços Especializados	2.392.619	2.552.140	-6,25%
Materiais	93.452	88.850	5,18%
Energia e Fluidos	1.395.851	1.443.605	-3,31%
Deslocações, Estadas e Transportes	122.690	117.479	4,44%
Serviços Diversos	707.819	756.351	-6,42%
Total dos Fornecimentos e serviços externos	6.353.979	6.563.958	-3,20%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Outra componente relevante dos Fornecimentos e serviços externos é a relativa a vigilância e segurança, cujo peso relativo no âmbito dos Serviços especializados foi, em 2015, de 36,78 por cento, num total de praticamente 880 milhares de euros. Tendo em conta o valor despendido em 2014, que atingiu os 861 milhares de euros, observa-se um acréscimo de quase 19 milhares de euros entre 2014 e 2015, o equivalente a 2,19 por cento. Estas duas componentes dos Serviços especializados representaram, em 2015, 77,50 por cento do total dos gastos em Serviços especializados.

Figura 40: Componentes de Fornecimentos e serviços externos em 2015



Os Subcontratos são, em termos de peso relativo, a segunda maior componente dos Fornecimentos e serviços externos, apresentando um peso relativo nos Fornecimentos e serviços externos de 25,83 por cento em 2015. Nestes gastos incluem-se sobretudo os serviços de gestão do complexo "Portas do Mar", que representa, só por si, 46,40 por cento dos gastos dos Subcontratos. Também a

subcontratação de serviços de estiva, lancha e recolha de lixo registam alguma importância, somando 36,85 por cento do total de gastos nesta rubrica.

A terceira principal componente de Fornecimentos e serviços externos corresponde à rubrica Energia e Fluidos (21,97 por cento do total dos Fornecimentos e serviços externos), que compreende o consumo de electricidade, combustíveis, água e ainda outros fluidos. Em 2015, o consumo de electricidade representou 46,42 por cento do total da rubrica Energia e Fluidos, seguido do consumo de combustíveis, que correspondeu a 35,30 por cento do consumo da rubrica em causa. Segue-se, em termos de importância o consumo de água, mas com uma importância bastante menor, equivalente a 12,80 por cento.

Por fim, referência aos Serviços diversos, com um peso relativo de 11,14 por cento e que incluem uma panóplia de serviços, com destaque para a limpeza, higiene e conforto, cujo peso na rubrica é de 45,75 por cento, seguido dos seguros (36,11 por cento do total dos Serviços diversos) e comunicações (14,91 por cento do total desta rubrica). Todos os restantes itens que compreendem os Serviços diversos têm um peso residual.

As restantes componentes da rubrica Fornecimentos e serviços externos possuem um impacto relativamente marginal, correspondendo às rubricas de materiais e deslocações, estadias e transportes.

8.1.3.3. Gastos de depreciação e amortização

Os gastos operacionais registam também uma forte dependência da rubrica Gastos de depreciação e amortização, que possui um peso relativo de 28,24 por cento no total de gastos operacionais. A esse nível, apenas duas componentes são responsáveis por mais de 95 por cento dos gastos. São elas as depreciações de edifícios e outras construções (76,37 por cento) e equipamento básico (20,38 por cento).

Tabela 55: Gastos de depreciação e amortização

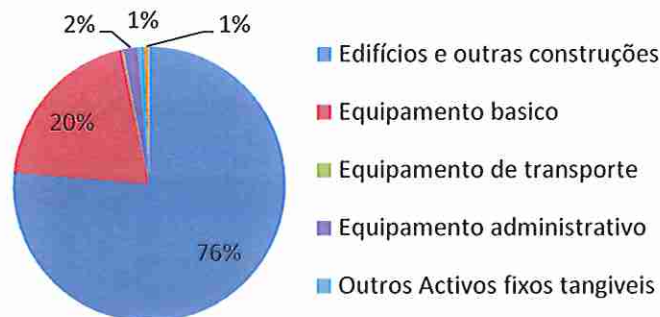
Unidade: euro			
Gastos de depreciação e amortização	2015	2014	Var. (%)
Ativos fixos tangíveis	7.416.901	7.244.353	2,38%
Edifícios e outras construções	5.699.974	5.451.445	4,56%
Equipamento básico	1.520.705	1.600.892	-5,01%
Equipamento de transporte	13.836	18.931	-26,91%
Equipamento administrativo	124.849	114.472	9,06%
Outros ativos fixos tangíveis	57.538	58.613	-1,83%
Ativos intangíveis	46.535	44.064	5,61%
Despesas de investigação e desenvolvimento	0	44.064	-100,00%
Propriedade industrial e direitos	42.985	0	-%
Outros ativos fixos intangíveis	3.550	0	-%
Total de gastos de depr./amortização	7.463.436	7.288.417	2,40%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No primeiro caso são particularmente relevantes as infraestruturas portuárias mais recentes, com empreitadas executadas pela PA ou pelas anteriores administrações portuárias, enquanto no

segundo caso há a destacar a preponderância dos principais equipamentos flutuantes, nomeadamente os rebocadores e as lanchas de pilotagem e do equipamento terrestre de maior envergadura, nomeadamente gruas portuárias e empilhadores de maior capacidade.

Figura 41: Componentes de Gastos de depreciação e amortização em 2015



8.1.3.4. Decomposição do resultado operacional

Apresenta-se na tabela seguinte a decomposição do resultado operacional de 2015 e 2014 e respetivas variações percentuais.

Tabela 56: Resultado operacional

Descrição	Unidade: euro		
	2015	2014	Var.%
1. Rendimentos operacionais			
Vendas	456.019	440.452	3,53%
Prestações de serviços	16.872.895	17.038.943	-0,97%
Subsídios à exploração	112.861	81.190	39,01%
Ganhos/perdas subsid./associadas	1.215.858	1.380.401	-11,92%
Outros rendimentos e ganhos	5.678.088	5.731.446	-0,93%
Total 1.	24.335.721	24.672.432	-1,36%
2. Gastos operacionais			#DIV/0!
Custo das existências vendidas	(482.199)	(386.415)	24,79%
Fornecimentos e serviços externos	(6.353.979)	(6.563.958)	-3,20%
Gastos com o pessoal	(11.346.509)	(11.363.129)	-0,15%
Imparidade de dívidas a receber	(367.643)	(165.276)	122,44%
Provisões	52.642	(371)	-14280,30%
Outros gastos e perdas	(465.002)	(477.556)	-2,63%
Total 2.	(18.962.691)	(18.956.706)	0,03%
3. EBITDA (=1.+2.)	5.373.030	5.715.726	-6,00%
4. Gastos de depreciação	(7.463.436)	(7.288.417)	2,40%
5. Resultado operacional (=3.+4.)	(2.090.405)	(1.572.691)	32,92%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Para além dos factos já sumariamente descritos acima, de referir ainda como facto pertinente a evolução do EBITDA, ou seja, o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, que registou um decréscimo de 342 milhares de euros, correspondente a -6,00 por cento do que em 2014, atingindo os 5,37 milhões de euros.

8.1.4. Resultado financeiro

O resultado de natureza financeira de 2015 apresenta um valor significativamente inferior ao do ano anterior, cifrando-se praticamente em 2,4 milhões de euros, uma diminuição de 12,28 por cento face ao valor registado em 2014, resultado direto de um conjunto de processos de renegociação da dívida implementados ao longo do exercício de 2015.

Tabela 57: Resultado financeiro

Resultado financeiro	Unidade: euro		
	2015	2014	Var (%)
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	-%
Juros e gastos similares suportados	(2.392.096)	(2.726.903)	-12,28%
Total	(2.392.096)	(2.726.903)	-12,28%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

8.2. Fundos libertos

Os Fundos libertos de 2015 atingiram 2.632.416 euros, uma diminuição de 5,65 por cento face ao valor registado em 2014. Em termos absolutos, verifica-se uma variação de -157,8 milhares de euros. Esta variação decorre sobretudo da alteração observada ao nível do Resultado líquido, em que se verifica uma deterioração de 183,4 milhares de euros, já que o efeito do aumento dos Gastos de depreciação e amortização, já detalhados acima, é praticamente anulado pela variação ocorrida pela soma das Imparidades de dívidas a receber e Provisões do período.

Tabela 58: Fundos libertos

Descrição	Unidade: euro		
	2015	2014	Var (%)
Resultado líquido	(4.516.018)	(4.332.574)	4,23%
Gastos de depreciação e amortização	7.463.436	7.288.417	2,40%
Imparidades/Provisões do período	(315.002)	(165.648)	90,16%
Fundos libertos	2.632.416	2.790.195	-5,65%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

8.3. Situação financeira e patrimonial

A situação patrimonial da PA, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é apresentada na tabela seguinte.

Tabela 59: Balanços

Unidade: euro

Descrição	2015	%	2014	%
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	278.469.767	90,7%	281.480.081	88,4%
Ativos intangíveis	160.682	0,1%	87.146	0,0%
Participações financeiras	17.702.346	5,8%	20.983.968	6,6%
Outras contas a receber	184.157	0,1%	2.845.881	0,9%
Ativos por impostos diferidos	71.460	0,0%	86.310	0,0%
Ativo corrente				
Inventários	23.292	0,0%	34.386	0,0%
Clientes	7.153.522	2,3%	6.723.860	2,1%
Estado e outros entes públicos	213.119	0,1%	240.296	0,1%
Outras contas a receber	1.539.177	0,5%	4.858.804	1,5%
Diferimentos	669.976	0,2%	645.514	0,2%
Caixa e depósitos bancários	940.365	0,3%	553.234	0,2%
Total do ativo	307.127.863	100,0%	318.539.482	100,0%
Capital próprio				
Capital realizado	40.238.700	13,1%	40.238.700	12,6%
Reservas legais	204.200	0,1%	204.200	0,1%
Outras reservas	21.403	0,0%	21.403	0,0%
Resultados transitados	(13.989.326)	-4,6%	(8.255.484)	-2,6%
Ajustamentos em ativos financeiros	9.681.909	3,2%	12.878.460	4,0%
Outras variações do capital próprio	170.565.277	55,5%	176.943.009	55,5%
Resultado líquido do exercício	(4.516.018)	-1,5%	(4.332.574)	-1,4%
Total do capital próprio	202.206.146	65,8%	217.697.714	68,3%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	376.621	0,1%	457.767	0,1%
Estado e outros entes públicos	416.544	0,1%	188.293	0,1%
Financiamentos obtidos	50.682.664	16,5%	38.151.333	12,0%
Outras contas a pagar	38.204.952	12,4%	39.633.501	12,4%
Passivo corrente				
Fornecedores	1.947.375	0,6%	2.462.068	0,8%
Estado e outros entes públicos	738.503	0,2%	817.045	0,3%
Financiamentos obtidos	5.347.635	1,7%	12.030.348	3,8%
Outras contas a pagar	7.138.086	2,3%	7.024.012	2,2%
Diferimentos	69.337	0,0%	77.402	0,0%
Total do passivo	104.921.717	34,2%	100.841.768	31,7%
Total do capital próprio e do passivo	307.127.863	100,0%	318.539.482	100,0%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

8.4. Fundo de maneiio

O Fundo de maneiio da Portos dos Açores atingiu em 2015 um valor negativo ligeiramente superior a 4,7 milhões de euros, bastante mais favorável do que o registado em 2014, que se cifrara na ordem

dos 9,4 milhões de euros negativos. O valor observado em 2015 é o reflexo simultâneo da diminuição do Ativo e Passivo correntes.

No primeiro caso, tem-se que ocorreu uma diminuição em cerca de 2,5 milhões de euros do valor do Ativo corrente, muito particularmente da rubrica Outras contas a receber, por via, sobretudo, dos valores de subsídios associados a investimento.

No mesmo sentido, mas de magnitude mais considerável, observou-se uma diminuição do Passivo corrente de mais de 7,1 milhões de euros, em grande medida decorrente da quebra registada no valor dos Financiamentos obtidos a curto prazo. De facto, a variação do valor dos financiamentos obtidos a curto prazo entre 2014 e 2015 foi bastante significativa, de 12 milhões de euros em 2014 para cerca de 5,3 milhões de euros em 2015. Esta alteração ocorre no âmbito do processo de renegociação da dívida, com alterações ao nível da maturidade dos financiamentos em causa. Assim, observa-se, ao mesmo tempo que a diminuição do Financiamento de curto prazo, um acréscimo no volume de Financiamento de longo prazo, de 38 milhões em 2014 para 50 milhões de euros em 2015, conforme é perceptível no Balanço acima.

No presente cenário, o Fundo de Maneio, embora se mantenha negativo e com um relativo desajustamento de maturidades no que respeita a responsabilidades e ativo correntes, é, no entanto, relativamente mais equilibrado do que o registado no ano de 2014.

Tabela 60: Fundo de maneio

Descrição	Unidade: euro		
	2015	2014	Var (%)
Ativo corrente	10.539.451	13.056.095	-19,28%
Passivo corrente	15.240.936	22.410.874	-31,99%
Fundo de maneio	(4.701.485)	(9.354.779)	-49,74%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

8.5. Indicadores económicos e financeiros

Relativamente aos indicadores económicos e financeiros, são apresentados nos dois pontos que se seguem.

8.5.1. Indicadores económicos

Quanto aos indicadores económicos, será de destacar a relativa deterioração dos mesmos, reflexo direto da obtenção de resultados mais desfavoráveis em 2015 face a 2014, nomeadamente o resultado operacional e o resultado líquido do período, mas também uma ligeira diminuição ao nível do valor dos denominadores dos referidos indicadores, como é o caso do ativo total e dos capitais próprios.

Tabela 61: Indicadores económicos



Descrição	2015	2014	Var (%)
Gastos com o pessoal/VAB (Gastos com o pessoal/VAB)	108,31%	108,55%	-0,22%
Rentabilidade das vendas (Resultado operacional/(Vendas+Prestação de Serviços))	-12,06%	-9,00%	34,07%
Rentabilidade do ativo (Resultado operacional/Ativo total)	-0,68%	-0,49%	37,86%
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado líquido/Capitais próprios)	-2,23%	-1,99%	12,22%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Deverá ainda referir-se que os Gastos com o pessoal ultrapassaram, tal como no exercício de 2014, o valor acrescentado bruto (VAB) gerado pela empresa, indicador que deverá merecer uma atenção muito particular no futuro. De facto, o valor expresso pelo indicador em apreço reflete que os Gastos com o pessoal são superiores à riqueza gerada pela empresa ao longo do ano.

8.5.2. Indicadores financeiros

No que respeita aos indicadores de índole financeira, observa-se uma evolução no sentido de um aumento acentuado da Liquidez geral, em resultado, sobretudo, da acentuada quebra observada no valor do Passivo corrente, da ordem dos 7,1 milhões de euros, de 22,4 milhões de euros em 2014 para 15,2 milhões em 2015. Já no que respeita à variação do Ativo corrente, observou-se uma diminuição de 2,5 milhões de euros, de 13 milhões em 2014 para 10,5 milhões em 2015.

Tabela 62: Indicadores financeiros

Descrição	2015	2014	Var (%)
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	0,69	0,58	18,70%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	0,66	0,68	-3,66%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	1,93	2,16	-10,73%
Cobertura do imobilizado (Capitais permanentes/Imobilizado líquido)	0,98	0,98	0,64%
Prazo médio de cobrança (n.º dias) (Saldo de Clientes c/cX365/(Vendas+Prestações de serviços))	150,68	140,41	7,31%
Prazo médio de pagamentos (n.º dias) (Saldo de Fornecedores c/cX365/FSE)	111,87	136,91	-18,29%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Ao nível da Autonomia financeira, regista uma ligeira diminuição, consequência direta das variações das respetivas componentes, ou seja o Capital próprio e o Ativo total líquido, embora não significativamente amplas e ambas no mesmo sentido. De facto, observou-se uma diminuição de 7,1 por cento ao nível do Capital próprio e de 3,6 por cento no que respeita ao Ativo total líquido.

Relativamente à Solvabilidade, observa-se uma ligeira diminuição no indicador, decorrente do efeito conjunto da diminuição do Capital próprio em 7,1 por cento e do aumento em 2015 do Passivo total numa percentagem de 4,0 por cento, de 100,8 milhões de euros em 2014 para quase 105 milhões de euros em 2015, em grande medida devido ao acréscimo de 11,65 por cento do endividamento total. A este respeito, de referir que se observou uma diminuição dos Financiamentos obtidos no curto



prazo em 56 por cento mas, ao mesmo tempo, o aumento dos Financiamentos obtidos no médio e longo prazos em 33 por cento.

Em termos do indicador Cobertura do imobilizado, registou-se a manutenção do respetivo valor, atendendo a variações relativamente similares nas duas componentes: diminuição de 1,43 por cento no volume de Capitais permanentes e de 2,06 por cento no valor do Imobilizado líquido.

O Prazo médio de cobrança regista um acréscimo de 7,31 por cento, de 140,41 dias em 2014 para 150,68 dias em 2015, fruto do efeito simultâneo do aumento do valor inscrito na rubrica de Clientes (+6,39 por cento) e da ténue diminuição nas Vendas e Prestações de serviços (-0,86 por cento).

Este indicador expressa de forma muito notória as dificuldades de liquidez que continuam a persistir na atualidade na economia regional, em grande medida resultantes do impacto do cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira, já terminado, e da fragilidade do sistema financeiro, cujos efeitos na economia real são extremamente nefastos.

Quanto ao Prazo médio de pagamentos, apraz registar o seu decréscimo, de 136,91 dias em 2014 para 111,87 dias em 2015, numa percentagem correspondente a -18,29 por cento. Esta evolução é o reflexo da diminuição do saldo da rubrica Fornecedores em mais de 500 milhares de euros entre 2014 e 2015, o equivalente a -20,90 por cento, e a redução, em termos absolutos de praticamente 210 milhares de euros em 2015 na rubrica Fornecimentos e serviços externos, o equivalente a -3,20 por cento.



9. Participações financeiras

A Portos dos Açores elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as regras legais e contabilísticas em vigor. Neste contexto, as empresas incluídas na consolidação em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são as que constam das duas tabelas a seguir.

Tabela 63: Empresas subsidiárias

Empresas	Sede	% Capital detido
NAVAL CANAL - Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100,00%
Atlânticoline, S.A.	Ponta Delgada	83,97%

A presente secção apresenta algumas notas relativas ao conjunto de participações financeiras em posse da empresa Portos dos Açores no final de 2015, com um destaque particular a Atlânticoline, na medida do possível, atendendo a que as contas daquela sociedade não se encontram encerradas na altura da conclusão do presente documento. Atendendo à importância da atividade dos vários operadores portuários da Região Autónoma dos Açores, em que a PA possui uma participação de 20 por cento, é também efetuada uma breve menção aos principais aspetos de âmbito económico e financeiro.

As participações financeiras nas empresas associadas apresentavam a proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2015 e 2014 constante da tabela abaixo.

Tabela 64: Empresas e entidades associadas

Empresas	Sede	% Capital detido
AGESPI - Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	Praia da Vitória	25,00%
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%
OPERTerceira - Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%
OPERTRI - Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%

As participações nas entidades subsidiárias e associadas identificadas nas tabelas acima foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

9.1. Atlânticoline, S.A.

A importância da participação na Atlânticoline, S.A., bem como ainda a dimensão da empresa e o impacto que os resultados constantes das suas demonstrações financeiras registam nas próprias demonstrações financeiras da Portos dos Açores, S.A. exigem uma menção ao desempenho da subsidiária em causa, não obstante os constrangimentos já mencionados acima no que respeita à inexistência do respetivo encerramento de contas e emissão do consequente relatório e contas.

A subsidiária Atlânticoline, tem como objeto social a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e de mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque e a gestão náutica e comercial de navios, possuindo um capital social 7.145.400 euros, detido em 83,97 por cento, ou seja, no montante de seis milhões de euros, pela Portos dos Açores. O remanescente é detido diretamente pela Região Autónoma dos Açores (16,03 por cento do capital, no montante de 1.145.400 euros).

No final de março de 2015 ocorreu um facto extremamente relevante na história recente da sociedade, com a fusão por incorporação da Transmaçor, Lda., empresa com participação da Região Autónoma dos Açores. Com esta incorporação da Transmaçor, Lda., toda a operação de transporte de passageiros e viaturas passou a estar concentrada na Atlânticoline, S.A..

A frota da Atlânticoline é composta por cinco navios e embarcações:

- ❧ “Cruzeiro do Canal” e “Cruzeiro das Ilhas”, embarcações construídas pela Região Autónoma dos Açores e afetas ao transporte de passageiros entre as ilhas do Grupo Central, nomeadamente entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge, a cargo da Transmaçor até ao momento da fusão;
- ❧ “Ariel”, embarcação que opera em exclusivo no transporte de passageiros entre as ilhas das Flores e Corvo, operação essa a cargo da Atlânticoline durante a totalidade do ano;
- ❧ “Mestre Simão” e “Gilberto Mariano”, embarcações com capacidade para o transporte de passageiros e viaturas, construídas no estaleiro espanhol Astilleros Armon e em operação desde o ano de 2014 nas ligações entre as ilhas do Grupo Central dos Açores, em substituição do “Cruzeiro do Canal” e “Cruzeiro das Ilhas”.

Adicionalmente, para efeitos da execução do contrato de transporte marítimo interilhas de passageiros em regime sazonal, celebrado entre o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico e a Atlânticoline, esta última fretou às empresas Hellenic Seaways Maritime, S.A. e Hellenic Seaways Management, S.A. os navios “Expresse Santorini” e “Hellenic Wind”, navios que cumpriram a operação referente ao ano de 2015.

O volume de negócios da empresa atingiu em 2015 um total de praticamente 12,63 milhões de euros, o que representa um aumento face aos 2.558 milhares de euros de 2014. Este aumento deve-se ao processo de fusão por incorporação da Transmaçor na Atlânticoline. De qualquer modo, segundo dados da Direção Regional de Transportes e mencionados no capítulo referente à atividade portuária, ocorreu uma quebra de 5,67 por cento na operação tradicionalmente a cargo da Atlânticoline, e, simultaneamente, um aumento de 7,79 por cento da atividade da Transmaçor.

A este respeito, destaque para a crescente preponderância da linha azul, entre os portos da Horta e Madalena, que concentrou, neste ano de 2015, cerca de 80 por cento do volume total de passageiros movimentados interilhas. No conjunto, o movimento interilhas ultrapassou, pela primeira vez em 2015, um milhão de passageiros, um acréscimo de 5,91 por cento face ao volume de passageiros de 2014. A melhoria de condições das operações proporcionadas pelos novos meios marítimos, ou seja, as embarcações “Mestre Simão” e “Gilberto Mariano” constituem um elemento fundamental para tal evolução positiva nas ligações marítimas entre os portos da Horta e da Madalena, para além do incremento da atividade turística, com um impacto muito concentrado no período de verão.



Os Subsídios à Exploração, elemento fundamental no âmbito da sustentabilidade da operação da empresa, cifraram-se, em 2015, nos 1,66 milhões de euros.

Os Outros rendimentos e ganhos de 2015, no valor de 1,47 milhões de euros, correspondem a um valor significativamente menor do que o registado em 2014, ano que se atingira praticamente os três milhões de euros, em grande medida associados aos juros de mora recebidos na sequência do acordo de revogação dos contratos de construção com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Relativamente aos gastos, atingiram no exercício de 2015 um total de 14,1 milhões de euros (10,84 milhões de euros em 2014). A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos regista um peso relativo no conjunto dos gastos de 67,38 por cento, tendo atingido em 2015 um total de 9,5 milhões de euros. Outras rubricas com preponderância na estrutura de gastos da empresa são os Gastos com o pessoal, com um peso relativo de 17,96 por cento, seguido dos Gastos de depreciação e amortização, cujo peso é de 9,27 por cento. No conjunto, estas três componentes representam 94,62 por cento da totalidade dos gastos da subsidiária Atlânticoline, S.A.

No Relatório e Contas Consolidadas 2015 será dado maior destaque aos aspectos de carácter operacional e contabilístico da empresa Atlânticoline, S.A..

9.2. Operadores portuários

Relativamente às empresas de operação portuária em atividade na Região Autónoma dos Açores e em que a Portos dos Açores possui uma participação de 20 por cento, detalhamos nas tabelas desta secção os principais aspetos de âmbito financeiro dos exercícios de 2015 e 2014.

De referir que todas as empresas de operação portuária apresentaram Resultados líquidos positivos em 2015, ao contrário do que sucedera no exercício de 2014, em que apenas a OPERTerceira registara valores positivos. Para além disto, de referir que este mesmo operador registou em 2015 o maior valor em termos de resultado líquido, ultrapassando os 209 milhares de euros, o correspondente a 12,77 por cento das Vendas e Prestações de serviços.

Tabela 65: Balanços dos Operadores Portuários

Unidade: euro

Descrição	OPERPDL				OPERTERCEIRA				OPERTRI			
	2015	%	2014	%	2015	%	2014	%	2015	%	2014	%
Ativo												
Ativo não corrente												
Ativos fixos tangíveis	61.753	6,9%	50.592	5,6%	59.069	2,8%	39.967	2,1%	184.240	29,6%	187.886	31,8%
Ativos intangíveis	1.876	0,2%	1.211	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ativos por impostos diferidos	6.720	0,8%	0	0,0%	114.240	5,4%	102.220	5,3%	0	0,0%	0	0,0%
Ativo corrente												
Clientes	609.353	68,1%	617.943	69,0%	382.924	18,2%	387.555	19,9%	123.652	19,9%	122.501	20,7%
Adiantamento a fornecedores	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Estado e outros entes públicos	29.269	3,3%	36.765	4,1%	17.757	0,8%	28.827	1,5%	16.103	2,6%	11.480	1,9%
Outras contas a receber	8.721	1,0%	4.756	0,5%	19.541	0,9%	16.599	0,9%	0	0,0%	0	0,0%
Diferimentos	16.496	1,8%	29.754	3,3%	0	0,0%	2.971	0,2%	347	0,1%	3.257	0,6%
Caixa e depósitos bancários	161.085	18,0%	154.543	17,3%	1.506.641	71,7%	1.366.602	70,3%	298.213	47,9%	265.630	45,0%
Total do ativo	895.273	100,0%	895.564	100,0%	2.100.172	100,0%	1.944.741	100,0%	622.555	100,0%	590.753	100,0%
Capital próprio												
Capital realizado	250.000	27,9%	250.000	27,9%	124.699	5,9%	124.699	6,4%	125.000	20,1%	125.000	21,2%
Reservas legais	50.000	5,6%	50.000	5,6%	30.230	1,4%	30.230	1,6%	31.300	5,0%	31.300	5,3%
Outras reservas	530.673	59,3%	530.673	59,3%	853.230	40,6%	763.879	39,3%	337.578	54,2%	467.818	79,2%
Resultados transitados	(570.481)	-63,7%	(513.129)	-57,3%	58.800	2,8%	0	0,0%	0	0,0%	(80.905)	-13,7%
Outras variações do capital próprio	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	61.250	3,1%	0	0,0%	0	0,0%
Resultado líquido do exercício	36.843	4,1%	(57.351)	-6,4%	209.250	10,0%	191.681	9,9%	21.759	3,5%	(49.334)	-8,4%
Total do capital próprio	297.036	33,2%	260.193	29,1%	1.276.209	60,8%	1.171.739	60,3%	515.636	82,8%	493.878	83,6%
Passivo												
Passivo não corrente												
Provisões	0	0,0%	0	0,0%	680.000	32,4%	580.000	29,8%	0	0,0%	0	0,0%
Financiamentos obtidos	15.432	1,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Passivo corrente												
Fornecedores	290.772	32,5%	367.071	41,0%	46.938	2,2%	56.024	2,9%	1.839	0,3%	3.367	0,6%
Estado e outros entes públicos	55.986	6,3%	58.089	6,5%	31.364	1,5%	35.347	1,8%	18.768	3,0%	20.388	3,5%
Financiamentos obtidos	7.658	0,9%	63.130	7,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Outras contas a pagar	228.388	25,5%	147.081	16,4%	65.660	3,1%	101.631	5,2%	86.312	13,9%	73.120	12,4%
Diferimentos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total do passivo	598.237	66,8%	635.371	70,9%	823.963	39,2%	773.001	39,7%	106.918	17,2%	96.875	16,4%
Total do capital próprio e do passivo	895.273	100,0%	895.564	100,0%	2.100.172	100,0%	1.944.741	100,0%	622.555	100,0%	590.753	100,0%

Fonte: OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI

Outro facto a destacar prende-se com as variações ao nível das Vendas e Prestações de serviços, em que dois operadores portuários (OPERPDL e OPERTRI) registaram variações positivas, enquanto no caso da OPERTerceira há registo de uma quebra de 5,80 por cento em 2015 face a 2014. De qualquer forma, neste último caso, as principais rubricas de gastos, nomeadamente Gastos com o pessoal e Fornecimentos e serviços externos registaram variações negativas ainda mais acentuadas, contribuindo para um aumento do resultado líquido do exercício.

De qualquer forma, a atividade de 2015 e 2014 aponta para uma estabilização das Vendas e Prestações de serviços, após uma acentuada queda ocorrida em 2012, resultado direto da diminuição do número de escalas regulares de navios porta-contentores, bem como do volume de contentores movimentados.

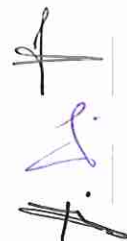
A estrutura de gastos das empresas é dominada por duas grandes componentes: os Gastos com o pessoal, que representam, no caso da OPERTRI, mais de 90 por cento do Volume de negócios. No caso da OPERPDL este rácio anda à volta de 50 por cento. Já no que respeita à OPERTerceira, não atingiu em 2015 os 40 por cento. Esta desproporção resulta diretamente da ligação com os gastos provenientes da utilização de equipamentos da Portos dos Açores nos diversos portos, e em que, no caso da OPERTRI, os mesmos são imputados diretamente aos clientes finais, não constituindo, portanto, um gasto para o operador portuário em causa.

Tabela 66: Demonstração de resultados dos Operadores Portuários

Unidade: euro

Descrição	OPERPDL			OPERTERCEIRA			OPERTRI		
	2015	2014	Var. %	2015	2014	Var. %	2015	2014	Var. %
Vendas e prestações de serviços	3.219.264	3.062.006	5,14%	1.638.027	1.738.838	-5,80%	717.481	696.410	3,03%
Fornecimentos e serviços externos	(1.448.108)	(1.529.480)	-5,32%	(763.817)	(836.608)	-8,70%	(50.215)	(54.069)	-7,13%
Gastos com o pessoal	(1.649.976)	(1.581.873)	4,31%	(525.098)	(615.918)	-14,75%	(643.725)	(686.009)	-6,16%
Imparidades de dívidas a receber	(940)	0	-%	0	0	-%	0	0	-%
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	-%	(100.000)	(80.000)	25,00%	0	0	-%
Outros rendimentos e ganhos	7.088	14.858	-52,30%	84.059	56.083	49,88%	2.971	0	-%
Outros gastos e perdas	(73.773)	(8.400)	778,21%	(56.086)	(7.348)	663,30%	(2.078)	(2.963)	-29,86%
EBITDA	53.555	(42.890)	-224,87%	277.085	255.047	8,64%	24.434	(46.631)	-152,40%
Gastos depreciação e amortização	(20.138)	(16.905)	19,12%	(18.231)	(17.690)	3,06%	(3.645)	(3.645)	0,00%
EBIT	33.417	(59.795)	-155,89%	258.854	237.357	9,06%	20.788	(50.276)	-141,35%
Juros e rendimentos similares obtidos	2.406	3.175	-24,20%	0	0	-%	2.275	1.677	35,65%
Juros e rendim. similares suportados	(391)	(375)	4,18%	0	0	-%	0	0	-%
Resultado antes de impostos	35.432	(56.996)	-162,17%	258.854	237.357	9,06%	23.063	(48.599)	-147,46%
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.410	(356)	-495,60%	(49.604)	(45.676)	8,60%	(1.305)	(735)	77,43%
Resultado Líquido do exercício	36.843	(57.351)	-164,24%	209.251	191.681	9,17%	21.759	(49.334)	-144,10%

Fonte: OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI



10. Perspetivas futuras

As previsões quanto ao comportamento da economia mundial para 2016 e 2017 não são particularmente animadoras, apontando o *World Economic Outlook Update* de janeiro de 2016 para um crescimento da economia mundial de 3,4 por cento em 2016 e 3,6 por cento em 2017. Relativamente às ditas economias avançadas, o mesmo documento refere que parece previsível uma recuperação modesta, com um crescimento de 2,1 por cento em 2016 e 2017, mais dois pontos percentuais do que em 2015. No que respeita às economias em desenvolvimento a evolução apresenta-se como diversa, sendo os ajustamentos ocorridos na economia chinesa e a diminuição do preço das *commodities* fatores relevantes. De qualquer modo, estas economias crescerão 4,3 por cento em 2016 e 4,7 em 2017, alicerçadas no ritmo de crescimento das economias chinesa e indiana, respetivamente de 6,3 por cento e 7,5 por cento em 2016 e, para 2017, 6,0 por cento e 7,5 por cento.

De qualquer modo, as previsões de janeiro apresentam diferenças negativas face às previsões do mesmo documento de outubro de 2015. Estas variações negativas são sobretudo notórias ao nível do volume de trocas de bens e serviços a nível mundial, cujas projeções são agora bastante menos animadoras, sobretudo para 2016, em que se prevê um crescimento de 3,4 por cento, menos 0,7 por cento do que nas projecções de outubro de 2015.

Três elementos-chave continuam a influenciar as perspetivas globais da atualidade:

- Ⓜ A desaceleração gradual e reequilíbrio da atividade económica na China, agora mais dirigida para o consumo de bens e serviços do que para o investimento e a indústria;
- Ⓜ Os preços baixos da energia e de outras *commodities*; e
- Ⓜ Políticas monetárias mais restritivas nos Estados Unidos, num contexto de uma recuperação económica resiliente, enquanto diversos bancos centrais de outras economias avançadas prosseguem uma política monetária de estímulos à economia.

Sobretudo no que respeita aos países em vias de desenvolvimento são referidos alguns riscos a ter em conta nas previsões:

- Ⓜ Uma desaceleração mais acentuada do que o esperado no âmbito da transição da China para um crescimento mais equilibrado, com efeitos significativos de contágio ao nível das trocas internacionais, nos preços dos *commodities* e na confiança, com efeitos ao nível dos mercados financeiros internacionais e variações cambiais;
- Ⓜ Efeitos adversos nos balanços das empresas e dificuldades de financiamento relacionadas com uma nova potencial valorização do dólar, bem como condições mundiais de financiamento mais restritivas, à medida que os Estados Unidos abandonam a sua política monetária extremamente acomodatória;
- Ⓜ Uma subida súbita ao nível da aversão ao risco em termos globais, com efeitos ao nível das tensões financeiras nos mercados emergentes, mais vulneráveis. Com efeito, num ambiente de maior aversão ao risco e volatilidade dos mercados, mesmo um choque de maior



dimensão numa economia de mercado emergente poderá causar efeitos de contágio mais amplos;

- ⌘ A escalada das tensões geopolíticas numa série de regiões, com efeitos na confiança e com perturbações nos fluxos internacionais de trocas, financeiros ou turísticos.

Quanto à evolução para a economia portuguesa, o Banco de Portugal (BdP) aponta para a continuação de um crescimento moderado da atividade económica, em linha com a evolução atualmente projetada para o conjunto da área do euro. Para 2016 antecipa-se um crescimento de 1,5 por cento, semelhante ao registado em 2015. Para 2017 a economia nacional deverá crescer 1,7 por cento, reflectindo o dinamismo do investimento e das exportações.

Abandonado está, portanto, o contexto de forte contração da atividade observada no triénio 2011-2013. Contudo o BdP sugere que as medidas destinadas a estimular o crescimento económico de curto ou médio prazo devam subordinar-se a políticas orientadas por três objetivos:

- ⌘ Necessidade de garantir uma trajetória descendente para o nível da dívida pública, atualmente próxima dos 130 por cento do PIB, como forma de assegurar, no futuro, capacidade para absorver choques negativos na economia portuguesa;
- ⌘ Necessidade de avançar com reformas estruturais tendo em vista, em particular, a robustez da economia real e do sistema financeiro e o aumento dos incentivos à inovação e à mobilidade de recursos, ao mesmo tempo que se assegura a previsibilidade do quadro fiscal e institucional; e
- ⌘ Necessidade de preparar as gerações presentes e futuras para uma economia competitiva e crescentemente complexa, por meio de políticas de desenvolvimento do seu potencial humano.

Relativamente à economia açoriana, de destacar os valores do investimento público previstos no Plano Anual Regional para 2016, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2016/A, de 12 de janeiro, que apontam para um valor de 782,8 milhões de euros, dos quais 524,0 milhões da responsabilidade direta do Governo Regional dos Açores. Tendo em consideração a dotação para o Plano Anual Regional para 2015, tal representa um aumento de 7,07 por cento, cuja dinamização na economia regional será particularmente relevante. No que respeita a investimentos na área dos transportes marítimos, destaque para o Programa 10 do Plano para 2016, em que se insere o Projeto 10.5 Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários que apresenta uma dotação de praticamente 40 milhões de euros, a segunda maior dotação do Programa, logo atrás do Projeto 10.7 Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Interilhas, cuja dotação é muito próxima dos 50 milhões de euros.

No que respeita a investimentos diretamente da responsabilidade da Portos dos Açores, cuja predominância incide em intervenções a nível das infraestruturas portuárias, o Plano de Investimentos 2016-2018 aprovado pela Assembleia Geral mantém os principais desafios que se colocam à empresa, também expressos no preâmbulo do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, que aprovou os estatutos da empresa e que se sintetizam nas seguintes linhas orientadoras:

- ⌘ Autonomia operacional de cada porto;
- ⌘ Uniformização de sistemas de gestão, com aplicação mais eficiente de recursos;

- ⌘ Redução de custos fixos de funcionamento;
- ⌘ Racionalização organizativa e financeira.

O desígnio de tais desafios é o de tornar os portos açorianos mais atrativos, garantindo a sua sustentabilidade e a qualidade e diversidade dos serviços prestados.

Neste contexto, encontram-se previstos para o triénio entre 2016 e 2018 um montante de investimento global da ordem dos 169,5 milhões de euros, espelhando este valor o contínuo esforço que vem sendo realizado pela empresa nos últimos anos na melhoria de acessibilidades, nomeadamente em termos de infraestruturas portuárias.

Para o ano de 2016 a prioridade contempla o projeto de Ampliação do Cais Comercial de Velas, num valor global de praticamente 16 milhões de euros, sendo 10,43 milhões aplicados durante o exercício de 2016 e o remanescente em 2017.

Outros projetos merecem menção pelo valor individual dos mesmos, particularmente os que apresentarão maior volume de execução durante o exercício de 2016:

- ⌘ Alargamento da Plataforma do Porto da Casa na Ilha do Corvo, com um valor global de 9,5 milhões de euros, sendo 3,85 milhões executados em 2016, 4,5 em 2017 e o remanescente em 2018;
- ⌘ Requalificação do Porto da Horta, com um valor global de 12,68 milhões de euros, estando prevista a realização de 1,5 milhões em 2016, 7 milhões em 2017 e 4,15 milhões em 2018;
- ⌘ Construção da rampa RO-RO e Trabalhos Complementares no Porto de Pipas – Angra do Heroísmo, num montante global de 11 milhões de euros, com a previsão de execução de 0,5 milhões de euros em 2016 e a grande parcela de investimento em 2017, num valor de 7,25 milhões de euros. Em 2018 será despendido o valor remanescente, correspondente a 3,25 milhões de euros;
- ⌘ Melhoramento do Porto das Poças, em Santa Cruz das Flores, num total de quase oito milhões de euros, sendo executados cerca de um milhão de euros em 2016 e o restante repartido pelos dois anos seguintes;
- ⌘ Aquisição de diverso equipamento para as operações portuárias, com destaque para uma grua portuária no valor de 3,1 milhões de euros e cinco unidades reach-stackers, no valor de 2,5 milhões de euros.

Para os anos de 2017 e 2018 os destaques vão para as intervenções no porto de Ponta Delgada, particularmente no que respeita ao Reperfilamento e Regularização do Terraplino do Cais, que ultrapassará os 34 milhões de euros, com valores de realização previstos de 15,9 milhões de euros em 2017 e 18,2 milhões em 2018. Quanto ao projeto Reforço do Manto do Molhe do Porto de Ponta Delgada, num montante global de nove milhões de euros, regista para uma execução previsível de 1,1 milhões em 2016 e 7,7 milhões em 2017.

Adicionalmente, referência para a intervenção prevista para o Terminal Marítimo de Passageiros da Praia da Vitória, cujo custo atinge os três milhões de euros, repartidos por 0,5 milhões em 2017 e 2,5 milhões em 2018. Finalmente, destaque para a previsão de aquisição de um novo rebocador, a concretizar em 2018, num custo estimado de seis milhões de euros.



O financiamento deste conjunto de investimentos far-se-á sobretudo com o recurso a co-financiamento comunitário, ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores e capitais próprios da empresa.

Adicionalmente, e de acordo com o programa do XI Governo Regional dos Açores, a Portos dos Açores, S.A. envidará os esforços necessários para criar nos Açores uma plataforma logística de apoio ao comércio marítimo de mercadorias, bem como à integração de um porto nas redes transeuropeias de transportes, construindo a necessária plataforma logística internacional e identificando um parceiro para a gestão e manutenção conjunta da referida infraestrutura portuária. Nesse sentido, a empresa integrou em setembro de 2015 o consórcio constituído para o projeto europeu GAIN4MoS visando, no caso dos Açores, adequar um navio de contentores à utilização de gás natural liquefeito, em substituição de combustível fóssil.

Em termos de fluxo de atividade portuária, para os próximos anos prevê-se a consolidação do cenário de melhoria da atividade corrente da empresa, com variações positivas da ordem dos três a cinco por cento ao nível do movimento de navios e mercadorias, variáveis cujo impacto financeiro é particularmente decisivo no contexto da empresa.

A este respeito, referência para o expectável crescimento ao nível do segmento de cruzeiros, atendendo, entre outros factores, a que, na época de inverno de 2016/2017, o operador alemão AIDA Cruises incluirá o arquipélago dos Açores como destino da sua programação, num total de 18 escalas apenas daquele operador. Este facto contribuirá muito significativamente para a estimativa de 130 escalas em 2016, bem como para um total de cerca de 135 mil passageiros, o que representa, sensivelmente, a manutenção da mesma ordem de grandeza de 2015 no que respeita ao segmento de cruzeiros. Estão ainda previstas oito escalas inaugurais em 2016, sendo três da AIDA Cruises (“AIDA Cara”, “AIDA Mar” e “AIDA Luna”), e os restantes de navios de vários outros operadores, com destaque para “Mein Schiff 3”, “Crystal Symphony”, “Serenade of the Seas”, “Disney Magic” e “Carnival Vista”.

A nível financeiro colocam-se como desafios duas grandes áreas de atuação: por um lado, a necessidade de atualização das tarifas praticadas pelos serviços prestados nas diversas infraestruturas, que se mantêm inalterados desde o ano de 2009, com efeitos negativos resultante desajustamento dos respetivos valores face aos custos envolvidos na prestação dos serviços; por outro, a prossecução do esforço de renegociação da dívida, factor absolutamente determinante na melhoria da situação financeira da empresa.

Por último, referência à alteração da composição do Conselho de Administração, ocorrida já no mês de fevereiro de 2016, com a entrada para Vogal do Conselho de Administração do Eng. João Manuel Enes Garcia de Vargas, após a saída do Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia.

11. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da PA, considerando o disposto no artigo 20.º dos estatutos da sociedade, propõe que o Resultado líquido apurado, no montante negativo de 4.516.017,74 euros, seja levado a Resultados transitados.

Horta, 15 de abril de 2016

O Conselho de Administração



(Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento)



(João Manuel Enes Garcia de Vargas)



(Pedro Miguel Rodrigues da Silva)

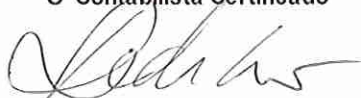


CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

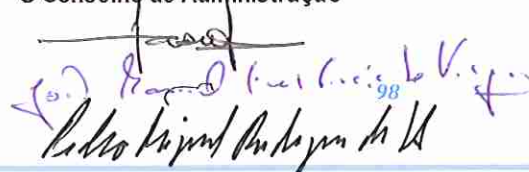
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014

	NOTAS	31-12-2015	31-12-2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	278.469.766,76	281.480.081,27
Ativos intangíveis	8	160.682,32	87.146,47
Participações financeiras	9	17.702.345,67	20.983.968,27
Outras contas a receber	12	184.157,00	2.845.881,00
Ativos por impostos diferidos	10	71.460,12	86.309,83
		<u>296.588.411,87</u>	<u>305.483.386,84</u>
Ativo corrente			
Inventários	11	23.291,55	34.386,09
Clientes	6 e 12	7.153.522,40	6.723.860,45
Estado e outros entes públicos	13	213.118,57	240.296,03
Outras contas a receber	12	1.539.177,40	4.858.803,68
Diferimentos	14	669.976,31	645.514,27
Caixa e depósitos bancários	4	940.364,76	553.234,35
		<u>10.539.450,99</u>	<u>13.056.094,87</u>
Total do ativo		<u>307.127.862,86</u>	<u>318.539.481,71</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 15	40.238.700,00	40.238.700,00
Reservas legais	16	204.200,00	204.200,00
Outras reservas	16	21.403,15	21.403,15
Resultados transitados	16	(13.989.325,75)	(8.255.483,91)
Ajustamentos em ativos financeiros	16	9.681.908,87	12.878.459,60
Outras variações no capital próprio	16	170.565.277,49	176.943.009,21
		<u>206.722.163,76</u>	<u>222.030.288,05</u>
Resultado líquido do período		(4.516.017,74)	(4.332.574,19)
Total do capital próprio		<u>202.206.146,02</u>	<u>217.697.713,86</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	376.620,86	457.766,84
Estado e outros entes públicos	13	416.544,09	188.292,76
Financiamentos obtidos	18	50.682.664,38	38.151.332,86
Outras contas a pagar	19	38.204.952,00	39.633.501,46
		<u>89.680.781,33</u>	<u>78.430.893,92</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	19	1.947.375,10	2.462.067,59
Estado e outros entes públicos	13	738.502,51	817.044,75
Financiamentos obtidos	18	5.347.635,08	12.030.347,78
Outras contas a pagar	19	7.138.086,22	7.024.011,66
Diferimentos	14	69.336,60	77.402,15
		<u>15.240.935,51</u>	<u>22.410.873,93</u>
Total do passivo		<u>104.921.716,84</u>	<u>100.841.767,85</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>307.127.862,86</u>	<u>318.539.481,71</u>

O Contabilista Certificado



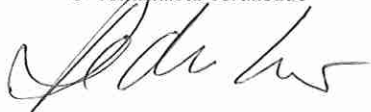
O Conselho de Administração



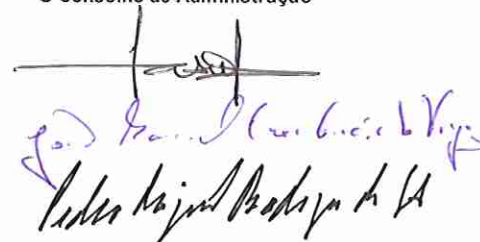
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	20	17.328.914,33	17.479.394,81
Subsídios à exploração	21	112.861,14	81.189,75
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	1.215.858,10	1.380.401,10
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(482.199,15)	(386.414,98)
Fornecimentos e serviços externos	22	(6.353.979,34)	(6.563.957,86)
Gastos com o pessoal	23	(11.346.509,18)	(11.363.128,80)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(367.643,11)	(165.276,38)
Provisões (aumentos/reduções)	17	52.641,54	(371,23)
Outros rendimentos e ganhos	24	5.678.087,75	5.731.445,93
Outros gastos e perdas	25	(465.001,93)	(477.556,47)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.373.030,15	5.715.725,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(7.463.435,56)	(7.288.417,08)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2.090.405,41)	(1.572.691,21)
Juros e rendimentos similares obtidos	26	0,24	-
Juros e gastos similares suportados	26	(2.392.096,13)	(2.726.903,39)
Resultado antes de impostos		(4.482.501,30)	(4.299.594,60)
Imposto sobre o rendimento do período	13	(33.516,44)	(32.979,59)
Resultado líquido do período		(4.516.017,74)	(4.332.574,19)
Resultado por ação básico		(11,22)	(10,77)

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



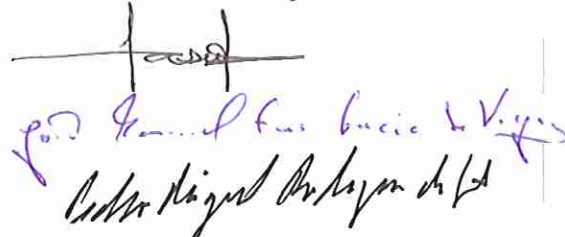
PORTOS DOS AÇORES, SA
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	NOTAS	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		17.545.724,16	18.210.240,46
Pagamentos a fornecedores		(8.605.997,84)	(8.410.335,00)
Pagamentos ao pessoal		(10.441.178,53)	(11.849.382,77)
Caixa gerada pelas operações		<u>(1.501.452,21)</u>	<u>(2.049.477,31)</u>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(31.379,15)	(39.531,27)
Outros recebimentos/(pagamentos)	23	<u>(1.103.177,01)</u>	<u>(722.441,41)</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		<u>(2.636.008,37)</u>	<u>(2.811.449,99)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(6.425.012,54)	(7.486.949,72)
Investimentos financeiros		(118.000,00)	-
Recebimentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	-
Subsídios ao investimento		5.660.060,50	6.648.313,23
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		20.000,00	20.000,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento		<u>(862.952,04)</u>	<u>(818.636,49)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		17.741.694,92	15.900.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(11.904.078,84)	(11.297.866,00)
Juros e gastos similares		(1.951.525,26)	(2.715.082,53)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		<u>3.886.090,82</u>	<u>1.887.051,47</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		387.130,41	(1.743.035,01)
Caixa e seus equivalentes no início do período		553.234,35	2.296.269,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período		940.364,76	553.234,35

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



PORTOS DOS AÇORES, SA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	
Saldo em 1 de janeiro de 2014		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(4.530.577,29)	12.270.962,16	177.080.243,67	222.372.833,91
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação dos resultados de 2013		-	-	-	(2.912.097,78)	-	-	2.912.097,78
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(812.808,84)	812.808,84	-	-
Ajustamentos em subsídios por impostos		-	-	-	-	-	4.360.217,38	4.360.217
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(205.311,40)	(205.311,40)	(4.497.451,84)	(4.702.763,24)
		-	-	-	(3.724.906,62)	607.497,44	(137.234,46)	-342.545,86
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
								(4.332.574,19)
RESULTADO INTEGRAL								
								(4.332.574,19)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(8.255.483,91)	12.878.459,60	176.943.009,21	217.697.713,86
Saldo em 1 de janeiro de 2015		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(8.255.483,91)	12.878.459,60	176.943.009,21	217.697.713,86
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação dos resultados de 2014		-	-	-	(4.332.574,19)	-	-	4.332.574,19
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(1.401.267,65)	1.401,268	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	1.428.549,46	1.428.549,46
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(4.597.818,38)	(4.597.818,38)	(7.806.281,18)	(12.404.099,56)
		-	-	-	(5.733.841,84)	(3.196.550,73)	(6.377.731,72)	(10.975.550,10)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
								(4.516.017,74)
RESULTADO INTEGRAL								
								(4.516.017,74)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16	40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(13.989.325,75)	9.681.908,87	170.565.277,49	202.206.146,02

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Dr. Manuel Carlos Gomes Lopes
Presidente do Conselho de Administração



CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Anexo às demonstrações financeiras

Exercício de 2015 e 2014

1. Introdução

A PORTOS DOS AÇORES, S.A., que tem como acionista única a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade esta atribuída a outra entidade.

Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor deste diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas por fusão, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais. O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

As ações da PORTOS DOS AÇORES só poderão ser transmitidas para pessoas coletivas de direito público, entidades públicas empresariais ou sociedades de capitais exclusivamente públicos.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se



coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

O Sistema de Normalização Contabilística sofreu em 2015 um conjunto de alterações, que têm aplicação obrigatória para os períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, não sendo expectável que essas alterações nas NCRF, preconizadas no Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, venham a ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Portos dos Açores.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

(a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

(b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão mostrados ao custo de aquisição, com exceção dos ativos das empresas incorporadas no processo de fusão que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:



	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.

As despesas de reparação e manutenção normais dos ativos em exploração são consideradas como custos no ano em que ocorrem.

(c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software e outros ativos intangíveis, mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

(d) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade



determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(e) Participações financeiras

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As participações financeiras em empresas associadas são também mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à PORTOS DOS AÇORES do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das empresas do grupo contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser diretamente registadas na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas do grupo, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os financiamentos concedidos são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de financiamentos concedidos a empresas de grupo são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.



As mais ou menos valias resultantes da alienação das participações financeiras são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

(f) Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

(g) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo amortizado, em cada data de relato, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

(h) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.



(i) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(j) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(k) Outras contas a pagar

As outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, exceto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(l) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.



Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

(m) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

(n) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

(o) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.



Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

(p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

(q) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital realizado à data do relato financeiro.

(r) Subsídios

As participações financeiras atribuídas, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

**(s) Rédito**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. a PORTOS DOS AÇORES reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

(t) Especialização de gastos e rendimentos

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

(u) Benefícios dos empregados

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

(v) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.



São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(w) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As principais estimativas contabilísticas e juízos de valor que podem originar correções materiais no valor contabilístico dos ativos e passivos nos períodos subsequentes poderão ter origem (i) na determinação do período de realização dos clientes e das contas a receber relacionadas com financiamentos dos investimentos, bem como do risco crédito associado e da aceitação das despesas elegíveis; (ii) na estimativa da vida útil dos ativos fixos tangíveis e do seu valor residual e na integração nas demonstrações financeiras dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração; (iii) na quantificação da provisão para pensões de reforma que não foi baseado em qualquer estudo atuarial; e (iv) nos eventuais ajustamentos que poderão emergir da negociação dos passivos financeiros em situação de não cumprimento contratual.

(x) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam

indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2015	2014
Caixa	8 393	11 784
Depósitos à ordem	931 972	540 451
Depósitos a prazo	-	1 000
	<u>940 365</u>	<u>553 234</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2015, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2014, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

(i) Divulgação da empresa mãe

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

(ii) Remunerações do pessoal chave da gestão

Os membros do Conselho de Administração da PORTOS DOS AÇORES foram considerados como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da empresa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:



	2015	2014
Remunerações	178 246	179 982

(iii) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

	Capital detido (%)
Empresas subsidiárias	
NAVAL CANAL, LDA.	100
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97
Empresas associadas	
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20

(iv) Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a PORTOS DOS AÇORES apresentavam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2015	2014
Cientes e outras contas a receber		
Empresas subsidiárias		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	132 562	24 011
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	331	-
Empresas associadas		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	367 102	377 507
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	44 636	55 685
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	17	21
	<u>544 648</u>	<u>457 224</u>
Fornecedores e outras contas a pagar		
Empresas subsidiárias		
NAVAL CANAL, LDA.	425	1 298
Empresas associadas		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	36 076	33 968
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	59	-
	<u>36 559</u>	<u>35 266</u>

As transações ocorridas durante o ano com as partes relacionadas podem ser assim resumidas:



	2015	2014
Serviços prestados		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	564 672	466 575
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	280	-
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	657 167	733 395
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1 377 376	1 416 180
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	215	356
	<u>2 599 711</u>	<u>2 616 505</u>
Compras de produtos e serviços		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	430	1 067
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	228 379	216 521
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	2 443	8 340
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	13 404	4 216
	<u>244 655</u>	<u>230 144</u>

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2015				
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Abates/Alienações	Saldo final
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	293 634 418	32 169	5 117 692	-	298 784 279
Equipamento básico	28 647 692	26 369	381 968	(17 710)	29 038 319,49
Equipamento de transporte	638 775	37 937	-	(8 450)	668 262
Equipamento administrativo	2 529 103	12 176	-	(18 695)	2 522 583
Outros ativos fixos tangíveis	1 014 885	41 942	-	-	1 056 827
Investimentos em curso	5 508 473	4 423 666	(5 655 156)	-	4 276 983
	<u>350 051 717</u>	<u>4 574 258</u>	<u>(155 496)</u>	<u>(44 855)</u>	<u>354 425 624</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	44 420 015	5 699 974	-	-	50 119 989
Equipamento básico	20 308 187	1 520 705	-	(5 534)	21 823 357
Equipamento de transporte	628 661	13 836	-	(8 450)	634 046
Equipamento administrativo	2 353 691	124 849	-	(18 695)	2 459 845
Outros ativos fixos tangíveis	861 082	57 538	-	-	918 620
	<u>68 571 636</u>	<u>7 416 901</u>	<u>-</u>	<u>(32 679)</u>	<u>75 955 858</u>
Valor líquido	<u>281 480 081</u>				<u>278 469 767</u>

31 de dezembro de 2014

	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Abates/Alienações	Saldo final
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	264 934 383	32 460	28 667 575	-	293 634 418
Equipamento básico	29 471 816	29 069	357 028	(1 210 221)	28 647 692
Equipamento de transporte	676 071	-	-	(37 296)	638 775
Equipamento administrativo	2 445 704	48 397	41 318	(6 316)	2 529 103
Outros ativos fixos tangíveis	970 075	45 522	-	(712)	1 014 885
Investimentos em curso	29 527 281	5 201 167	(29 065 921)	(154 055)	5 508 473
	<u>346 103 702</u>	<u>5 356 615</u>	<u>-</u>	<u>(1 408 599)</u>	<u>350 051 717</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	38 968 571	5 451 445	-	-	44 420 015
Equipamento básico	19 917 516	1 600 892	-	(1 210 221)	20 308 187
Equipamento de transporte	647 026	18 931	-	(37 296)	628 661
Equipamento administrativo	2 245 416	114 472	-	(6 197)	2 353 691
Outros ativos fixos tangíveis	803 181	58 613	-	(712)	861 082
	<u>62 581 709</u>	<u>7 244 353</u>	<u>-</u>	<u>(1 210 221)</u>	<u>68 571 636</u>
Valor líquido	<u>283 521 993</u>				<u>281 480 081</u>

Em conformidade com o previsto na legislação que regulamentou a sua constituição, os ativos transmitidos às sociedades incorporadas por fusão foram avaliados entre 343 milhões de euros e 396 milhões de euros e eram compostos por bens próprios e por bens que integram o domínio público regional sob a jurisdição da administração portuária. Para efeitos da integração dos referidos bens nas demonstrações financeiras dessas sociedades não se considerou os bens que se encontravam ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária.

Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	5 508 473	29 527 281
Investimento direto	<u>4 423 666</u>	<u>5 201 167</u>
	9 932 139	34 728 448
Menos:		
Transferência para ativos fixos tangíveis	(5 499 660)	(29 065 921)
Desreconhecimento	-	(154 055)
Transferência para ativos intangíveis	(127 691)	-
Transferência para gastos do período	<u>(27 805)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>4 276 983</u>	<u>5 508 473</u>



Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o custo acumulado dos Investimentos em curso compreende:

	2015	2014
Novo terminal passageiros de São Roque do Pico	290 000	-
Ordenamento do porto de São Roque do Pico	183 435	-
Construção recreio náutico Madalena	101 475	-
Prologamento molhe e alargamento plataforma porto	120 710	-
Requalificação e reordenamento da frente marítima da Horta-	118 872	-
Novas Oficinas Gerais	-	1 004 064
Plano Integrado Baía Angra do Heroísmo-Fase I	-	2 402 517
Ampliação do cais comercial das Velas	2 640 333	238 216
Reordenamento da Inserção da Avenida Kokpe	-	437 134
Outros	822 159	1 426 542
	<u>4 276 983</u>	<u>5 508 473</u>

8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2015			
	Saldo inicial	Aquisições /Dotações	Transferências /Anulações	Saldo final
Custo:				
Programas de computador	133 071	2 840	-	135 911
Outros ativos intangíveis	-	-	127 691	127 691
Investimento em curso	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	10 461	-	(10 461)	-
	<u>143 532</u>	<u>2 840</u>	<u>117 230</u>	<u>263 602</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	56 385	42 985	-	99 370
Outros ativos intangíveis	-	3 550	-	3 550
	<u>56 385</u>	<u>46 535</u>	<u>-</u>	<u>102 920</u>
Valor líquido	<u>87 146</u>			<u>160 682</u>

31 de dezembro de 2014

	Saldo inicial	Aquisições /Dotações	Transferências /Anulações	Saldo final
Custo:				
Programas de computador	46 588	5 236	81 246	133 071
Investimento em curso	81 246	-	(81 246)	-
Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	10 461	-	-	10 461
	<u>138 295</u>	<u>5 236</u>	<u>-</u>	<u>143 532</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	12 321	44 064	-	56 385
	<u>12 321</u>	<u>44 064</u>	<u>-</u>	<u>56 385</u>
Valor líquido	<u>125 975</u>			<u>87 146</u>

9. Participações financeiras

O saldo da rubrica Participações financeiras encontra-se valorizado com base nos seguintes métodos:

	2015	2014
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	17.561.751	20.963.712
Participações financeiras - método de custo	20.000	20.000
Participações financeiras - método de justo valor	2.594	257
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	118.000	-
	<u>17.702.346</u>	<u>20.983.968</u>

Participações financeiras – método de equivalência patrimonial

O movimento ocorrido no ano na rubrica de Participações financeiras registada pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:

	2015	2014
Saldo inicial	20.963.712	19.808.622
Dividendos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(20.000)	(20.000)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial:		
Varição no capital próprio nas participadas	(4.597.818)	(205.311)
Resultados do ano das participadas	1.215.858	1.380.401
Saldo final	<u>17.561.751</u>	<u>20.963.712</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas foram mensuradas nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e apresentavam-se do seguinte modo:

31 de dezembro de 2015				
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
Empresas subsidiárias				
NAVAL CANAL, LDA.	100	(41.217)	(17.937)	-
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	19.981.747	1.380.131	16.778.694
				16.778.694
Empresas associadas				
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1.461.123	13.561	365.281
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	297.035	36.843	59.407
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia	20	1.276.209	209.250	255.242
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	515.636	21.759	103.127
			1.643.608	783.057
				17.561.751

31 de dezembro de 2014				
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
Empresas subsidiárias				
NAVAL CANAL, LDA.	100	(23 280)	(42 809)	-
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	24 046 812	1 643 516	20 192 133
				20 192 133
Empresas associadas				
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 545 665	11 477	386 416
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	260 193	(57 351)	52 038
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia	20	1 171 739	191 681	234 348
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	493 878	(49 334)	98 776
				771 578
				20 963 712

A informação financeira de suporte à valorização da participação financeira da Atlânticoline está baseada em dados provisórios não aprovados pelo Conselho de Administração da subsidiária, mas que no seu entender não serão materialmente diferentes.

Para proporcionar informação numa base tempestiva para que seja relevante para a tomada de decisões, a Administração da Portos dos Açores entendeu incorporar a melhor estimativa dos resultados da Atlânticoline, tendo em consideração os constrangimentos à informação relevante e fiável do §43 da estrutura concetual do SNC.



Participações financeiras – método de custo

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a contribuição de 20.000 euros no património social da Associação Portas do Mar encontra-se registada pelo método de custo.

Participações financeiras – método do justo valor

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as participações financeiras reconhecidas e mensuradas através método do justo valor são exclusivamente do Fundo de Compensação do Trabalho.

Empréstimo concedidos a empresas subsidiárias

Em 2015, foi concedido dois empréstimos de financiamento à empresa subsidiária Naval Canal, um no montante de 8.000 euros com prazo de reembolso de 6 meses, com termo a 1 de março de 2016 vencendo juros à taxa de 4% ao ano, e outro no montante de 110.000 euros com um prazo de reembolso de 9 meses, com termo a 25 de junho de 2016, vencendo juros a uma taxa 4%.

10. Ativos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	<u>Em 31 de dezembro de 2015</u>		
	Saldo inicial	Reversão Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos			
Provisões não aceites fiscalmente	83 771	(14 850)	68 922
Perdas por imparidade de créditos	2 539	-	2 539
	<u>86 310</u>	<u>(14 850)</u>	<u>71 460</u>



Em 31 de dezembro de 2014

	Saldo inicial	Constituição Resultados do ano	Reversão Resultados do ano	Alteração de Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos					
Provisões não aceites fiscalmente	97 257	74	(6 235)	(7 324)	83 771
Perdas por imparidade de créditos	2 760	-	-	(222)	2 539
	<u>100 018</u>	<u>74</u>	<u>(6 235)</u>	<u>(7 546)</u>	<u>86 310</u>

Não foi reconhecido nas demonstrações financeiras o efeito fiscal emergente dos prejuízos fiscais reportáveis à PORTOS DOS AÇORES, por não existirem expectativas fundamentadas na sua recuperabilidade no período de reporte, (Nota 13).

11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Saldo inicial	34 386	23 260
Compras	471 105	397 541
Inventário final	<u>(23 292)</u>	<u>(34 386)</u>
Custo das vendas	<u>482 199</u>	<u>386 415</u>
Inventário final	23 292	34 386
Perdas por imparidades de inventários	-	-
Saldo líquido	<u>23 292</u>	<u>34 386</u>

12. Clientes e Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes				
Partes relacionadas (Nota 6)	544.648	-	457.224	-
Outros	6.608.874	-	6.266.637	-
Cobrança duvidosa	1.583.928	-	1.216.285	-
	8.737.451	-	7.940.145	-
Perdas por imparidades acumuladas	(1.583.928)	-	(1.216.285)	-
	<u>7.153.522</u>	<u>-</u>	<u>6.723.860</u>	<u>-</u>
Outras contas a receber				
Acréscimos de rendimentos	29.709	-	18.893	-
Subsídios a receber	4.979.839	184.157	4.839.537	2.845.881
IMI	454.192	-	-	-
Pessoal	294	13.872	374	13.872
	5.464.033	198.029	4.858.804	2.859.753
Perdas por imparidades acumuladas	-	(13.872)	-	(13.872)
	<u>5.464.033</u>	<u>184.157</u>	<u>4.858.804</u>	<u>2.845.881</u>

O saldo devedor da rubrica de Subsídios a receber compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento de diversos programas comunitários ou regionais, dos quais destacam-se:

	2015	2014
Novo Parque Oficial do Porto de Ponta Delgada	51.501	1.035.940
Plano Integrado Baía AH-Fase I	-	854.069
Reordenamento do porto de São Roque do Pico	69.922	178.032
Terminal de Passageiros do Porto da Madalena	-	365.143
Reordenamento do porto da Horta	399.185	1.564.965
Prolongamento do molhe-cais do porto das Velas	-	2.819.250
Outros	718.531	868.019
	<u>1.239.140</u>	<u>7.685.418</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a Portos dos Açores prevê receber as seguintes verbas do saldo da rubrica de subsídios destinados a financiar o investimento



	2015	2014
2015	-	4.839.537
2016	1.054.983	2.845.881
2017	184.157	-
	<u>1.239.140</u>	<u>7.685.418</u>

Em 2015 a Portos dos Açores recebeu indevidamente subsídios no montante de 1.712.924 que foram regularizados no ano subsequente que estão reconhecidos na rubrica Outras contas a pagar (Nota 19).

O saldo da rubrica IMI de Outras contas a receber corresponde às liquidações do IMI dos anos de 2010 a 2014 da Portos dos Açores, no valor de 327.551 euros e ao IMI dos anos 2008 e 2009 da Administração Portuária das ilhas de São Miguel e Santa Maria, no valor de 126.640 euros. A Administração entende que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado a decisão da Autoridade Tributária, em fevereiro de 2016, tendo por este efeito desreconhecido os gastos incorridos com o IMI referentes a 2014.

O IMI de 2015 que irá ser exigido e não reconhecido nas demonstrações financeiras será no montante de 85.793 euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as perdas por imparidade acumuladas tiveram os seguintes movimentos:

Em 31 de dezembro de 2015				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Clientes	1 216 285	390 586	(22 943)	1 583 928
Outras contas a receber	13 872	-	-	13 872
	<u>1 230 157</u>	<u>390 586</u>	<u>(22 943)</u>	<u>1 597 800</u>

Em 31 de dezembro de 2014				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Clientes	1 051 009	192 963	(27 686)	1 216 285
Outras contas a receber	13 872	-	-	13 872
	<u>1 064 881</u>	<u>192 963</u>	<u>(27 686)</u>	<u>1 230 157</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

O montante líquido de 367.643 euros resultante das perdas e das reversões apuradas no ano são registadas em Imparidades de dívidas a receber na demonstração dos resultados (em 2014 – 165.276 euros).

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamento especial por conta	100 561	-	120 490	-
IRC a pagar	-	17 619	-	18 591
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	161 304	-	161 690
Rendimentos profissionais	-	613	-	2 495
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	13 557	-	686	-
IVA - reembolsos pedidos	99 000	-	119 120	-
IMI	-	208 153	-	270 594
Contribuições sociais	-	767 081	-	551 766
Outros	-	277	-	202
	<u>213 119</u>	<u>1 155 047</u>	<u>240 296</u>	<u>1 005 338</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, é reduzida em 20% (DLR 2/99 A), correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a PORTO DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

A taxa de IRC utilizada no cálculo do imposto diferido de 18,30% tem por base a taxa nominal de IRC aprovada para o exercício seguinte, sendo reduzido em 20% e acrescida de 1,5% taxa da derrama municipal (em 2014-18,30%).

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar em 31 de dezembro de 2015 e 2014 apresenta se como se segue:



	2015	2014
Retenções efetuadas por terceiros	1 048	681
Estimativa de IRC do ano	<u>(18 667)</u>	<u>(19 272)</u>
Imposto sobre o rendimento - IRC a pagar	<u><u>(17 619)</u></u>	<u><u>(18 591)</u></u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

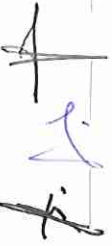
Ano de geração	2015	2014	Ano de reporte
2010	-	34 244	2015
2011	16 676	16 676	2016
2012	14 298	14 298	2017
2013	25 405	25 405	2018
2014	29 868	29 868	2021
2015	14 315	-	2022
	<u><u>100 561</u></u>	<u><u>120 490</u></u>	

A recuperabilidade destes pagamentos por conta está dependente da existência de lucros fiscais nos anos de reporte.

O montante de euros registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2015	2014
Imposto corrente	(18 667)	(19 272)
Imposto diferido	<u>(14 850)</u>	<u>(13 708)</u>
	<u><u>(33 516)</u></u>	<u><u>(32 979)</u></u>

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze períodos de tributação (este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de cinco anos para os períodos de tributação de 2012 e 2013). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.



Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a PORTOS DOS AÇORES apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

Ano de geração	2015	2014	Ano de reporte
2009	-	3.224.403	2015
2010	4.284.494	4.284.494	2014
2011	948.215	948.215	2015
2012	3.940.737	3.940.737	2017
2013	3.196.960	3.196.960	2018
2014	5.388.079	3.645.390	2026
2015	5.933.461	-	2027
	<u>23.691.946</u>	<u>19.240.200</u>	

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão, também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes.

A PORTOS DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devido das contribuições sociais, no valor de 767.081, compreende as prestações vencidas no mês de dezembro de 2015, às entidades Segurança Social no montante de 267.306 euros e dois acordos de dívida com a segurança social no valor de 499.775 euros que serão liquidados em prestações mensais nos seguintes anos:



	2015	2014
2015	-	109 471
2016	195 481	109 471
2017	168 113	78 511
2018	86 010	-
2019	50 172	-
	<u>499 775</u>	<u>297 453</u>

O saldo a pagar do IMI, no valor de 208.153 euros compreende o imposto liquidado pela Autoridade Tributária em 2014 referente aos anos de 2010 a 2014. Como explicado na Nota 12, o IMI liquidado teve como base de incidência imóveis situados no domínio público portuário sendo considerado como uma exigibilidade pela Autoridade Tributária. Não obstante, a Administração entendeu que os referidos imóveis situados no domínio público portuário deveriam estar isentos de IMI pelo que reclamou administrativamente a decisão, tendo em fevereiro de 2016, impugnado judicialmente, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, o indeferimento da reclamação graciosa. Nesta fase de contencioso, acordou um plano prestacional com a Autoridade Tributária, em 2015, no montante de 202.049 euros, que corresponde às liquidações de IMI de 2010 a 2012 a ser liquidado em 36 prestações mensais no valor de 5.612 euros, tendo sido pago, em 2015, 4 prestações. Para além do plano prestacional do IMI, a Portos dos Açores tinha em dívida a terceira prestação do IMI de 2014, que foi liquidado em janeiro de 2016.

	2015	2014
2016	95 904	270 594
2017	67 350	-
2018	44 900	-
	<u>208 153</u>	<u>270 594</u>

Como mencionado na Nota 12, o imposto exigido pela Autoridade Tributária e não aceite pela Portos dos Açores totaliza 452.192 euros.

Na sequência dos acordos de pagamento acima referidos, a rubrica de Estado e outros entes públicos está assim classificada no balanço:

	2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Segurança Social	286 303	304 295	188 924	188 292
IMI	95 904	112 249	270 594	-
Outros	356 295	-	357 526	-
	<u>738 503</u>	<u>416 544</u>	<u>817 044</u>	<u>188 292</u>



14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:

	2015	2014
Gastos a reconhecer		
Seguros	63 429	51 225
Despesas bancárias	24 253	-
Combustíveis	85 087	110 360
Fardamento/EPI	3 906	6 655
Lubrificantes e outros	36 376	25 427
Máquinas e equipamentos	401 984	398 755
Material de consumo	54 246	52 072
Outros	697	1 020
	<u>669 976</u>	<u>645 514</u>
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	69 337	77 402
	<u>69 337</u>	<u>77 402</u>

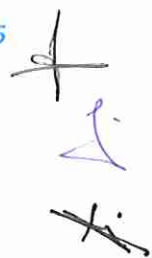
Os gastos diferidos dizem essencialmente respeito as aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários e os seguros liquidados com período de vigência contratual.

Estão registados em Outros rendimentos a reconhecer as rendas das Portas do Mar e outros rendimentos relativos à atividade portuária do ano de 2015.

15. Capital realizado

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.



16. Reservas e resultados acumulados

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas na rubricas a seguir indicadas nos exercícios de 2015 e 2014 decorreram de:

Resultados transitados

	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	(8 255 484)	(4 530 577)
Aplicação dos resultados do período anterior	(4 332 574)	(2 912 098)
Resultados não atribuídos das participadas	(1 401 268)	(812 809)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(13 989 326)</u>	<u>(8 255 484)</u>

Foi deliberado em Assembleia Geral, realizada em 29 de abril de 2015, manter em resultados transitados o prejuízo apurado no exercício de 2014, no montante de 4.332.574 euros.

Ajustamentos de investimentos financeiros

	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	12 878 460	12 270 962
Variações nos capitais próprios (Nota 9)		
ATLANTICOLINE	(4 572 336)	603 562
OPERTERCEIRA	(956)	21 047
AGESPI	(24 526)	(17 112)
Resultados não atribuídos	1 401 268	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>9 681 909</u>	<u>12 878 460</u>



O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas subsidiárias maioritariamente causados pelo subsídio ao investimento e os resultados do ano anterior não distribuídos pelas participadas.

A variação ocorrida nos capitais próprios da Atlânticoline, apurados numa base provisória como explicado na Nota 9, estão afetados pelo processo de fusão que ocorreu em 2015.

Outras variações em capitais próprios

	Subsidio	Ajustamento subsídio - Impostos	Valor líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2014	221.073.963	(43.993.719)	
Subsídios atribuídos (Nota 12)	3.298.590	(656.419)	
Desreconhecimento de subsídios	(2.593.652)	516.137	
Transferência para resultados (Nota 24)	(5.202.390)	1.035.276	
Correção de taxa do imposto	-	3.465.224	<u>176.943.009</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>216.576.511</u>	<u>(39.633.501)</u>	
Subsídios atribuídos e anulados (Nota 12)	(1.718.416)	314.470	
Desreconhecimento de subsídios	(775.623)	141.939	
Transferência para resultados (Nota 24)	<u>(5.312.242)</u>	<u>972.140</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u><u>208.770.229</u></u>	<u><u>(38.204.952)</u></u>	<u><u>170.565.277</u></u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica Outras variações do capital próprio compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis líquido do imposto a pagar no futuro que é registado no passivo não corrente. Os subsídios são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O saldo da rubrica de Outras contas a pagar assim gerado será subsequentemente anulado, à medida que esses subsídios sejam imputados a resultados (Nota 19).

17. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:



	Em 31 de dezembro de 2015				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	457 767	-	(52 642)	(28 504)	376 621

	Em 31 de dezembro de 2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	488 729	371	-	(31 334)	457 767

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES têm a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

A provisão constituída para esse efeito em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não tem qualquer suporte de um estudo atuarial.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:

	2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Contas correntes caucionadas	490 000	-	500 000	-
Empréstimos bancários	3 844 010	42 905 694	3 339 173	36 762 915
Contratos de locação financeira	15 880	47 296	14 370	6 830
Incentivos financeiros	1 020 000	7 872 338	8 239 718	1 452 620
	<u>5 369 890</u>	<u>50 825 327</u>	<u>12 093 261</u>	<u>38 222 364</u>
Custos de transação	(22 255)	(142 663)	(62 913)	(71 031)
	<u>5 347 635</u>	<u>50 682 664</u>	<u>12 030 348</u>	<u>38 151 333</u>

A Portos dos Açores inclui os custos de transação na mensuração inicial dos financiamentos obtidos, de acordo com o §7 da Norma Contabilística de Relato Financeiro nº27.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval, no valor de 21.089.543, e cartas conforto, no valor de 19.848.543, do capital em dívida dos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Portos dos Açores tinha duas linhas de crédito em conta corrente contratadas. A linha de crédito contratada com o Montepio, com o montante disponível de 500.000 euros, estava utilizada em 490.000 euros. A linha de crédito contratada com o Santander Totta com montante disponível de 1.000.000 euros, em 31 de dezembro de 2015 não estava utilizada.

O passivo de financiamento dos Portos dos Açores, em 2015, originou encargos no valor de 2.392.096 (2.726.903 em 2014), traduzindo numa taxa média de financiamento de 4.5% (5.69% em 2014).

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):



	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Locação financeira	Total
2016	4 334 010	1 020 000	15 880	5 369 890
2017	6 427 158	1 375 000	13 495	7 815 653
2018	3 163 361	1 875 000	13 977	5 038 361
2019	5 465 959	2 694 166	14 476	8 160 125
2020	6 124 925	400 000	5 348	6 524 925
2021	2 195 756	600 000	-	2 795 756
2022 e seguintes	19 528 534	928 172	-	20 456 706
	<u>47 239 704</u>	<u>8 892 337</u>	<u>63 176</u>	<u>56 161 416</u>

Em 2015, o Turismo de Portugal aprovou a reestruturação do plano financeiro de pagamentos referente às amortizações dos créditos concedidos ao abrigo do Sime e Sivetur, cujo plano inicial contratado estava em incumprimento.

19. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores				
Partes relacionadas (Nota 6)	36.559	-	35.266	-
Fornecedores	<u>1.910.816</u>	-	<u>2.426.801</u>	-
	<u>1.947.375</u>	-	<u>2.462.068</u>	-
Outras contas a pagar				
Pessoal	5.505	-	6.020	-
Fornecedores de investimento	3.120.645	-	4.866.839	-
Remunerações a liquidar	1.057.791	-	1.005.892	-
Juros a liquidar	90.027	-	89.139	-
Subsídios a devolver (Nota 12)	1.743.167	-	30.243	-
Ajustamentos em subsídios	-	38.204.952	-	39.633.501
Acrescimos de gastos	72.524	-	96.124	-
Extração da areia	858.994	-	749.074	-
Cauções recebidas	181.094	-	169.353	-
Outros	8.340	-	11.328	-
	<u>7.138.086</u>	<u>38.204.952</u>	<u>7.024.012</u>	<u>39.633.501</u>

O saldo de subsídios a devolver refere-se, essencialmente, a subsídios recebidos indevidamente no âmbito de projetos de investimento que a Portos dos Açores teve de devolver em 2016.

O saldo na rubrica extração de areia no valor de 858.994 euros refere-se à cobrança de taxas de descargas de areias efetuadas por embarcações que a Portos dos Açores terá de entregar à Região Autónoma dos Açores de acordo com o decreto Legislativo Regional nº31/2012/A de 6 de julho e despacho nº 332/2013 de 20 de fevereiro.

O saldo classificado em não corrente é referente ao imposto associado aos subsídios ao investimento (Nota 16).

20. Serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis, bem como os seguintes serviços prestados pelas administrações portuárias na respetiva área de jurisdição, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária dos portos:

	2015	2014
Vendas		
Combustível	456 019	440 452
	<u>456 019</u>	<u>440 452</u>
Serviços prestados		
Operações de navios e embarcações	4 551 624	4 845 721
Operações de carga	3 054 523	3 157 577
Utilização de equipamentos	4 989 999	4 892 761
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e eletricidade	1 666 717	1 606 512
Alugueres, ocupações e concessões	1 402 511	1 394 552
Exploração náutica de recreio	831 971	807 943
Outros serviços prestados	375 551	333 876
	<u>16 872 895</u>	<u>17 038 943</u>
Vendas e serviços prestados	<u>17 328 914</u>	<u>17 479 395</u>

21. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2015 e de 2014 a Portos dos Açores reconheceu os seguintes montantes na rubrica Subsídios à exploração:

	2015	2014
Projeto Macsimar	6 473	81 190
Projeto Costa	81 849	-
PIIE	24 540	-
	<u>112 861</u>	<u>81 190</u>



Nesta rubrica são reconhecidos os subsídios que serve para compensar a entidade por despesas incorridas no âmbito do projeto Macsimar, projeto Costa e PIIE.

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi a seguinte:

	2015	2014
Subcontratos - Gestão Portas do Mar	761 624	841 843
Subcontratos - outros	879 924	763 689
Trabalhos especializados	439 787	494 340
Vigilância e segurança	879 899	861 008
Conservação e reparação	974 331	982 748
Serviços especializados - outros	98 602	214 045
Materiais	93 452	88 850
Eletricidade	647 894	588 182
Combustíveis	492 765	570 778
Energia e fluídos - outros	255 192	284 645
Deslocações, estadas e transportes	122 690	117 479
Serviços diversos	707 819	756 351
	<u>6 353 979</u>	<u>6 563 958</u>

23. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos de 2015 e 2014 detalham-se conforme se segue:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	178 246	179 982
Remunerações do pessoal	8 721 547	8 135 445
Benefícios pós-emprego	162 843	597 950
Encargos sobre remunerações	1 981 420	1 857 646
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	130 366	101 465
Gastos de ação social	26 971	32 800
Outros gastos com o pessoal		
Indeminizações	69 540	249 879
Outros	75 577	207 962
	<u>11 346 509</u>	<u>11 363 129</u>

O número médio de pessoal em 31 de dezembro de 2015 é de 265 trabalhadores (em 2014 – 263 trabalhadores).

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica Benefícios pós-emprego corresponde à reposição em parte do corte salarial imposto pelo Orçamento de Estado de 2014 aos empregados da Portos dos Açores, por intermédio de um seguro contratado pela Empresa com a Açoreana Seguros.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão registadas na rubrica de Outros os montantes de 69.540 e 249.879 euros, respetivamente, relacionados com indemnizações por cessão do contrato de trabalho.

24. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foram como segue:

	2015	2014
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	13 578	45 947
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	46
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	14 860	38 024
Subsídios ao investimento (Nota 16)	5 312 242	5 202 390
Correções relativas a períodos anteriores	333 157	2 038
Excesso de estimativa para imposto	1 527	323
Juros de mora	2 510	100 641
Taxas de reestruturação	-	330 472
Outros	212	11 566
	<u>5 678 088</u>	<u>5 731 446</u>

Como indicado na Nota 16, os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados.

Em face ao desenvolvimento do processo de contencioso com a Autoridade Tributária, a Administração entendeu desreconhecer o gasto com o IMI registado nesta rubrica em 2014.

Os juros debitados aos clientes por atraso nos recebimentos estão reconhecidos na rubrica de juros de mora.



Em 31 de dezembro de 2014, o montante de 330.472 euros referente às taxas de reestruturação portuária das extintas juntas portuárias foram desreconhecidas. A Administração entende que não existe uma efetiva exigibilidade deste montante tendo sido desreconhecido por contrapartida de resultados.

25. Outros gastos e perdas

Na rubrica de Outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, apresentava o seguinte detalhe:

	2015	2014
Outros gastos e perdas		
Impostos diretos		
IMI	-	327 551
Impostos indiretos	8 582	5 600
Taxas	13 744	5 136
Descontos de pronto pagamento	1	86
Quotizações	21 760	14 750
Donativos	12 049	53 071
Multas e penalidades	25 246	4 999
Juros de mora contratuais	284 796	40 451
Correções relativas a exercício anteriores	30 891	17 277
Outros	67 931	8 637
	<u>465 002</u>	<u>477 556</u>

A Administração entende que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado a decisão da Autoridade Tributaria, em fevereiro de 2016, pelo que não regista como gasto o IMI dos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores (Nota 12 e 24).

26. Juros e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2015 e de 2014, tinham a seguinte composição:

	2015	2014
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	1 926 202	2 242 830
Juros de mora e compensatórios	261	933
Outros juros	283	2 923
Outros		
Comissões bancárias	344 232	343 319
Imposto de selo	121 036	136 799
Outros despesas	83	100
	<u>2 392 096</u>	<u>2 726 903</u>

27. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2015, os compromissos contratuais encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 26.101.226 euros.

28. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2015 atingiam um valor de 7.262.183 euros, correspondendo aos contratos de concessão de incentivos.(em 2014 – 7.577.183 euros).

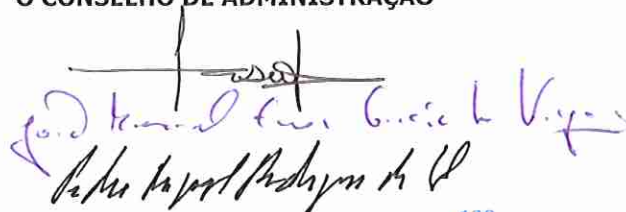
29. Ativos e passivos contingentes

A Autoridade Tributária tem apresentado diversas liquidações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) estando apenas registadas nas demonstrações financeiras montantes já pagos ou em acordo de pagamento (Nota 12 e 13), não obstante, se perspetivar a não liquidação deste imposto nos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, através da via judicial, e de outras vias legais, foi entendido reconhecer nas demonstrações financeiras os pagamentos que sejam exigidos a este propósito.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





CAPÍTULO IV – GOVERNO DA SOCIEDADE

Visão, Missão, Valores e Eixos estratégicos da empresa

De acordo com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, a PA tem por objeto a administração dos portos de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, da Praia da Vitória e Pipas, na ilha Terceira, da Praia, na ilha Graciosa, da Horta, na ilha do Faial, de São Roque, da Madalena e das Lajes, na ilha do Pico, de Velas e da Calheta, na ilha de São Jorge, das Lajes e Santa Cruz, na ilha das Flores, e da Casa, na ilha do Corvo, e de outros que lhe venham a ser atribuídos, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária (artigo 3.º do anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto).

Assim, e de acordo com os seus estatutos, a PA assegurará o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento dos portos sob sua jurisdição nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias (artigo 4.º do anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto).

É nesse contexto que os trabalhos já desenvolvidos no âmbito da elaboração do Plano Estratégico contemplam estes elementos orientadores, na tentativa de corporização de uma perspetiva estratégica de desenvolvimento empresarial a longo prazo, elemento fundamental numa empresa cuja constituição é relativamente recente e que carece de elementos fundamentais para a consolidação do processo de fusão das administrações portuárias extintas.

O referido Plano Estratégico não registou desenvolvimentos muito substanciais, continuando em fase de discussão interna. De qualquer modo, foram identificados e validados já um conjunto de elementos relevantes, de acordo aliás com o mencionado na secção 2 do capítulo I, na qual é apresentado também o Mapa Estratégico.

Assim sendo, apresentam-se de seguida, os seguintes tópicos fundamentais da estratégia da empresa, constantes também do Plano Estratégico:

Visão

A Visão de uma empresa traduz, de uma forma abrangente, um conjunto de intenções e aspirações para o futuro da mesma. De qualquer forma, não são especificados os meios como serão atingidos. Nestes termos, a Visão tem um papel essencialmente motivador, procurando servir de inspiração para todos os seus membros tirarem o máximo partido das suas capacidades.

No caso da PA, a Visão proposta é a seguinte:



“Fazer da PA uma referência em termos de gestão e organização, potenciando a localização geográfica das suas estruturas, nomeadamente portos e marinas sob sua jurisdição.”

Missão

A explicitação de uma Visão dará origem à definição da Missão da empresa, que é uma declaração escrita que procura traduzir os ideais e orientações globais da organização para o futuro.

A criação de uma Missão visa sobretudo difundir o espírito da empresa por todos os seus membros e congregar esforços para a prossecução dos seus objetivos gerais. Nestes termos, a Missão deverá acentuar o domínio das competências centrais mais relevantes. Outro aspeto crítico prende-se com a necessidade de possuir um carácter simultaneamente estratégico e operacional.







A Missão da PA será:

“Garantir a prestação de um serviço público de gestão de infraestruturas e equipamentos portuários ao mais elevado nível, focado na promoção da eficácia e eficiência das operações, acrescentando valor e contribuindo para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores.”

Valores




Uma componente fundamental na definição da estratégia da empresa prende-se com os valores transversais, que suportam a atuação de todos aqueles que exercem funções na PA.

Como valores essenciais, consideram-se os seguintes:

-  Orientação para o cliente, na procura da satisfação das suas expectativas;
-  Transparência e ética;
-  Busca da excelência no desempenho das funções;
-  Valorização das pessoas e do conhecimento;
-  Responsabilidade social e ambiental;
-  Defesa do interesse público no exercício de autoridade portuária.

Eixos estratégicos

Os eixos estratégicos considerados prioritários no âmbito da definição da estratégia da PA são os seguintes:

-  Orientação para o cliente e para o mercado;
-  Eficiência;
-  Criação de valor e equilíbrio financeiro;













 Sustentabilidade e meio envolvente.

Regulamentos

Apresentado o enquadramento legal e económico da PA, procede-se à enumeração dos principais regulamentos externos e internos a que a empresa está sujeita, que abrangem matérias muito diversas e díspares, com particular relevância para áreas como sejam as relativas a ambiente, segurança, operações portuárias, tarifas, financiamentos comunitários, contratação pública, entre outras.

Regulamentos externos

Os regulamentos externos principais a que a empresa se encontra obrigada a observar, são os seguintes:

-  **Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto:** procede à fusão por integração das três administrações portuárias regionais (Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. e Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A.), bem como à modificação do objeto social da Portos dos Açores, SGPS, S.A., de modo a que esta possa desempenhar as funções de administração e gestão dos portos que lhes são confiados, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento;
-  **Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março:** consagra o regime jurídico do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores;
-  **Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro:** estabelece as condições aplicáveis em termos de avaliação de impacto ambiental em projetos de construção de novas estruturas portuárias e ampliação das existentes;
-  **Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto:** estabelece o quadro jurídico das operações portuárias;
-  **Decreto Legislativo Regional n.º 16/94/A, de 18 de maio:** aplica à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico da operação portuária;
-  **Decreto Legislativo Regional n.º 14/2002, de 12 de abril:** aprova o regulamento do sistema tarifário dos portos da Região Autónoma dos Açores, estabelecendo as normas e procedimentos para a elaboração dos regulamentos de tarifas dos portos da Região Autónoma dos Açores;
-  **Portaria n.º 35/2012, de 20 de março:** aprovou o Regulamento de Tarifas dos diferentes portos geridos pela sociedade, publicado em anexo à Portaria em apreço;
-  **Portaria n.º 17/2015, 6 de fevereiro:** estabelece a redução dos valores unitários da TUP Carga aplicáveis no porto da Praia da Vitória, no âmbito do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT);
-  **Portaria n.º 33/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 41/2005, de 15 de maio:** aprova o Regulamento de tarifas específicas dos portos do Triângulo e Grupo Ocidental;
-  **Portaria n.º 34/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 39/2008, de 14 de maio:** aprova o Regulamento de tarifas específicas dos portos da Terceira e Graciosa;
-  **Portaria n.º 35/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 77/2005, de 20 de outubro e Portaria n.º 37/2008, de 13 de maio:** aprova o Regulamento de tarifas específicas dos portos de São Miguel e Santa Maria;
-  **Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2004, de 17 de agosto:** relativo aos meios portuários de receção de resíduos gerados nos navios;

- ☒ Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março: atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- ☒ Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de março: aprova o regulamento geral do serviço de pilotagem, que estabelece um conjunto de normas reguladoras da prestação de serviços de pilotagem nos portos portugueses;
- ☒ Diretiva 2005/65/CE, de 26 de outubro: relativo ao reforço da segurança nos portos;
- ☒ Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro: transpõe para o direito interno o Regulamento (CE) n.º 725/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de março, que consagra um conjunto de normas no âmbito do transporte marítimo, nomeadamente no que respeita à proteção contra ameaças terroristas no caso de navios e instalações portuárias, previstas no Código ISPS (Código Internacional de Segurança dos Navios e das Instalações Portuárias), da Organização Marítima Internacional (OMI);
- ☒ Portaria n.º 19/2008, de 20 de fevereiro: aprova o Regulamento de tarifas das marinas sob jurisdição dos portos do Triângulo e Grupo Ocidental;
- ☒ Portaria n.º 20/2008, de 21 de fevereiro: aprova o Regulamento de tarifas das marinas dos portos de São Miguel e Santa Maria;
- ☒ Portaria n.º 21/2008, de 21 de fevereiro: aprova o Regulamento de tarifas das marinas dos portos da Terceira e Graciosa;
- ☒ Regulamento de exploração e utilização das marinas dos Açores: aprovado em 29 de janeiro de 2008 pelo Secretário Regional da Economia;
- ☒ Portaria n.º 89/2010, de 16 de setembro: aprova o Regulamento de tarifas específicas para o empreendimento Portas do Mar e complexo de piscinas;
- ☒ Edital n.º 2/2005 da Capitania do Porto de Ponta Delgada: aprova as normas de segurança para a movimentação de produtos petrolíferos, poluentes, inflamáveis ou explosivos no porto de Ponta Delgada;
- ☒ Edital n.º 1/2008 da Capitania do Porto de Ponta Delgada: aprova as normas de segurança e instruções para a navegação e permanência no porto de Ponta Delgada;
- ☒ Edital n.º 1/2008 da Capitania do Porto da Praia da Vitória: aprova um conjunto de determinações, orientações e informações relativas, entre outras, a entradas e saída de navios, segurança da navegação e reabastecimento, embarque e desembarque de substâncias perigosas ou poluentes nos portos de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Praia da Graciosa;
- ☒ Edital n.º 2/2009 da Capitania do Porto da Horta: aprova as normas de segurança para movimentação de produtos petrolíferos no porto da Horta;
- ☒ Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/93, de 15 de abril: aprova o Plano Mar Limpo.

☒ Regulamentos internos

Os regulamentos internos principais e que a empresa tem por obrigação fazer cumprir são os seguintes:

- ☒ Regulamentos de Exploração: conjunto de normas e regras relativas às atividades operacionais relacionadas com o ciclo do navio, da carga e dos passageiros em porto. Trata-se de regulamentos de aplicação geral a todas as entidades que estão autorizadas a exercer uma atividade dentro do porto. Os regulamentos em vigor nos diferentes portos foram aprovados pelo Secretário Regional da Economia em 21 de junho de 2006;
- ☒ Plano de Receção e Gestão de Resíduos: aprovado pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, em 27 de agosto de 2010,
- ☒ Regulamento de exploração e utilização do empreendimento Portas do Mar: publicado no Jornal Oficial n.º 26, II Série, de 7 de fevereiro de 2011;

☞ Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Modelo de governo

☞ Órgãos de Governo

A gestão da PA é da responsabilidade dos seus órgãos sociais, nomeados em 27 de julho de 2015 para o período 2015-2017, e cuja composição a 31 de dezembro de 2015 era a seguinte:

☞ Assembleia Geral

- ☞ Presidente: Dr. Frederico Alberto Silva de Oliveira
- ☞ Secretário: Eng. João Paulo Carreira Mendes
- ☞ Membro da Mesa Suplente: Sr. Humberto Manuel Pereira Goulart

☞ Conselho de Administração

- ☞ Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento
- ☞ Vogal: Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia
- ☞ Vogal: Eng. Pedro Miguel Rodrigues da Silva

☞ Conselho Fiscal

- ☞ Presidente: Dr. José Mancebo Soares
- ☞ Vogal: Sr. Alberto Manuel Rodrigues Cardigos Medeiros
- ☞ Vogal: Dra. Sara Cristina Brum de Medeiros
- ☞ Vogal: UHY & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652)
- ☞ Vogal Suplente: Dra. Fernanda da Assunção Vieira Ferreira
- ☞ Vogal Suplente: Dr. Mário Lourenço Duarte Miranda

☞ Competências dos membros do órgão de gestão e administração

As competências dos membros do Conselho da PA na coordenação direta das áreas de gestão estão distribuídas do seguinte modo:

- ☞ Presidente Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento: Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO), com responsabilidade sobre os portos da Horta, de São Roque, da Madalena, das Lajes do Pico, de Velas, da Calheta, das Lajes e Santa Cruz das Flores e da Casa, no Corvo, bem como pelos pelouros de “Infraestruturas”, “Recursos humanos” e “Jurídico, Administrativo e Comunicação”;
- ☞ Vogal Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia: Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG), com responsabilidade sobre os portos da Praia da Vitória, Pipas e da Praia da Graciosa, bem como pelos pelouros de “Manutenção e Logística”, “Auditoria Interna”, “Gestão Ambiental, Higiene e Segurança no Trabalho”, “Financeiro” e “Incentivos ao Investimento”;

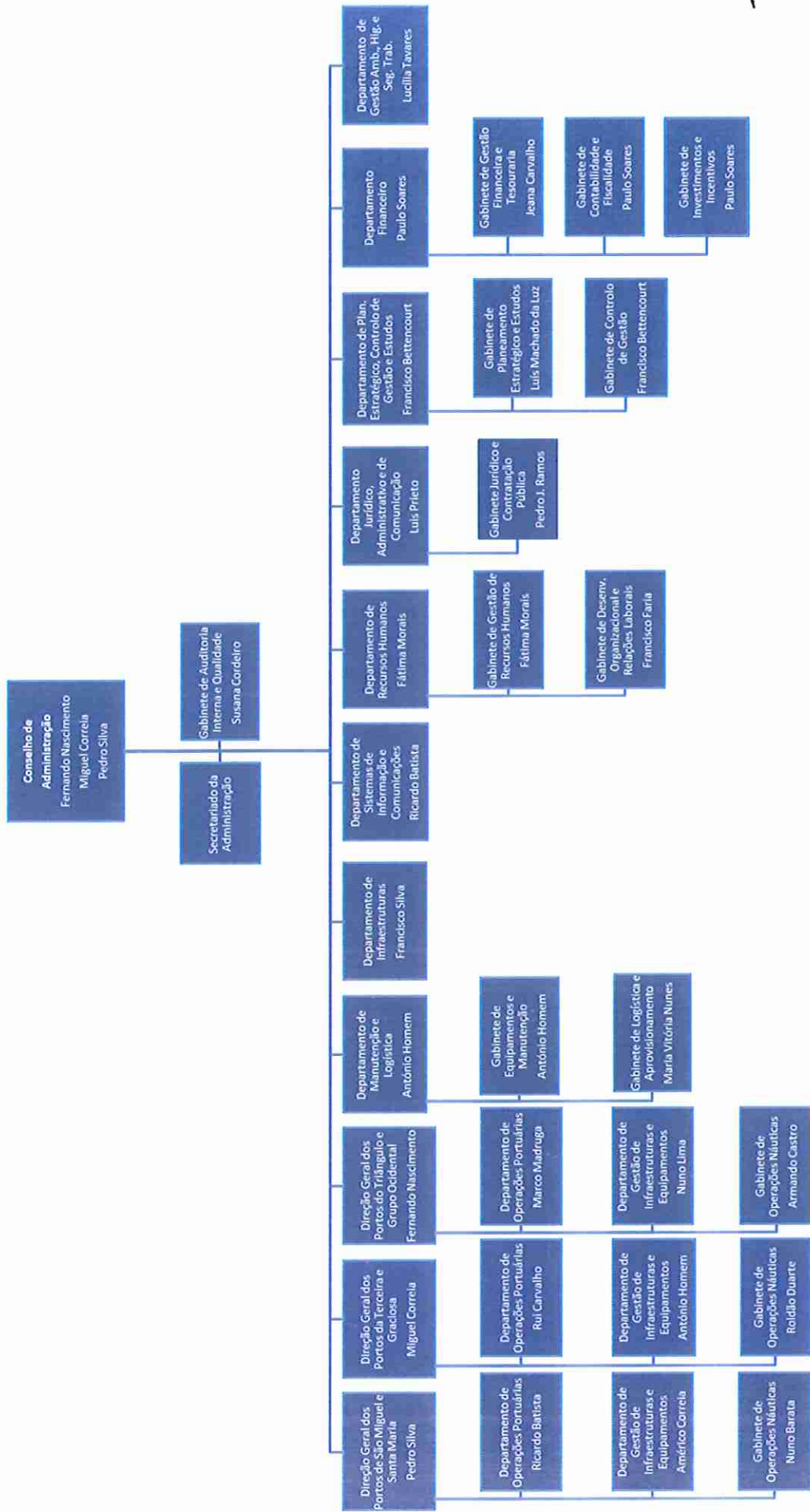
- ☒ **Vogal Eng. Pedro Miguel Rodrigues da Silva:** Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), com responsabilidade sobre os portos de Ponta Delgada e Vila do Porto; bem como pelos pelouros “Planeamento e Controlo de Gestão” e “Sistemas de Informação”.

Em resumo, a administração da PA é exercida por um conselho de administração, composto por três membros, eleitos em Assembleia Geral em 26 de setembro de 2011 para um mandato inicial de três anos. Em 27 de julho de 2015, ocorreu uma alteração na composição do Conselho de Administração, com a substituição do Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo pelo Eng. Pedro Miguel Rodrigues da Silva.

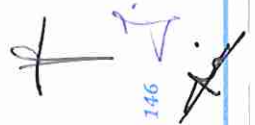
Cada membro, incluindo o presidente, assume cumulativamente a Direção-Geral da geografia onde se localiza, com autonomia e independência operacional, a que acrescem os pelouros de responsabilidade transversal, assim distribuídos:

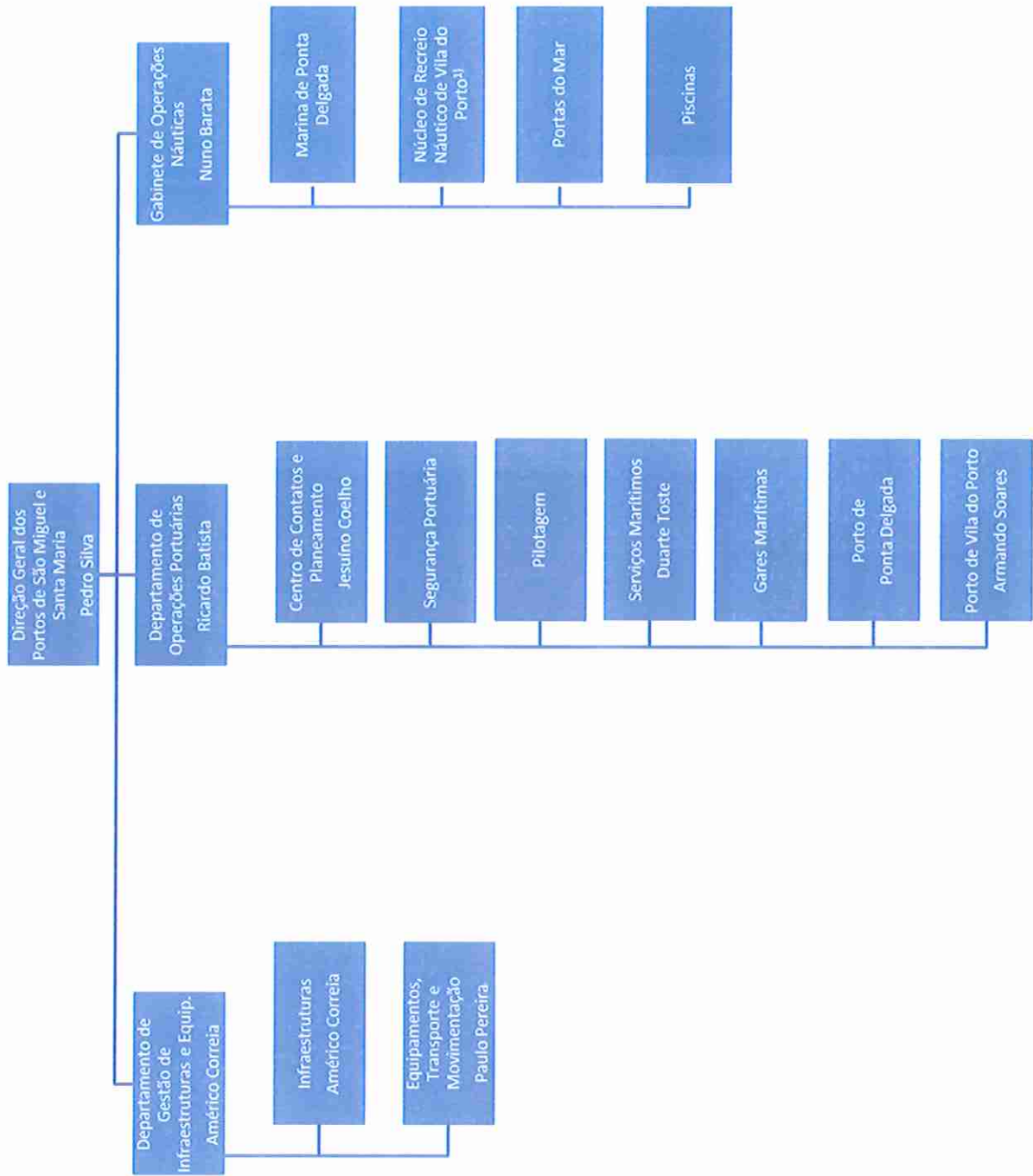
Organograma

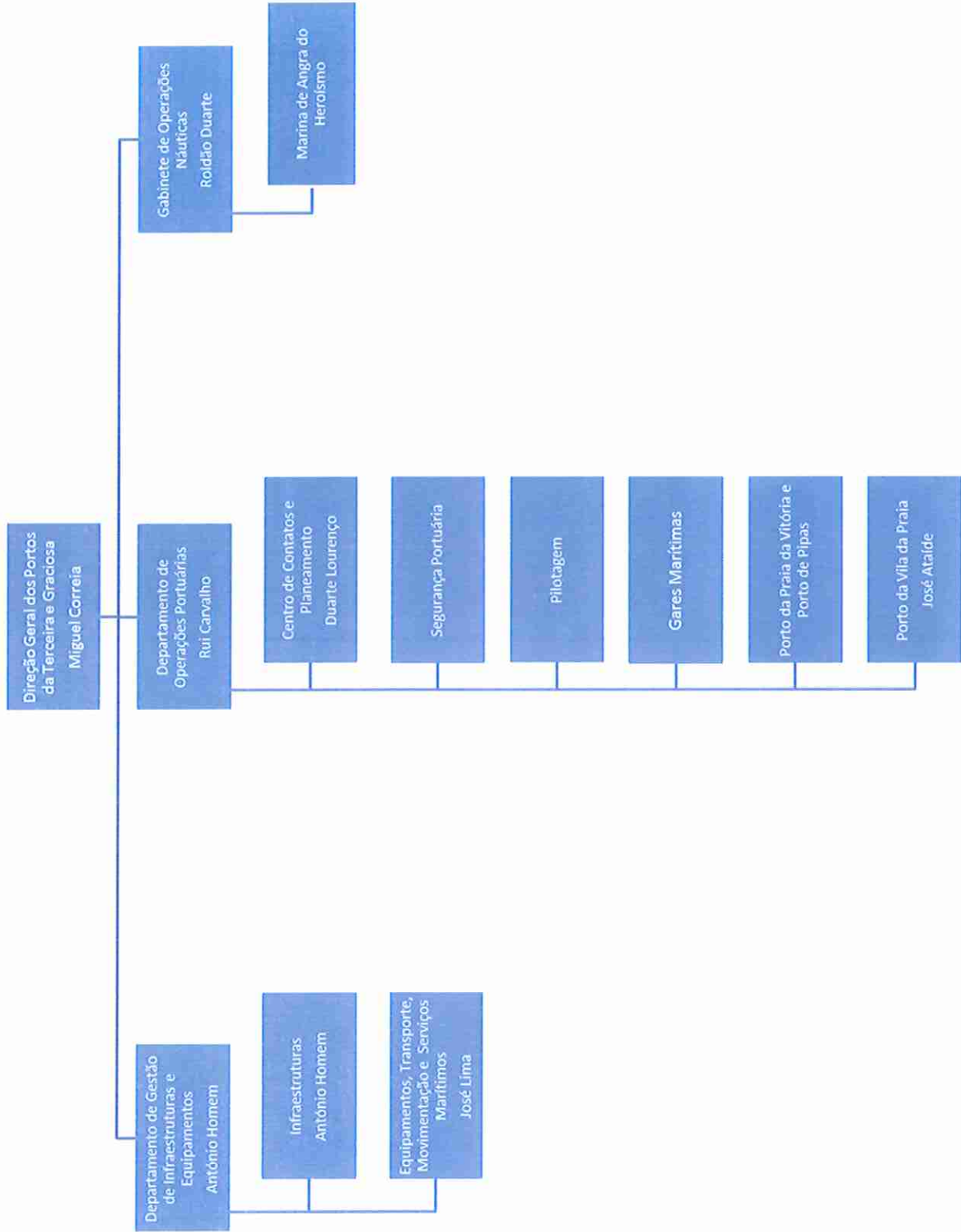
A estrutura orgânica da empresa PA a 31 de dezembro de 2015 é a que se encontra nos organogramas que seguir se apresentam, sendo o primeiro relativo a toda a empresa e os três seguintes com o detalhe correspondente a cada Direção-Geral.

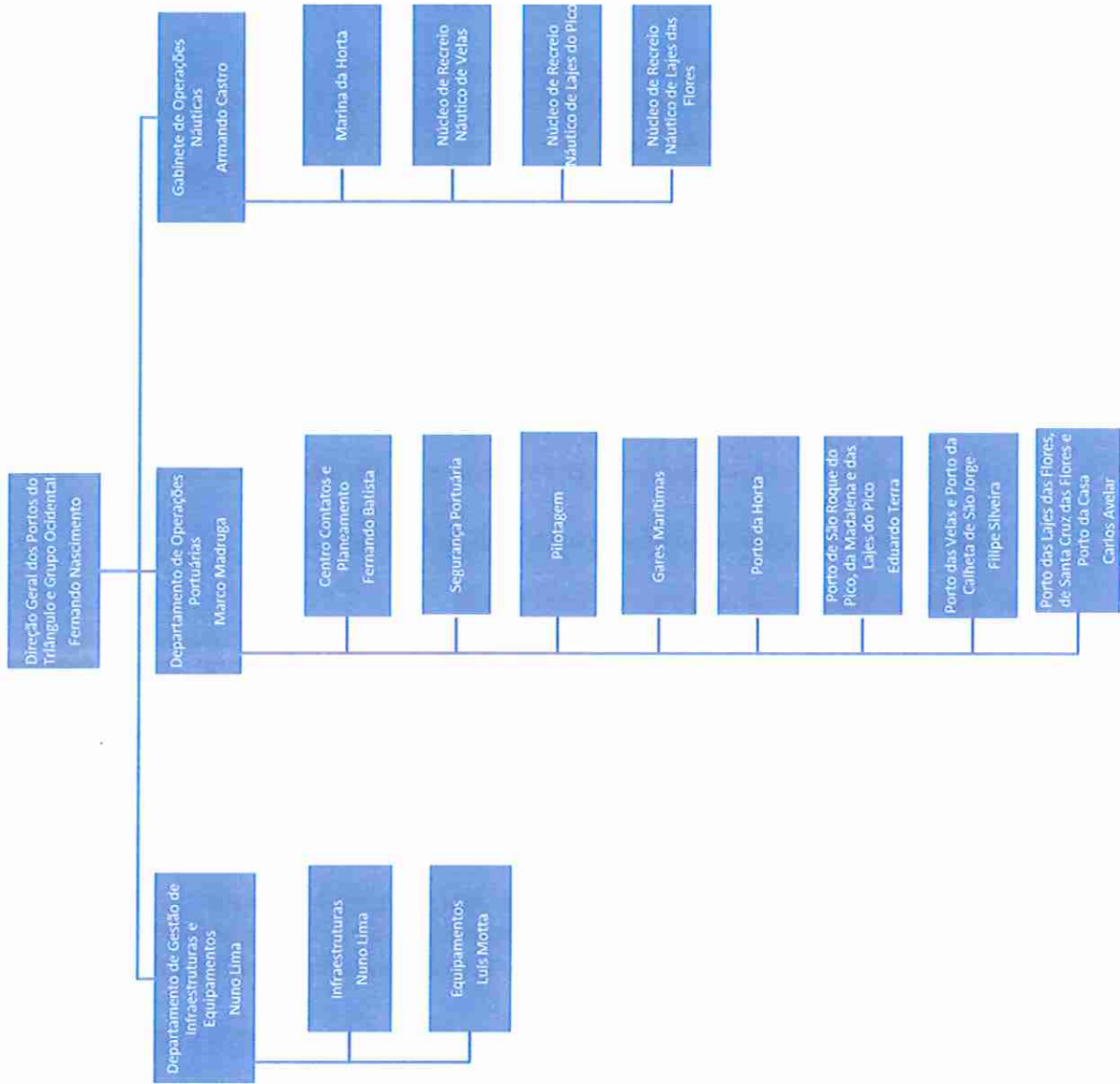


146











⌘ Elementos curriculares dos membros do órgão de gestão e administração

Em termos curriculares, apresentam-se abaixo os principais elementos relativos a cada membro do Conselho de Administração da PA, à data de 31 de dezembro de 2015:

- ⌘ Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento**
 - ⌘ Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;
 - ⌘ Técnico Superior da Secretaria Regional do Equipamento Social, entre 1983 e 1991;
 - ⌘ Responsável pelo Alvará de Empresa de Construção Civil, entre 1991 e 1997;
 - ⌘ Delegado de Ilha da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, acumulando funções de Coordenador do Centro de Promoção da Reconstrução, entre 1997 e 2005
 - ⌘ Vice Presidente da Junta Autónoma do Porto da Horta, entre 1998 e 2003;
 - ⌘ Presidente da Assembleia Geral da SPRIH – Sociedade de Promoção da Reconstrução de Infra-estrutura e Habitação, S.A, entre 2003 e 2005;
 - ⌘ Presidente do Conselho de Administração da SPRIH – Sociedade de Promoção da Reconstrução de Infra-estruturas e Habitação, S.A., entre 2005 e 2009;
 - ⌘ Presidente do Conselho de Administração da Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A., entre 2009 e 2011;
 - ⌘ Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Portos de Recreio, desde 2009;
 - ⌘ Presidente do Conselho de Administração da PA desde 2011.

- ⌘ Vogal: Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia**
 - ⌘ Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa;
 - ⌘ Diretor Administrativo e Financeiro do Grupo Assírio & Alvim (editores, distribuidores e livreiros), entre 1997 e 1999;
 - ⌘ Assessor do Departamento de Edições da Biblioteca Nacional, nas áreas de gestão da livraria e do controlo de custos de produção da Gráfica da Instituição, entre 1999 e 2000;
 - ⌘ Diretor Administrativo e Financeiro da Construtora Ideal da Terceira, Lda., durante o ano de 2001;
 - ⌘ Diretor Financeiro e Administrativo das Empresas Açorvias – Sociedade de Empreitadas, Lda. e Açorbuilt – Indústria e Engenharia, Lda., entre 2002 e 2005;
 - ⌘ Sócio-Gerente da Empresa Amarcord – Investimentos Imobiliários, Lda., entre 2005 e 2007;
 - ⌘ Administrador da Saudaço – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamento da Saúde dos Açores, S.A., entre 2007 e 2008;
 - ⌘ Secretário Regional da Saúde do X Governo Regional dos Açores entre 2008 e 2012;
 - ⌘ Vogal do Conselho de Administração da PA desde janeiro de 2013;
 - ⌘ Presidente do Conselho de Gerência da OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda., desde janeiro de 2013;
 - ⌘ Vogal da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, desde janeiro de 2013.

- ⌘ **Vogal:** Eng. Pedro Miguel Rodrigues da Silva
- ⌘ Licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores – Ramo Energia e Sistemas, pelo Instituto Superior Técnico;
- ⌘ Técnico Superior na Colombogest, SONAE Imobiliária, entre 1999 e 2001;
- ⌘ Coordenação e Gestão de obras na Monofásica, S.A. entre 2001 e 2003;
- ⌘ Diretor do Departamento de Energia na IEI – Instalações Elétricas Industriais, Lda., entre 2003 e 2008;
- ⌘ Diretor de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos e infraestruturas dos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto;
- ⌘ Diretor de Operações Portuárias dos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto;
- ⌘ Vogal do Conselho de Administração da PA desde julho de 2015;
- ⌘ Presidente do Conselho de Gerência da OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda., desde agosto de 2015;

⌘ **Remuneração dos membros dos órgãos sociais**

O estatuto remuneratório fixado é:

1. Mesa da Assembleia Geral: os membros da mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal exercerão as suas funções a título gratuito com a exceção do Revisor Oficial de Contas, cuja remuneração mensal corresponde a 954,17€.
2. Conselho de Administração:

⌘ **Presidente:** Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de €3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho, no valor de € 1.087,03, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 800,00, com o limite anual de doze;

⌘ **Vogal:** Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos da Terceira e da Graciosa, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de € 3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho no valor de € 1.087,03, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 400,00, com o limite anual de doze;

⌘ **Vogal:** Eng. Pedro Miguel Rodrigues da Silva, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos dos Portos de São Miguel e Santa Maria, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de € 3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos



Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho no valor de € 1.087,03, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 400,00, com o limite anual de doze.

Outras funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento:

- Presidente da Assembleia Geral da OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.;***
- Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Portos de Recreio – Por inerência de cargo.***

Vogal: Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia:

- Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.;***
- Vogal da Direção da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira.***

Vogal: Eng. Pedro Miguel Rodrigues da Silva:

- Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda;***

No ano de 2015 o Conselho de Administração da PA reuniu 34 vezes, tendo deliberado sobre diversos assuntos, destacando-se os seguintes:

- Concurso Público da Empreitada de Reparação do Cais do Porto da Praia da Vitória e Pavimentação do Acesso ao Parque de Combustíveis do Porto da Praia da Vitória;***
- Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a Empreitada de Prolongamento do Molhe Cais e Alargamento da Plataforma do porto da Casa, Ilha do Corvo;***
- Concurso Público para Adjudicação da Prestação de Serviços de Gestão de Resíduos na Área de Jurisdição da Portos dos Açores, SA, no porto de Ponta Delgada;***
- Concurso Público para Adjudicação da Prestação de Serviços de Reparação e Docagem do Rebocador “São Miguel”;***
- Concurso Limitado Por Prévia Qualificação: Aquisição de Serviços de Planeamento, Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção da Empreitada de Construção do Prolongamento do Molhe Cais do Porto de Velas, Ilha de São Jorge;***
- Plano e Manual e Boas Práticas no âmbito da Igualdade de Género e Conciliação Trabalho Família;***
- Concurso Público para a Atribuição do Direito de Utilização, por Lotes, dos Pipelines de Abastecimento de Combustíveis ao Terminal Marítimo de Cruzeiros da Cidade de Ponta Delgada;***
- Sistema de Segurança e Saúde no Trabalho;***



- ☒ Reestruturação do Departamento de Contabilidade e Finanças;
- ☒ Procedimentos do Processo Gestão do Sistema da Qualidade;
- ☒ Controlo Metrológico de Equipamentos;
- ☒ Aprovação do Acordo de Empresa entre o SNTAP e a PA;
- ☒ Empreitada de Requalificação do Porto das Poças em Santa Cruz das Flores para Aumento da Capacidade de Transporte de Passageiros;
- ☒ Alteração dos Estatutos da PA;
- ☒ Plano de Investimentos 2016-2018;
- ☒ Aprovação do Plano de Formação dos Pilotos para 2016;
- ☒ Aprovação do Plano e Orçamento 2016/2018;
- ☒ Concessão do Estaleiro Naval da Madalena do Pico à Naval Canal e autorização para esta Sociedade Comercial lançar um Procedimento de Subconcessão daquela Unidade Industrial.

CAPÍTULO V – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da **Portos dos Açores, S.A.**, respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, vem o Conselho Fiscal submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Conselho Fiscal procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Conselho Fiscal acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Empresa tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Conselho Fiscal considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Empresa.
4. O Conselho Fiscal realça que apesar de existir um maior equilíbrio entre os ativos e passivos financeiros correntes que esse equilíbrio, no entanto, poderá ser novamente afetado a curto prazo, caso não haja uma inversão na atividade operacional que nos últimos anos continua incapaz de gerar fluxos financeiros necessários, devido a persistência dos resultados operacionais insuficientes para que a gestão do fundo de maneio decorra em condições normais.

Neste ambiente é esperado que a pressão de tesouraria persista e poderão ser sentidas algumas dificuldades no cumprimento rigoroso dos prazos contratados com os credores, caso não haja capacidade de renegociação das linhas de crédito ou disponibilização de fundos por parte do acionista.

5. O Conselho Fiscal considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
6. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
7. Em face do que antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:
 - (a) Sejam aprovados o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e
 - (b) Seja aprovada a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Horta, 28 de abril de 2016



José Mancebo Soares



Fernanda da Assunção Vieira Ferreira



Mário Lourenço Duarte Miranda

CAPÍTULO VI – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras dos **Portos dos Açores, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 307.127.863 euros e um total de capital próprio de 202.206.146 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.516.018 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações

financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. A Empresa tem a responsabilidade de pagar as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais que ocorreram até 31 de dezembro de 2004 e também os complementos de sobrevivência a determinados graus de parentescos de empregados falecidos antes da idade da reforma. Não existindo disponível um estudo atuarial que quantifique estas responsabilidades em 31 de dezembro de 2015, não podemos ajuizar se a provisão constituída para esse efeito cobre a totalidade dessas responsabilidades.
8. A Autoridade Tributária tem vindo a proceder à emissão de notas de liquidação para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) nos últimos anos. A Empresa entende que os imóveis, que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores e que não podem ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumento de direito privado, não preenchem os pressupostos objetivos de incidência deste imposto, tendo inclusivamente anulado o montante de 327.551 euros reconhecido em resultados no ano anterior e, deste modo, evidencia em Outras contas a receber o montante do imposto exigido de 454.192 euros (Nota 12), cuja recuperação dependerá do sucesso dos recursos apresentados. Neste quadro, desconhecemos qual o montante de responsabilidades que deveriam estar registados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

9. As imparidades das contas a receber de 1.597.800 euros em 31 de dezembro de 2015 destinam-se a cobrir os saldos que potenciam elevados riscos de cobrabilidade, subsistindo uma diferença de cerca de 850.000 euros se fossem também contemplados, numa ótica de prudência, os saldos devedores que ultrapassam os prazos normais de cobrança, muito embora alguns deles possam vir a ser recuperados.

OPINIÃO

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos parágrafos 7 e 8 acima e exceto o assunto referido no parágrafo 9 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Portos dos Açores, S.A.**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

11. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 10 acima, salientamos que:
- (i) Conforme mencionado na nota 7 do anexo às demonstrações financeiras, os ativos fixos tangíveis nas avaliações independentes reportadas a 31 de dezembro de 2003 foram mensurados no montante máximo de cerca de 397 milhões de euros. Como foram excluídos os ativos afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, os ativos reconhecidos nessa data nas demonstrações financeiras perfeitamente o valor líquido de 27.588.600 euros. No entanto, a Empresa tem realizado investimentos em infra-estruturas nesse domínio público, que estão reconhecidos ao custo deduzidos de depreciações acumuladas e suportado adicionalmente encargos com a sua conservação e manutenção, cuja sustentabilidade nem sempre é garantida através de uma política de financiamento apropriada. Consequentemente, tem incorrido em prejuízos de montantes significativos nos últimos anos e, por este facto, apresenta uma estrutura financeira fragilizada decorrente do baixo nível dos fluxos de caixa

das atividades operacionais para cobrir a totalidade das necessidades financeiras, de tal forma que nem sempre tem cumprido pontualmente as suas obrigações financeiras e fiscais. A inversão destas situações e consequente continuidade das operações está dependente do apoio financeiro do acionista e do estabelecimento de medidas financeiras apropriadas para as atividades de investimento, do apoio das entidades financiadoras em renovar e reforçar as linhas de financiamento e da obtenção, no futuro, de resultados operacionais adequados.

- (ii) As demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima referem-se à atividade individual e irão ser também preparadas e aprovadas em separado demonstrações financeiras consolidadas que melhor apresentam a posição financeira, o resultado das operações, as alterações no capital próprio e os fluxos consolidados de caixa da Empresa e das subsidiárias. Nas demonstrações financeiras individuais da Empresa os investimentos em subsidiárias são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial que foi determinado com valores provisórios que estão sujeitos a ajustamentos e, consequentemente, os capitais próprios e os resultados do ano das demonstrações financeiras consolidadas serão divergentes dos montantes relevados nas presentes demonstrações financeiras individuais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Horta, de 28 abril de 2016

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por


António Tavares da Costa Oliveira (ROC n.º 656)

